



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 17 DE MAIO DE 2021

Aprova o relatório de gestão referente ao ano de 2020.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e:

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Superior em sua 62ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de maio de 2021;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.001968/2021-08,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, o Relatório de Gestão referente ao ano de 2020.

Art. 2º Estabelecer que esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

JOSÉ WALLY MENDONÇA MENEZES
Presidente do Conselho Superior



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Presidente do Conselho Superior**, em 17/05/2021, às 14:46, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2654722** e o código CRC **3C3B9B37**.



RELATÓRIO DE GESTÃO

IFCE 2020

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

Relatório de Gestão do exercício de 2020 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ está obrigado nos termos do art. 70 da Constituição Federal. Relatório elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 84/2020, da DN TCU nº 187/2020 e da DN TCU nº 188/2020.

Equipe técnica

Coordenação de elaboração e sistematização

Glauter dos Santos Guimarães
Coordenador de Controle e Normas

Supervisão da elaboração (até fev/2021)

Nathaniel Carneiro Neto
Diretor de Desenvolvimento Institucional

Tássio Francisco Lofti Matos
Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Revisão final dos conteúdos (mar/2021)

Érica de Lima Gallindo
Professora EBTT

Reuber Saraiva de Santiago
Pró-reitor de Administração e Planejamento

Responsáveis pelos conteúdos

Cargo	Titular (até fev/2021)	Titular (após mar/2021)
Reitoria	Virgílio Augusto Sales Araripe	José Wally Mendonça Menezes
Titular da Auditoria	Milena Mendes da Costa	
Chefia do Departamento de Comunicação Social	Rebeca Casemiro	
Corregedoria	Sirlane Furtado Leite Siqueira	
Pró-Reitoria de Ensino	Reuber Saraiva de Santiago	Cristiane Borges Braga
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	José Wally Mendonça Menezes	Joélia Marques de Carvalho
Pró-Reitoria de Extensão	Zandra Maria R. M. Dumaresq	Ana Claudia Uchoa Araújo
Pró-Reitoria de Administração e Planejamento	Tássio Francisco Lofti Matos	Reuber Saraiva de Santiago
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Ivam Holanda de Sousa	Marcel Ribeiro Mendonça
Diretoria de Assuntos Estudantis	Ana Caroline Cabral Cristino	
Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação	Carlos Maurício J. de Mattos Dourado Jr	
Coordenadoria de Governança	Vlândia de Sousa Ferreira	

LISTA DE SIGLAS

CCA - Coordenação de Controle Acadêmico
CGU - Controladoria-Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COLDIR - Colégio de Dirigentes
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP - Conselho Superior
CPGF - Cartão de Crédito Corporativo
DN - Decisão Normativa
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
E-TEC - Escola Técnica Aberta do Brasil
FIC - Formação Inicial e Continuada
FORPLAN - Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
FORPOG - Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFET - Instituição Federal de Educação Tecnológica
IN - Instrução Normativa
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
OCI - Órgão de Controle Interno
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA - Plano Plurianual
PROEJA - Educação de Jovens e Adultos
SETEC - Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
SF - Suprimento de Fundos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC - Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UGO - Unidade Gestora Orçamentária
UJ - Unidade Jurisdicionada
UO - Unidade Orçamentária
UPC - Unidade Prestadora de Contas

SUMÁRIO

1	Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	1
1.1	Sobre a instituição	1
1.2	Estrutura organizacional	4
1.3	Estrutura de governança	5
1.3.1	Instâncias internas de governança	7
1.3.2	Outras instâncias internas de apoio à governança	9
1.3.3	Estruturas de governança externas	11
1.4	Modelo de negócios	11
1.5	Principais objetivos estratégicos	11
1.6	Cadeia de valor	12
1.7	Ambiente externo	13
1.8	Determinação da materialidade dos temas	14
2	Gestão de riscos e controles internos	17
2.1	Acompanhamento sistemático das metas traçadas	18
2.2	Plano de integridade	18
2.3	Plano de providências permanente	19
2.4	Comitê de governança, riscos e controle	19
2.5	Avaliação institucional	19
2.6	Painel Gestão à Vista	19
3	Governança, estratégia e desempenho	21
3.1	Estratégia	21
3.2	Apoio da estrutura de governança	21
4	Resultados da Gestão	24
4.1	Resultados alcançados	24
4.1.1	Área: ensino	24
4.1.2	Área: pesquisa, inovação e pós-graduação	29
4.1.3	Área: extensão	34
4.1.4	Área: assuntos estudantis	48
4.1.5	Área: administração e planejamento	52
4.1.6	Área: gestão de pessoas	60
4.1.7	Área: comunicação social	64
4.2	Resultados das principais áreas de atuação	66
4.2.1	Gestão orçamentária e financeira	66
4.2.2	Gestão de Custos	72
4.2.3	Gestão de pessoas	74
4.2.4	Gestão de licitações e contratos	83
4.2.5	Gestão patrimonial e infraestrutura	87
4.2.6	Gestão da tecnologia da informação	89
4.2.7	Sustentabilidade Ambiental	90

5	Demonstrações Contábeis	92
5.1	Balanço Patrimonial	92
5.1.1	Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes	93
5.1.2	Quadro de compensações	94
5.2	Demonstração das variações patrimoniais	94
5.3	Balanço orçamentário	97
5.4	Balanço financeiro	101
5.5	Demonstração do fluxo de caixa	102
5.5.1	Notas explicativas	104
5.6	Detalhamento dos critérios contábeis adotados	105
5.6.1	Informações gerais	105
5.6.2	Resumo das políticas contábeis significativas	105
5.6.3	Resumo dos principais critérios e políticas contábeis	106
5.7	Notas explicativas às demonstrações contábeis	108
5.7.1	Nota Explicativa 01: Caixa e equivalentes de caixa	108
5.7.2	Nota Explicativa 02: Demais créditos a curto prazo	108
5.7.3	Nota Explicativa 03: VPDS pagas antecipadamente	109
5.7.4	Nota Explicativa 04: Imobilizado	109
5.7.5	Nota Explicativa 05 - Intangível	111
5.7.6	Nota Explicativa 06 - Fornecedores e contas a pagar	112
5.7.7	Nota Explicativa 07 - Resultados acumulados e patrimônio líquido	112
5.7.8	Nota Explicativa 08 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos	113
5.7.9	Nota Explicativa 09 - Remuneração a pessoal	113
5.7.10	Nota Explicativa 10 - Resultado Financeiro	114
5.7.11	Nota Explicativa 11 - Execução da receita orçamentária	114
5.7.12	Nota Explicativa 12 - Execução da despesa orçamentaria	114
5.7.13	Nota Explicativa 13 - Resultado orçamentário	115
5.7.14	Nota Explicativa 14 - Inscrição dos restos a pagar	115
5.7.15	Nota Explicativa 15 - Execução dos restos a pagar	116

6	Apêndice - Relação dos projetos desenvolvidos com a contratação de fundações de apoio	117
----------	--	------------

Mensagem do dirigente máximo



Senhores e Senhoras,

Apresentamos, de acordo com as disposições da Instrução normativa do TCU nº 84/2020, da Decisão normativa do TCU nº 187/2020 e da Decisão normativa do TCU nº 188/2020, o Relatório de Gestão 2020 como prestação de contas que a gestão pública deve cumprir aos órgãos de controle da União e, especialmente, à sociedade, fortalecendo, assim, o processo de transparência dos atos e das ações institucionais.

O ano de 2020 foi um ano distinto para as instituições com a presença do novo coronavírus no mundo. Preliminarmente, apresentamos o impacto que a pandemia causou, resultando em mudanças radicais em todos os setores econômicos, sociais e humanitários no mundo todo, especialmente no Brasil e no Ceará. Em atendimento às orientações sanitárias da Organização Mundial da Saúde (OMS) e às determinações do Ministério da Saúde (MS), do Ministério da Educação (MEC) e do governo do Estado do Ceará, o IFCE emergencialmente mudou a sua forma de atuar. Criou o Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus, elaborou protocolos, ajustou normativos internos para mudar a forma de atendimento presencial das suas atividades acadêmicas para virtual. O mesmo ocorreu com as atividades dos servidores técnico-administrativos que passaram a trabalhar *home office*. Portanto, todas as medidas foram tomadas no intuito de assegurar a vida de servidores e estudantes.

Para atender às demandas dessa nova forma emergencial de viver, o IFCE, que é organizado em 35 unidades físicas, sendo uma unidade administrativa central (Reitoria), um Polo de Inovação e 33 unidades acadêmicas, distribuídas em 33 municípios do estado do Ceará, se inovou. Tivemos que buscar alternativas de atendimento a nossa classe estudantil, com a aquisição de mais de 6 mil chips e 7 mil tablets, auxílios-internet e auxílios emergenciais, além de suporte psicológico.

O IFCE foi uma das primeiras instituições de ensino público no Brasil a iniciar o ensino remoto. Para isso, realizamos um curso exclusivo para inserir os nossos professores nas novas tecnologias digitais. Ações emergenciais, prioritárias e de superação tiveram o envolvimento de todos os servidores da instituição.

É papel social do IFCE utilizar os seus conhecimentos em prol da sociedade e assim fizemos, no enfrentamento a pandemia, com a instalação de uma usina de álcool em gel, confecção de máscaras, produção de água sanitária, produção de sabão líquido, campanhas de arrecadação de alimentos, Plataforma Fique no Lar, Atlas Digital (sobre a Covid-19 no Ceará), Monitor COVID-19, entre outras, muitas iniciativas germinaram de nossos *campi*.

Demos continuidade ao segundo ano do nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), cumprindo as metas traçadas e seguindo o nosso planejamento. O Relatório de Gestão traz

todos os resultados dos indicadores de gestão nas áreas do ensino, da pesquisa, inovação e pós-graduação, da extensão, dos assuntos estudantis, da gestão de pessoas, da comunicação social, da tecnologia da informação, da sustentabilidade ambiental, além dos resultados da gestão orçamentária e financeira.

Portanto, espera-se que este Relatório de Gestão dê uma ideia dos esforços despendidos para o bom funcionamento da instituição, reforce a certeza de que ela permanecerá situando a qualidade do seu trabalho como prioridade, por intermédio da busca constante de cada vez mais aprimorar seus serviços, e reiterar o comprometimento em oferecer, na medida do possível, o melhor para a sociedade, almejando que esta enxergue o IFCE como mais que um local de aprendizagem, deseja-se que o identifiquem como um parceiro para a construção de histórias de vida.

Senhores e senhoras, convidamo-los à leitura!

1 Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1.1 Sobre a instituição

O IFCE é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a prática pedagógica. A principal finalidade da instituição é a de ofertar cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação (tecnológicos, licenciaturas e bacharelados) de cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorados) em suas diferentes modalidades.

MISSÃO

Produzir, disseminar e aplicar os

conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando a sua total inserção social, política, cultural e ética.



VISÃO

Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e ao desenvolvimento regional.



VALORES

Valorizar o compromisso ético com responsabilidade social, respeito, transparência, excelência e determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.



Atualmente o IFCE é organizado em unidades físicas, sendo uma unidade administrativa e um Polo de Inovação, sediados em Fortaleza, e 33 unidades acadêmicas que são os locais de oferta dos cursos presenciais da instituição. A reitoria, órgão administrativo central do IFCE, está sediada na cidade de Fortaleza e as unidades acadêmicas, denominadas individualmente de *campus*, estão distribuídas em 33 municípios de todas as macrorregiões do estado do Ceará, conforme pode ser observado na imagem ao lado.



As unidades acadêmicas do IFCE oferecem um ensino público, gratuito e de qualidade a todos os cidadãos residentes no município sede das nossas instalações, bem como aos residentes dos municípios circunvizinhos. Além do mais, o IFCE amplia sua atuação alcançando outros municípios nos quais não tem campus instalado, por meio da oferta de seus cursos ofertados na modalidade de ensino a distância.



ACARAÚ
AV. DES. ARMANDO
DE SALES LOUZADA,
S/N. 62580-000
ACARAÚ - CE



ACOPIARA
ROD. CE 060, KM 332,
S/N - VILA MARTINS.
63560-000 ACOPIARA -
CE



ARACATI
CE 040, KM 137.1, S/N
AEROPORTO. 62800-
000 ARACATI - CE



BATURITÉ
RUA OUVIDOR MOR
VITORIANO SOARES
BARBOSA, 01
SANHARAO. 62760-000
BATURITÉ - CE



BOA VIAGEM
BR 020 KM 209, SN
ANAFUE. 63870-000
BOA VIAGEM - CE.



CAMOCIM
R. DOUTOR
RAIMUNDO CALS,
2041 CIDADE COM
DEUS. 62400-000
CAMOCIM - CE



CANINDÉ
RODOVIA BR 020, KM
303, S/N JUBAIA.
62700-000 CANINDÉ -
CE



CAUCAIA
R. FRANCISCO DA
ROCHA MARTINS, SN
PABUSSU. 61600-050
CAUCAIA - CE



CEDRO
ALAMEDA JOSE
QUINTINO, S/N
PRADO. 63400-000
CEDRO - CE



CRATEÚS
AV. DOUTOR GERALDO
BARBOSA MARQUES,
567 VENANCIOS.
63708-260 CRATEÚS -
CE



CRATO
RODOVIA CE - 292,
GISELIA PINHEIRO.
63115-500 CRATO - CE



FORTALEZA
AV. TREZE DE MAIO,
2081 BENFICA. 60040-
215 FORTALEZA - CE



GUARAMIRANGA
SITIO
GUARAMIRANGA, S/N
CENTRO. 62766-000
GUARAMIRANGA - CE



HORIZONTE
R. FRANCISCA CECILIA
SOUSA, S/N PLANALTO
HORIZONTE 62884-105
HORIZONTE - CE



IGUATU
RODOVIA CE-060 KM
05, S/N CAJAZEIRAS.
63503-790 IGUATU -
CE.



ITAIPOCA
AV. DA
UNIVERSIDADE, 102
MADALENAS. 62505-
090 ITAIPOCA - CE



JAGUARIBE
R. PEDRO BEZERRA DE
MENEZES, 387
MANOEL COSTA
MORAIS. 63475-000
JAGUARIBE - CE



JAGUARUANA
AV. ANTONIO DA
ROCHA FREITAS, 1566
CENTRO. 62823-970
JAGUARUANA - CE



JUAZEIRO DO NORTE
AV. GOVERNADOR
PLACIDO ADERALDO
CASTELO, 1646 LAGOA
SECA. 63040-540
JUAZEIRO DO NORTE -
CE



LIMOEIRO DO NORTE
R. ESTEVAM REMIGIO,
1145 CENTRO. 62930-
000 LIMOEIRO DO
NORTE - CE



MARACANAÚ
AVENIDA PARQUE
CENTRAL, DISTRITO
INDUSTRIAL I. 61939-
140 MARACANAÚ - CE



MARANGUAPE
AVENIDA JOAQUIM
LOPES DE ABREU,
RODOVIA CE - 065.
NOVO PARQUE
IRACEMA. 61949-210
MARANGUAPE - CE



MORADA NOVA
AV. PREFEITO
RAIMUNDO JOSE
RABELO, 2717 JULIA
SANTIAGO. 62940-000
MORADA NOVA - CE



MOMBAÇA
CE-363, 63610-000
MOMBAÇA - CE



PARACURU
RODOVIA CE 341, KM
02 PARQUE NOVO
PARACURU. 62680-000
PARACURU - CE.



PECÉM
RODOVIA CE 422, S/N
KM 4. 62674-000 SÃO
GONÇALO DO
AMARANTE - CE



QUIXADÁ
AV. JOSE DE FREITAS
QUEIROZ, 5000
CEDRO. 63902-580
QUIXADÁ - CE



SOBRAL
AV. DR. GUARANY, 317
BETANIA. 62042-030
SOBRAL - CE



**TABULEIRO DO
NORTE**
RODOVIA CE 377 KM
2, S/N SITIO
TAPERINHA. 62960-
000 TABULEIRO DO
NORTE - CE



TAUÁ
AV. ANTONIO TEIXEIRA
BENEVIDES, 01
COLIBRIS. 63660-000
TAUÁ - CE



TIANGUÁ
RODOVIA CE 187, 0
SAIDA P VICOSA.
AEROPORTO. 62320-
000 TIANGUÁ - CE



UBAJARA
RUA LUIZ CUNHA, 178
MONTE CASTELO.
62350-000 UBAJARA -
CE



UMIRIM
FAZENDA FLORESTA,
S/N FLORESTA. 62660-
000 UMIRIM - CE



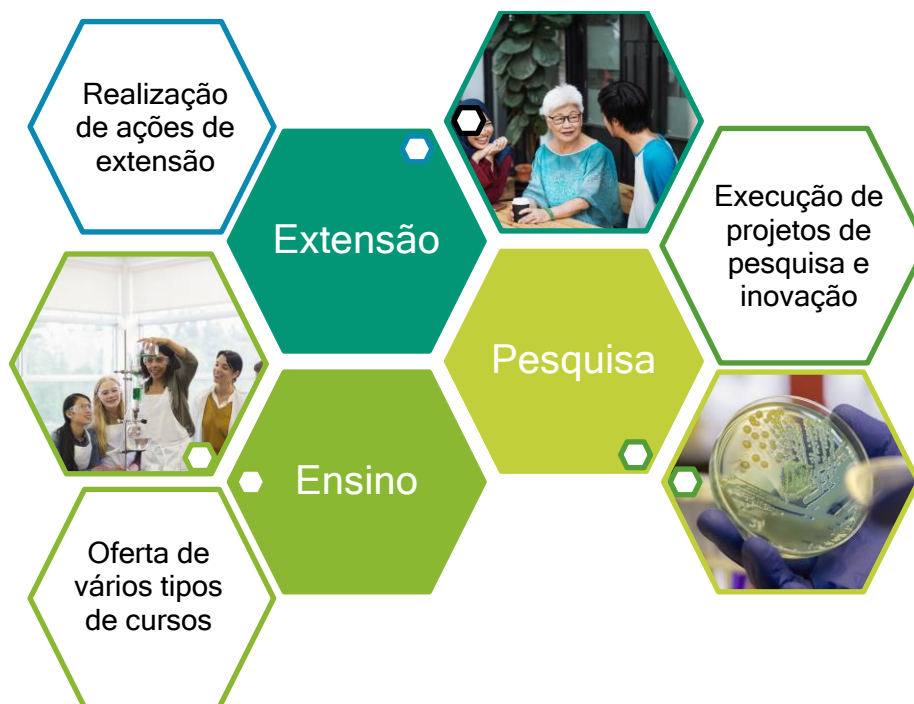
POLO DE INOVAÇÃO
R. NOGUEIRA ACIOLI,
621 - ALDEOTA, 60110-
140, FORTALEZA - CE



REITORIA
R. JORGE DUMMAR,
1703, JARDIM
AMÉRICA, FORTALEZA
- CE

O IFCE oferece uma ampla variedade de cursos voltados para a qualificação dos cidadãos e desenvolvemos uma gama de projetos de pesquisa, inovação e extensão que são de grande relevância para a potencialização daquilo que cada região oferece de melhor, seja em relação aos arranjos produtivos, cultura, lazer e/ou mundo do trabalho.

Em 2020, o IFCE ofertou 226 cursos técnicos, 117 cursos de graduação e 58 cursos de pós-graduação, além da oferta de 1.216 cursos de qualificação profissional de curta duração.



Na área da pesquisa, foram feitos 32 depósitos de patentes, mais de 1.200 publicações científicas foram realizadas pelos pesquisadores e estudantes da instituição, no âmbito dos 510 projetos de pesquisa e inovação em desenvolvimento neste período.

Quanto à sua atuação no âmbito da extensão, que tem por objetivo promover o desenvolvimento social, foram realizadas 1.002 ações de extensão, firmados 20 convênios de estágio e criadas 8 incubadoras de empresas.

1.2 Estrutura organizacional

O IFCE foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabeleceu a obrigatoriedade de um estatuto para atuação de qualquer instituto federal, no qual estariam dispostas as competências e as normas de funcionamento da instituição como um todo.

O estatuto do IFCE, publicado por meio Resolução Consup/IFCE nº 22, de 20 de agosto de 2009, define as competências de seus órgãos colegiados e prevê a existência de um regimento geral que detalha a estrutura organizacional e as competências das unidades administrativas do IFCE. O Regimento Geral do IFCE, por sua vez, foi publicado por meio da Resolução Consup/IFCE

nº 22, de 20 de agosto de 2009, definindo o modelo de gestão da instituição cuja estrutura está ilustrada na imagem a seguir.

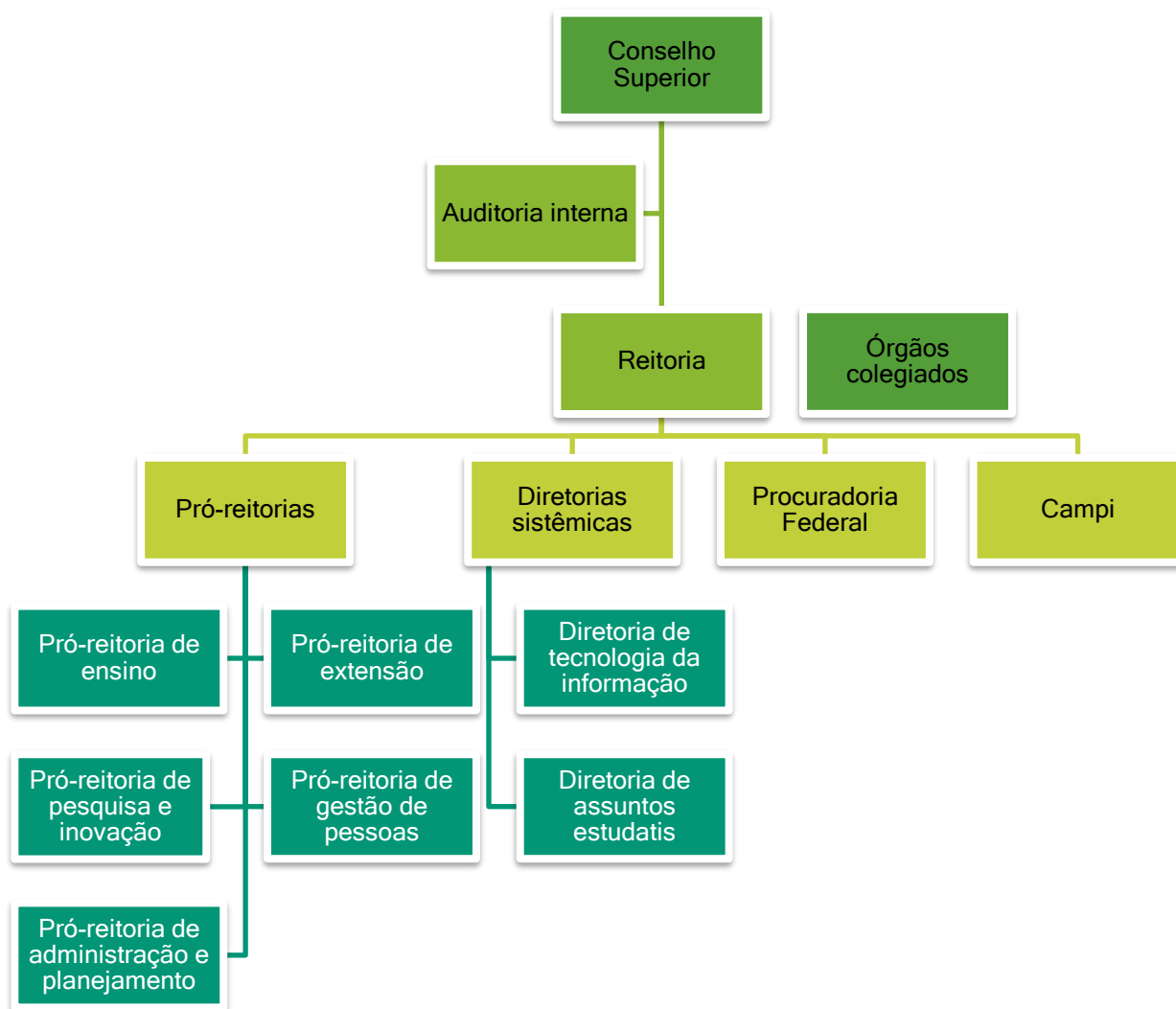


Figura 1 - Estrutura organizacional do Instituto Federal do Ceará, 2021.

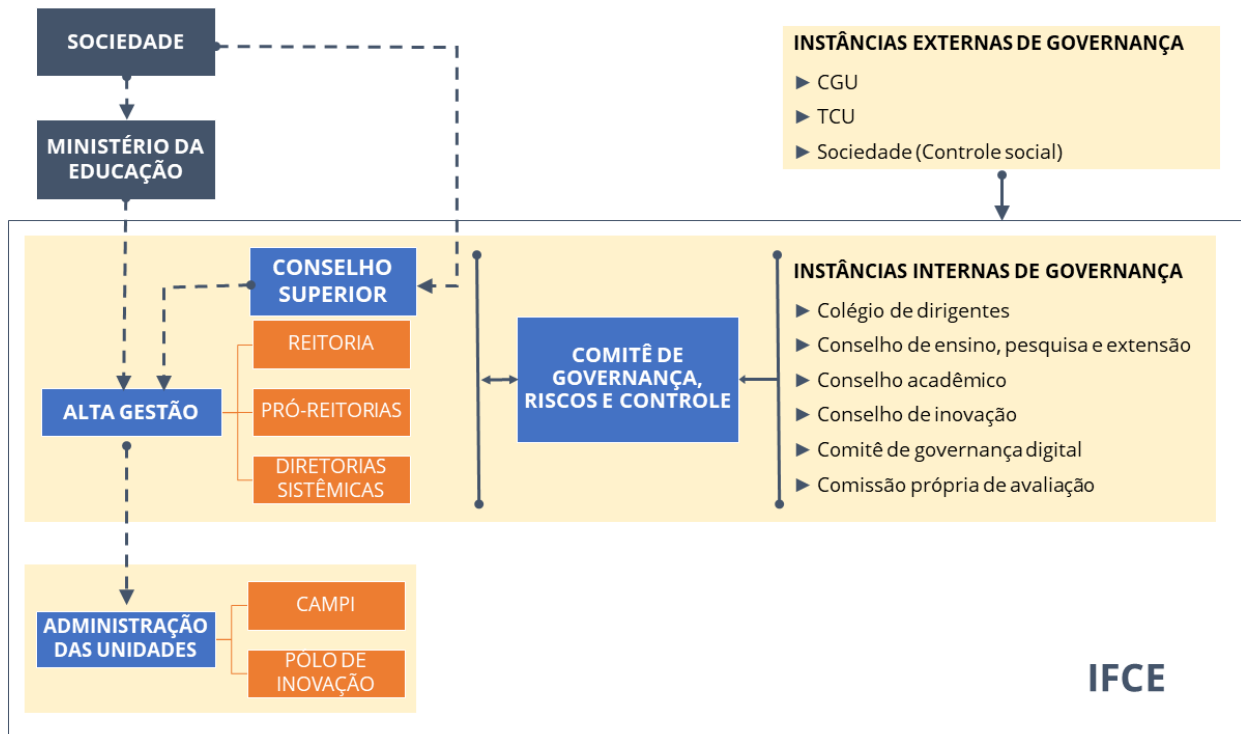
O IFCE funciona com uma reitoria que atua como órgão administrativo central de 1 polo de inovação e de 33 unidades acadêmicas que desempenham as atividades fins da instituição.

A reitoria é a responsável pela coordenação e supervisão das atividades das demais unidades e suas atividades estão distribuídas nas áreas estratégicas do ensino, da pesquisa, da inovação e pós-graduação, da extensão, da administração e planejamento, da gestão de pessoas, da tecnologia da informação, dos assuntos estudantis, das relações internacionais e da comunicação social.

1.3 Estrutura de governança

A governança corresponde a um conjunto de boas práticas de liderança, estratégia e controle, aplicado para avaliar, direcionar e monitorar a gestão. Nesse sentido, as estruturas de governança visam à transparência da gestão, eficiência e redução dos riscos associados aos

objetivos e metas institucionais. No IFCE, o modelo de governança está organizado conforme imagem a seguir.



1.3.1 Instâncias internas de governança

1.3.1.1 ALTA ADMINISTRAÇÃO 2020



Virgílio Augusto Sales
Araripe
REITOR



Ivam Holanda de
Souza
PRÓ-REITOR DE
GESTÃO DE
PESSOAS



Reuber Saraiva de
Santiago
PRÓ-REITOR DE ENSINO



Tássio Francisco
Lofti Matos
PRÓ-REITOR DE
ADMINISTRAÇÃO



José Wally Mendonça
Menezes
PRÓ-REITOR DE
PESQUISA



Zandra Maria Ribeiro
Mendes Dumaresq
PRÓ-REITORA DE
EXTENSÃO



Carlos Mauricio
Jaborandy de Mattos
Dourado Júnior
DIRETOR DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO



Ana Caroline Cabral
Cristino
DIRETORA DE
ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL

1.3.1.2 CONSELHO SUPERIOR (CONSUP)

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFCE, que se reúne bimestralmente e, em caráter extraordinário, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros.

1.3.1.3 COLÉGIO DE DIRIGENTES (COLDIR)

O Colégio de Dirigentes é uma instância de caráter consultivo, sendo o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. Reúne-se uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros.

1.3.1.4 CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é órgão de caráter normativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão, mas assume caráter deliberativo no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e da Pró-Reitoria de Extensão.

1.3.1.5 CONSELHO ACADÊMICO

O Conselho Acadêmico, órgão de caráter consultivo dos diversos *campi*, objetiva subsidiar-se com informações da comunidade e com outras relativas a assuntos administrativos, ao ensino, à pesquisa e à extensão e avaliar as metas de atuação de sua política.

1.3.1.6 CONSELHO DE INOVAÇÃO

O Conselho de Inovação é órgão consultivo e deliberativo da área de inovação subordinado à Reitoria e tem por finalidade subsidiar a Diretoria do Polo de Inovação de Fortaleza quanto ao atendimento dos critérios de elegibilidade dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e serviços tecnológicos a ser desenvolvidos.

1.3.1.7 COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLE

O Comitê de Governança, Riscos e Controle é responsável por orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes aos objetivos estratégicos, macroprocessos ou projetos, sempre incorporando a visão de riscos à tomada de decisão. O Comitê, cujos trabalhos iniciaram em 30 de outubro de 2018, reúne-se trimestralmente e está em processo de elaboração de seus normativos.

1.3.1.8 COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL DO IFCE

O Comitê de Governança Digital do IFCE, instituído pela Portaria Nº 293, de 18 de abril de 2018, é responsável pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de medidas de Tecnologia da

Informação e Comunicação no âmbito do IFCE, em observância ao que dispõe a Portaria N° 19, de 29 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPOG.

1.3.1.9 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação, prevista no art. 11 da Lei N° 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentada pela Portaria N° 2.051, de 19 de julho de 2004, do Ministério da Educação, é órgão colegiado de natureza deliberativa e normativa em aspectos avaliativos, acadêmicos e administrativos.

1.3.2 Outras instâncias internas de apoio à governança

1.3.2.1 AUDITORIA INTERNA (AUDIN)

A unidade de Auditoria Interna é o órgão técnico de controle vinculado à Reitoria do IFCE, sujeito à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central e dos órgãos setoriais do sistema de controle interno do poder executivo federal em suas respectivas áreas de jurisdição. Desenvolve uma atividade de assessoramento à administração de caráter essencialmente preventivo, destinado a agregar valor e melhorar as operações da entidade, fortalecendo a gestão e racionalizando as ações de controle interno. Deve cumprir suas atribuições sem elidir a competência ministerial e do Tribunal de Contas da União (TCU).

1.3.2.2 DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Departamento de Governança de Tecnologia da Informação é responsável pelo planejamento, coordenação e aquisição dos materiais, equipamentos e serviços no âmbito da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) e da Reitoria. Entre suas atribuições, está a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IFCE, bem como a sugestão de projetos para a melhoria de processos internos, utilizando tecnologia disponível no mercado.

1.3.2.3 DEPARTAMENTO DE CORREIÇÃO (DCOR)

O Departamento de Correição do IFCE, é um órgão de apoio e assessoramento, que faz parte do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal como unidade seccional cujo objetivo é apurar desvios de conduta de agente público vinculado ao IFCE.

1.3.2.4 DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (DDI)

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional tem por finalidade promover as políticas e o planejamento, estruturar os marcos legais, a base organizacional e o desenvolvimento institucional.

1.3.2.5 COORDENADORIA DE GOVERNANÇA (CGOV)

Atualmente, o IFCE possui a Coordenadoria de Governança, criada pela Portaria nº 999/GABR/REITORIA, de 22 de novembro de 2018, e composta por uma servidora designada como responsável pela Unidade de Gestão de Integridade. Além disso, a referida portaria apresenta as competências e atribuições da unidade responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito do IFCE.

1.3.2.6 OUVIDORIA-GERAL

A Ouvidoria-Geral é órgão de assessoramento da Reitoria, integrante do sistema de ouvidorias públicas do Poder Executivo Federal, constituindo-se em instância de controle e participação social responsável pelo tratamento de manifestações relativas aos serviços públicos prestados pelo IFCE, com vista ao aprimoramento da gestão pública.

1.3.2.7 COMISSÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética tem por objetivo estabelecer os princípios norteadores da conduta ética e profissional dos servidores do IFCE, devidamente amparados pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal regimento próprio e Código de Conduta Profissional do IFCE.

1.3.2.8 COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

A Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD presta assessoramento ao reitor do IFCE para a formulação e o acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

1.3.2.9 COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO DO PCCTAE

A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) é órgão consultivo e deliberativo que acompanhar, orientar, fiscalizar, avaliar e supervisionar o Plano de Carreira dos Cargos Técnico - Administrativos em Educação. Além de auxiliar a Alta Administração das políticas atinentes ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico - Administrativos em Educação.

1.3.2.10 DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Departamento articula em parceria com a comunicação dos *campi*, a divulgação das atividades institucionais para os públicos interno e externo, bem como defini as diretrizes de comunicação institucional e implanta políticas de comunicação.

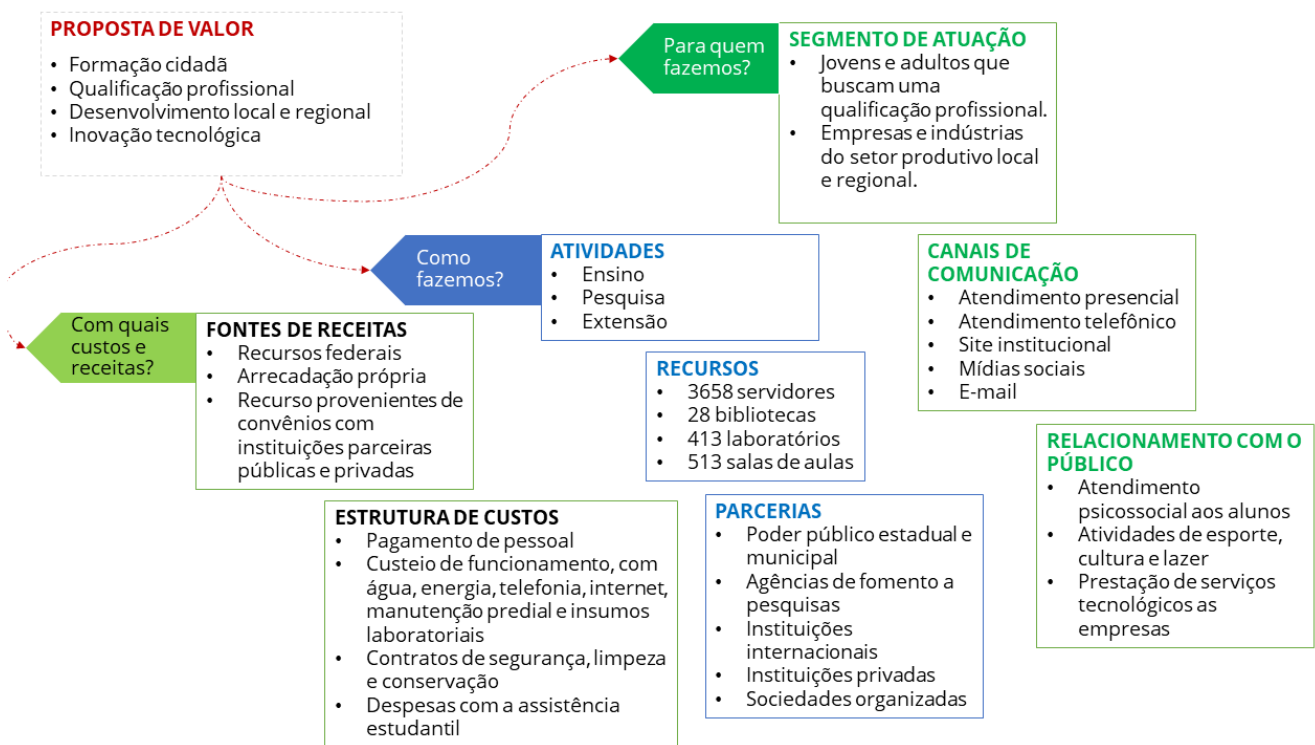
1.3.2.11 ASSESSORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Assessoria de Relações Internacionais (Arinter) elabora, propõe e coordena a execução das políticas de cooperação institucional e internacional do IFCE. Além de promover o intercâmbio científico, tecnológico, cultural, artístico e filosófico entre a entidade educacional e outros órgãos nacionais e internacionais, também assessora o IFCE, quanto à política e tomada de decisão.

1.3.3 Estruturas de governança externas

O IFCE não possui estruturas de governança externas, tais como: auditoria independente, conselhos externos, entre outros.

1.4 Modelo de negócios



1.5 Principais objetivos estratégicos

A seguir apresentam-se os principais objetivos estratégicos da instituição para o período de 2019 a 2023 que constam no seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), publicado por meio da Resolução Consup nº 111, de 26 de novembro de 2018.

PERSPECTIVA DO ESTUDANTE

- Reduzir o número de estudantes retidos.
- Reduzir a evasão discente.
- Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional
- Expandir e fortalecer os programas de pós-graduação
- Fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico racial.
- Fortalecer a articulação entre a Política de Assistência Estudantil e o Plano de Permanência e Êxito
- Aprimorar os serviços de alimentação e nutrição do IFCE.
- Melhor aplicabilidade dos recursos da assistência estudantil.
- Implantar ações para a educação em direitos humanos.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS

- Atender aos percentuais previstos na Lei 11.892/2008.
- Preencher as vagas ofertadas.
- Melhorar os indicadores de qualidade de ensino
- Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora no âmbito institucional.
- Expandir e consolidar a inovação.
- Fortalecer as relações socioproductivas e culturais nos contextos locais e regionais.
- Aperfeiçoar os procedimentos visando à efetividade e à excelência dos processos internos.
- Ampliar e modernizar a infraestrutura física do IFCE.
- Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade.
- Melhorar comunicação interna e externa.

PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

- Apoiar a capacitação de servidores do IFCE em cursos de pós-graduação
- Promover a capacitação e o desenvolvimento dos servidores.
- Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.

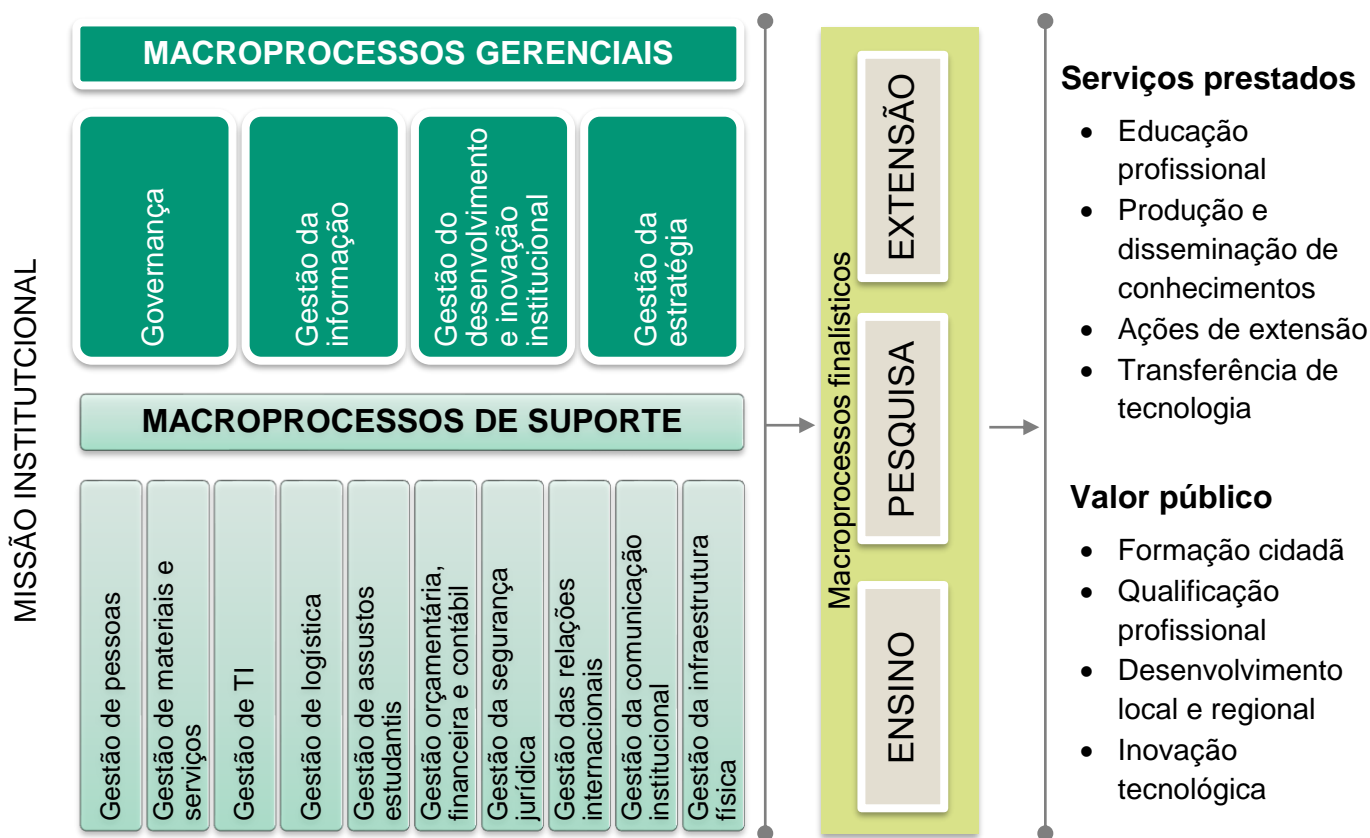
PERSPECTIVA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- Aprimorar a gestão orçamentária e financeira com foco na otimização dos recursos e na transparência.

1.6 Cadeia de valor

Uma maneira de expressarmos como os nossos processos interagem entre si e geram valor para a sociedade é por meio da cadeia de valor.

Dessa forma, a cadeia de valor do IFCE é composta de 4 macroprocessos gerenciais, 3 macroprocessos finalísticos e 10 macroprocessos de apoio, todos eles voltados para o alcance da visão institucional e, conseqüentemente, para entregar de valor a sociedade.



1.7 Ambiente externo

O ambiente externo pode ser entendido como o conjunto de fatores em que a instituição não tem controle e que podem gerar impacto na capacidade da instituição de alcançar os seus resultados. Esses fatores externos podem ter as suas origens no âmbito nacional ou internacional.

Uma análise do ambiente externo se caracteriza pela identificação de dois tipos de fatores: oportunidades e ameaças. As oportunidades são situações que podem ser aproveitadas pela instituição para impulsionar os seus resultados, ao passo em que, as ameaças são aquelas que podem obstaculizar os resultados esperados. As origens de ambos os fatores podem ser políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e legais.

A seguir, apresentamos um conjunto de fatores (não exaustivo) que exerce influência nas atividades do IFCE.



Ameaças

- Incerteza em relação as políticas públicas voltadas para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- Descompasso entre o orçamento e o crescimento das matrículas;
- Ausência de transporte público nas cidades do interior do estado;
- Desvalorização da carreira do servidor público da educação;
- Impossibilidade de novas contratações de servidores;
- Leis que causam morosidade nos processos internos; e
- Pandemia da Covid-19.



Oportunidades

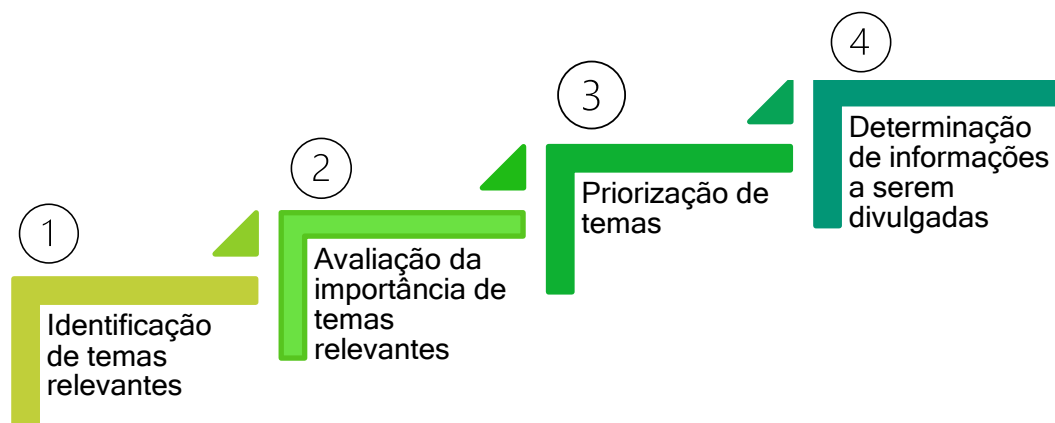
- Possibilidades de parcerias com órgãos governamentais, bem como instituições públicas e privadas;
- Publicação de editais de fomento externo;
- Surgimento de novos arranjos produtivos no estado;
- Demanda da sociedade por qualificação técnica e tecnológica;
- Demanda da sociedade por cursos de graduação e pós-graduação; e
- Expansão do ensino a distância;
- Pós-pandemia (“novo normal”).

Em 2020 um novo fator foi acrescentado ao rol das ameaças e oportunidades: a pandemia da Covid-19. Esse fator, ao mesmo tempo em que o consideramos como uma ameaça, também podemos vislumbrá-lo como uma oportunidade, pois apesar de causar impactos negativos nas atividades fins da instituição, como a inviabilidade da continuidade das aulas presenciais, a pandemia forçou a instituição a adotar o trabalho remoto, resultando na redução de despesas operacionais, como gastos com água e energia elétrica, bem como proporcionou uma melhor qualidade de vida aos servidores.

1.8 Determinação da materialidade dos temas

O Tribunal de Contas da União (TCU) adota para o relatório de gestão a estrutura internacional de Relato Integrado (uma nova forma de preparação e apresentação de relatórios corporativos, que requer que a organização pense de forma integrada) desenvolvida pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC).

Um relatório integrado deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor (benefício percebido pelo cliente, sociedade e demais partes interessadas, por meio dos produtos e serviços organizacionais ofertados) em curto, médio e longo prazo. Desta forma, o processo para determinar a materialidade dos conteúdos seguiu os passos demonstrados no diagrama a seguir.



Quanto à identificação de temas relevantes e avaliação da importância de temas relevantes, o IFCE já possui uma lista de 22 temas relevantes identificados e avaliados dentro do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), enumerados a seguir.

Relacionados ao ensino

1. Ampliação do número de estudantes egressos com êxito
2. Ampliação das matrículas em cursos técnicos e licenciaturas
3. Melhoria da qualidade do ensino

Relacionados à extensão

4. Diversidade e Acessibilidade
5. Empreendedorismo
6. Desenvolvimento local e regional

Relacionados à pesquisa

7. Fortalecimento da pesquisa institucional
8. Consolidação da inovação
9. Expansão e excelência da pós-graduação

Relacionados às demais áreas estratégicas

10. Internacionalização
11. Ensino de Idiomas
12. Estruturação das Relações Internacionais
13. Promoção dos Direitos Humanos no âmbito educacional.
14. Inovação e sustentabilidade
15. Efetividade e excelência na gestão
16. Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento
17. Padronização e normalização das rotinas
18. Qualidade de vida no trabalho
19. Gestão da Segurança da Informação
20. Planejamento das Aquisições de TI

21. Gestão de Continuidade do Negócio

22. Imagem e identidade institucional

O passo seguinte foi priorizar, dentre os 22 temas, os 15 mais relevantes. A alta administração definiu que, dentre os 15, constariam necessariamente os 3 temas da área de Ensino por conterem os indicadores obrigatórios do TCU, e, considerando o conceito de geração de valor, definiu-se ainda a priorização dos 3 temas da pesquisa e dos 3 temas da extensão, pela relação direta que possuem com o cumprimento da missão institucional. Para completar a lista, realizou-se consulta à alta administração através de questionário estruturado, obtendo-se a listagem de temas priorizados a seguir:

1. Ampliação do número de estudantes egressos com êxito
2. Ampliação das matrículas em cursos técnicos e licenciaturas
3. Melhoria da qualidade do ensino
4. Fortalecimento da pesquisa institucional
5. Consolidação da inovação
6. Expansão e excelência da pós-graduação
7. Diversidade e Acessibilidade
8. Empreendedorismo
9. Desenvolvimento local e regional
10. Promoção dos Direitos Humanos no âmbito educacional
11. Inovação e sustentabilidade
12. Efetividade e excelência na gestão
13. Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento
14. Qualidade de vida no trabalho
15. Imagem e identidade institucional

Para a determinação das informações a serem divulgadas, foram escolhidos os indicadores de desempenho que já estão considerados consolidados na instituição, ou seja, que possuem um método de cálculo e fontes consistentes.

2 Gestão de riscos e controles internos

Entende-se como risco a probabilidade de ocorrências de fatos com implicações positivas ou negativas sobre os resultados esperados. Assim, a gestão de risco compreende o processo de identificar, mensurar e controlar a ocorrência desses fatos. Consciente que a gestão de risco é fator fundamental para contribuir com os avanços institucionais e favorece o bem gerir da coisa pública com probidade, respeitando os princípios constitucionais consagrados da administração pública.

Como forma de melhorar a comunicação e auxiliar o controle interno e a gestão de riscos, instituiu-se o modelo das linhas de defesa, com definição de responsabilidades de todos os envolvidos no processo, conforme ilustra a imagem a seguir.



Cada uma dessas barreiras possui suas funções específicas, de maneira que cada área possa compreender todo o processo e possa atuar de forma tempestiva, oferecendo a resposta esperada de cada linha de defesa.

Na primeira linha de defesa, os gestores das áreas gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles, sendo também responsáveis por implementar as ações corretivas para buscar resolver deficiências em processos e controles. A segunda linha de defesa monitora o gerenciamento de riscos da instituição, verifica as conformidades, desenvolve o controle interno e aprimora a primeira linha de defesa. Já a terceira linha, de forma independente, avalia a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, inclusive como a primeira e a segunda linha alcançam os objetivos estratégicos, além de propor melhorias.

Além disso, fomentou-se a capacitação dos servidores, mediante eventos, projetos, conteúdos disponíveis on-line (*lives*) da Controladoria-Geral da União, em assuntos vinculados a governança, como prestação de contas e plano de integridade, gestão de riscos, controladoria no setor público, ética pública e valores do serviço público.

Almeja-se que o gerenciamento de risco se fortaleça no âmbito do IFCE contribuindo para o bom desempenho na realização dos objetivos estratégicos.

O IFCE vem se empenhando no fortalecimento dos controles internos, na tentativa de reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos às suas atividades, destacando-se as iniciativas destalhadas a seguir.

2.1 Acompanhamento sistemático das metas traçadas

Realiza-se, trimestralmente, um acompanhamento do andamento das metas definidas no plano estratégico da instituição, bem como das ações planejadas no início de cada exercício.

Os períodos de monitoramento ocorrem no final dos meses de março, junho, setembro e dezembro, quando a reitoria solicita aos diretores de campus um relatório sobre a execução de suas ações nas áreas do ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, tecnologia da informação, relações internacionais, gestão de pessoas e administração geral, com o intuito de assegurar que os resultados das ações e metas traçadas para o exercício sejam alcançados satisfatoriamente.

Esse controle sistemático permite identificar os fatos que estão impactando negativamente nos resultados e, a partir de então, a instituição adota medidas capazes de minimizar os efeitos desses fatos.

2.2 Plano de integridade

Atendendo às orientações da CGU, foi criado o Plano de Integridade do IFCE, que demonstra o comprometimento da Alta Administração da instituição em manter os elevados padrões éticos, de transparência e de condutas ilibadas. A elaboração do Plano de Integridade foi realizada pelo Comitê de Governança, Riscos e Controle com a Coordenadoria de Governança, que é a unidade de gestão de integridade, com a incumbência de acompanhar sua execução.

O Plano apresenta o mapa de gestão de riscos, que, vinculado ao assunto “integridade”, indica os riscos e os tratamentos por executar no âmbito da Comissão de Ética, da Correição, da Auditoria, da Ouvidoria, do Conflito de Interesse e Nepotismo, da Gestão da Integridade, Transparência e outras áreas que possam contribuir para realização dos tratamentos aos riscos.

2.3 Plano de providências permanente

Todas as pró-reitorias, as diretorias sistêmicas, os *campi* e demais setores do IFCE são fiscalizados pela Auditoria Interna, em conformidade com o PAINT, em seus processos. A partir dos resultados, são implementadas ações pelas diversas unidades para o respectivo ajuste, caso apontado no relatório de auditoria.

Os compromissos de ajuste dos procedimentos da administração são postos no Plano de Providências Interno e no Plano de Providências Permanente, que são as referências para a elaboração de manuais, sistemas e normas internas que direcionem os processos do IFCE à eficiência e, conseqüentemente, à mitigação dos riscos. Além dessas iniciativas, a elaboração de manuais técnicos que regulamentam e padronizam a execução de atividades comuns à Reitoria e aos *campi* contribui para a minimização dos riscos inerentes aos processos internos da instituição.

2.4 Comitê de governança, riscos e controle

O Comitê de Governança, Riscos e Controle é composto pela Alta Administração do IFCE. Iniciou seus trabalhos em 30 de outubro de 2018 e, logo após, realizou o mapeamento dos riscos relacionados à integridade. Em sua última reunião, o Comitê elaborou Metodologia de Gerenciamento de Riscos do IFCE, a qual será submetida para apreciação e homologação do Conselho Superior -CONSUP. Ressalta-se que a Metodologia de Gerenciamento de Riscos fortalecerá o controle interno de áreas estratégicas para uma boa gestão da instituição.

2.5 Avaliação institucional

Além de ser um instrumento de autoavaliação interna exigido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que subsidia os processos de planejamento e desenvolvimento institucional, ainda proporciona uma reflexão contínua sobre o desempenho do IFCE, permitindo a revisão sistemática de sua atuação, considerando o cumprimento de sua missão, o alcance de seus objetivos e o aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados.

2.6 Painel Gestão à Vista

Em 2020, o IFCE adotou mais uma ferramenta de gestão visando a ampliar o nível de governança e fortalecer a transparência ativa no âmbito do IFCE. O painel apresenta informações acerca da execução orçamentária, aquisições de bens e serviços, contratação de serviços terceirizados, infraestrutura física e planejamento estratégico. Este último mostra os resultados dos indicadores de desempenho estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional vigente.

Todas as iniciativas citadas são voltadas para o fortalecimento do controle interno de áreas-chave para a boa gestão da instituição, porém, cabe ressaltar que, em breve, os controles internos

relativos às iniciativas apresentadas deverão ser intensificados para atender ao disposto na Política de Gestão de Riscos do IFCE.

3 Governança, estratégia e desempenho

3.1 Estratégia

A nossa estratégia para alcançar a visão institucional é composta de 30 objetivos estratégicos que são acompanhados periodicamente por 71 indicadores de desempenho. Para atingir os resultados esperados nos objetivos foram listados 161 projetos estratégicos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Unidade estratégica	Objetivos estratégicos	Indicadores de desempenho	Projetos estratégicos
Ensino	5	11	25
Extensão	3	10	20
Pesquisa, pós-graduação e inovação	4	7	17
Assuntos estudantis	4	6	4
Relações internacionais	3	5	29
Administração e planejamento	4	14	28
Gestão de pessoas	2	6	14
Tecnologia da informação	4	3	11
Comunicação social	1	9	13
Total	30	71	161

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023.

Todo esse planejamento está organizado em 9 áreas consideradas estratégicas, são elas: ensino, extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação, assuntos estudantis, relações internacionais, administração e planejamento, gestão de pessoas, tecnologia da informação e comunicação social.

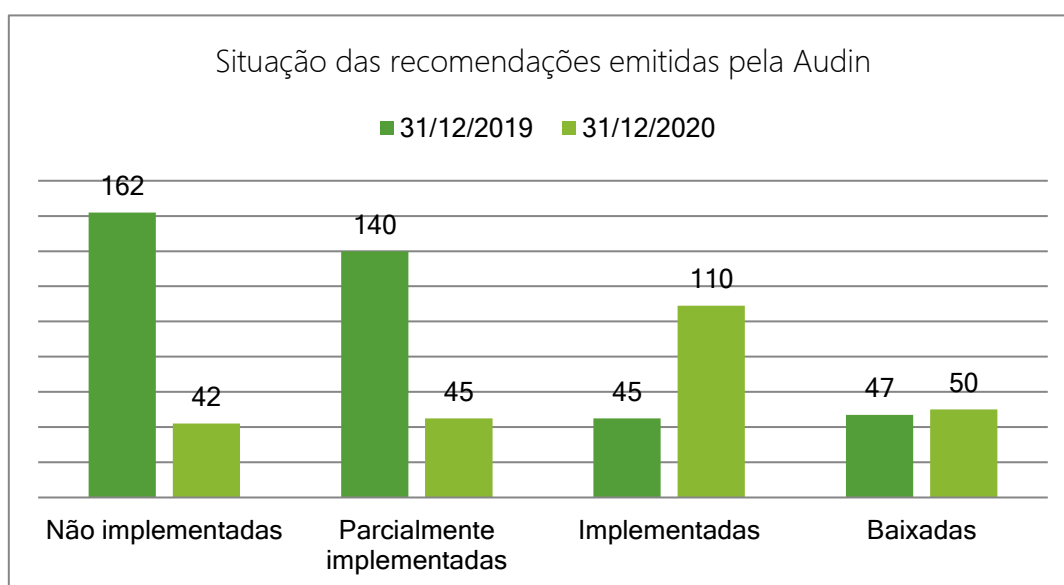
3.2 Apoio da estrutura de governança

A governança do IFCE planeja de forma sistêmica suas ações para o alcance dos objetivos estratégicos traçados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é uma ferramenta de gestão definidora de estratégias para um período de cinco anos.

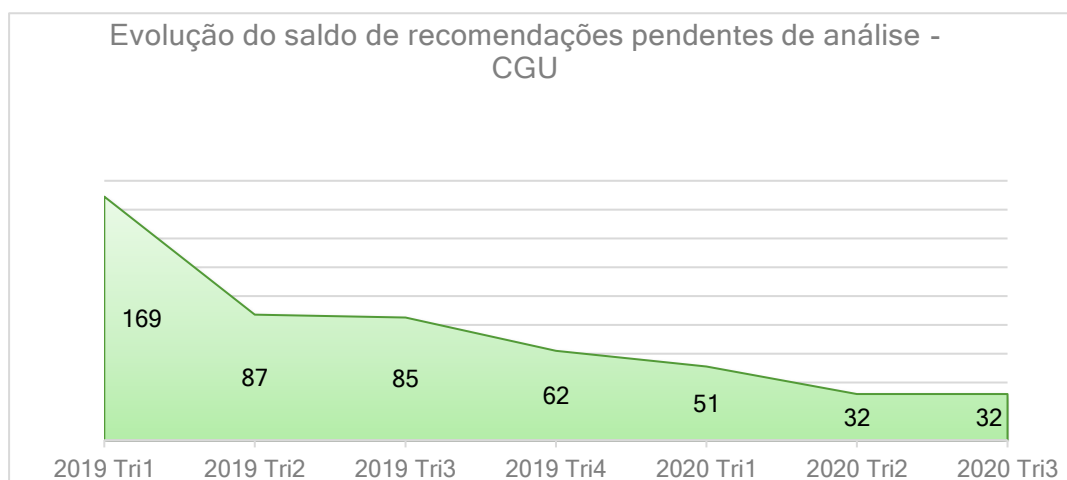
Nesse sentido, a alta administração reúne-se periodicamente revendo ações já realizadas e pensando melhorias, para garantir a eficiência administrativa e encontrar meios de atingir os objetivos estratégicos, o que reflete em eventos, como as reuniões de planejamento, encontro de gestores, o IFCE Capacita, fóruns, seminários e palestras, com intuito de aprimorar a governança pública e conscientizar os servidores do seu papel no processo de governança, bem como acompanhar e reportar o progresso de ações, assegurar a conformidade com a legislação, avaliar o desempenho da instituição e elevar a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade.

O IFCE também conta com uma ferramenta de monitoramento no ambiente virtual: o ForPDI, que possibilita verificar as ações, estratégias, promover ajustes e solicitar providências quanto aos procedimentos adotados para atingir as metas. A plataforma oferece agilidade, economicidade e promove soluções para lidar, tempestivamente, com os desafios geográficos enfrentados pelas 35 unidades administrativas desta autarquia em todo o território cearense.

Constata-se um aumento no grau de comprometimento com o atendimento das recomendações dos órgãos de controle, que se reflete pelo número de recomendações da CGU atendidas e pela mudança no perfil de atendimento das recomendações da Auditoria Interna do IFCE, observável, especialmente, mediante o número de recomendações implementadas, que saltaram de 45 em 2019 para 110 em 2020, e por meio da redução das recomendações parcialmente implementadas, que, em 2019, eram 140 e, em 2020, caíram para 45 recomendações.



No quadro a seguir, observa-se que o IFCE, no início de 2019, tinha 169 recomendações da CGU em fase de atendimento, das quais atendeu a 84. Em agosto de 2019, o IFCE tinha 85 recomendações para atendimento, das quais atendeu, até dezembro de 2020, 53, restando, portanto, apenas 32 para atendimento, representando um total de 137 recomendações atendidas num período de um ano, ou seja, mais de 81% das recomendações. Tudo isso é fruto do empenho desta autarquia em fortalecer o controle interno, a integridade, a transparência e a governança.



Em outro viés, apesar de 2020 ter sido um ano desafiador, em razão do contexto de pandemia, o IFCE não deixou de apresentar resultados, dentre os quais destacam-se: a retomada das aulas remotas em meados de maio de 2020, as capacitações para os docentes para realização do ensino remoto, o fornecimento de mais de 7 (sete) mil chips aos discentes, para facilitar o acesso à internet, a distribuição de mais de 6 (seis) mil tablets para os alunos de baixa renda do IFCE que não dispõem de equipamento para acompanhar as aulas remotas, a criação de cursos de extensão oferecidos gratuitamente e on-line para a comunidade, as ações voltadas para cuidados com a saúde mental do servidores, terceirizados e estudantes, as ações preparatórias para um retorno das atividades presenciais no momento adequado, processo de escolha do Reitor e dos diretores-gerais dos *campi* do IFCE que ocorre através de consulta a comunidade acadêmica, que inclui estudantes, professores e técnicos administrativos em educação, foram realizadas de forma 100 % remota, utilizando o sistema *Helios Voting* e outras ações.

Ademais, não obstante todos os desafios enfrentados por uma instituição de grande porte, o IFCE vem obtendo êxito na entrega de uma educação de qualidade à sociedade ao passo que fornece ao mercado de trabalho mão de obra mais qualificada, projetos inovadores e avanços tecnológicos, além de promover uma relação transformadora para a sociedade mediante a integração do conhecimento acadêmico e cultural. Isso reflete nas avaliações, das quais uma resultou, em 2020, no credenciamento com a nota máxima no Ministério da Educação e em recomendação do Conselho Nacional de Educação (CNE) de que ele valesse por dez anos, período concedido apenas para instituições que conquistaram conceito máximo na avaliação do MEC, tendo apenas dois institutos federais de toda a Rede Federal alcançado esse resultado até o momento.

Finalmente, do ponto de vista de infraestrutura, o IFCE iniciou a implantação das usinas fotovoltaicas para geração de energia alternativa em suas unidades. As primeiras que receberam a instalação das placas solares foram a Reitoria, o Polo de Inovação e o *campus* Fortaleza, mas haverá outras etapas até a conclusão em todos os *campi*, o que trará uma economia de 20% de energia elétrica e fortalecerá o zelo da instituição pela sustentabilidade ambiental. Além disso, acresce dizer que as usinas fotovoltaicas também poderão ser objeto de projetos e estudos dos discentes do IFCE.

4 Resultados da Gestão

4.1 Resultados alcançados

4.1.1 Área: ensino

Os indicadores apresentados a seguir, referentes ao ano de 2020, foram extraídos da ferramenta Painel PDI/IFCE - Indicadores do ensino, haja vista que a fonte oficial desses dados, a Plataforma Nilo Peçanha (PNP 2021), não estará pronta em tempo hábil para a coleta.

Os dados usados na ferramenta para os cálculos foram extraídos do sistema Sistec. A PNP a ser publicada em 2021 poderá apresentar resultados diferentes devido as datas de extração de dados não serem iguais. Os resultados do ano anterior, usados como comparação, têm como base a Plataforma Nilo Peçanha.

Devido às ações implantadas para a situação excepcional provocada pela pandemia de COVID-19 os indicadores de ensino podem apresentar resultados fora da curva que vinha sendo traçada série histórica da PNP.

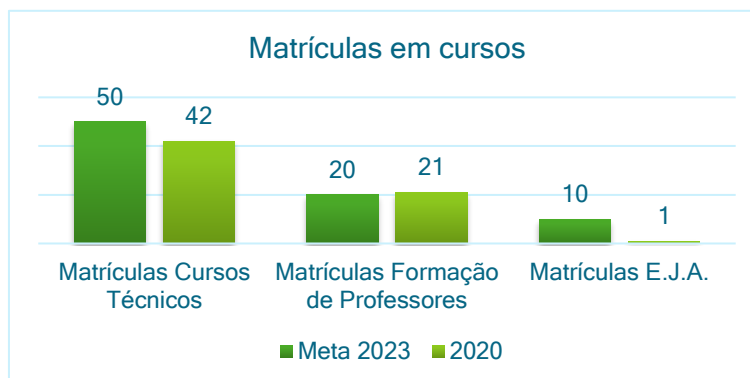
4.1.1.1 TEMA 1: AMPLIAÇÃO DAS MATRÍCULAS EM CURSOS TÉCNICOS E LICENCIATURAS

Objetivo estratégico: Atender aos percentuais previstos na Lei 11.892/2008.	
Indicador	Meta para 2023
Matrículas equivalentes em cursos de formação de professores	20% das matrículas totais
Matrículas equivalentes em cursos técnicos	50% das matrículas totais
Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos (Cursos de EJA)	10% das matrículas totais

Em 2020 o IFCE atingiu o percentual de 42% de matrículas em cursos técnicos, obtendo um resultado inferior ao ano anterior, quando atingiu o quantitativo de 44,1% neste indicador. A meta estabelecida para 2023 é de 50% das matrículas em cursos técnicos.

Uma das medidas adotadas pelo IFCE durante o período de pandemia de COVID-19 foi a oferta de cursos de qualificação profissional. O aumento de vagas ofertadas para estes tipos de curso, provavelmente, impactou o percentual de estudantes matriculados nos outros tipos de curso, sendo os cursos técnicos os mais atingidos

Nos cursos de formação de professores e de Educação de Jovens e Adultos (EJA) os números apresentados foram melhores que os resultados de 2019. No caso dos cursos de formação de professores a meta estabelecida (20%), que já havia sido superada nos anos anteriores, teve um resultado levemente melhor em 2020 chegando a 21%.



Os cursos de EJA apresentaram números levemente melhores se comparados aos resultados de 2019, mas ainda inferiores a meta estabelecida para o indicador (10%). Conforme os dados apresentados o IFCE atingiu o resultado de 1% de matrículas em EJA.

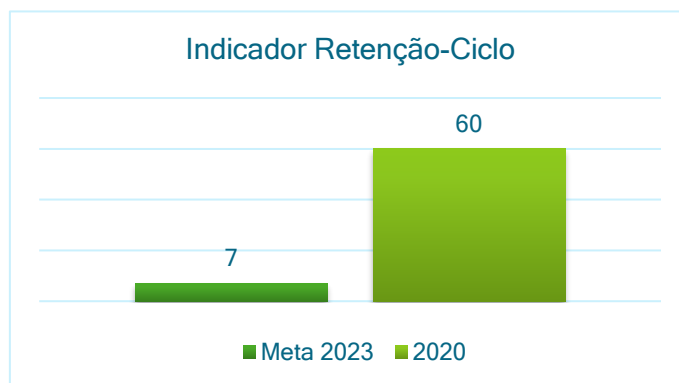
Apesar das dificuldades impostas pela situação de pandemia, o número de estudantes matriculados não foi fortemente impactado. Medidas como oferta de cursos na forma de ensino remoto foram cruciais para a manutenção das atividades de ensino e do vínculo dos estudantes com a instituição.

4.1.1.2 TEMA 2: AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES EGRESSOS COM ÊXITO

Objetivo estratégico: Reduzir o número de estudantes retidos.	
Indicador	Meta para 2023
Retenção Ciclo - RCiclo [%]	Até 7% de retenção

O indicador retenção ciclo, de acordo com os números apresentados, foi o mais impactado pela situação de pandemia em 2020. Em 2019 o percentual atingiu 7,89%, já em 2020 esse percentual teve um aumento totalmente fora da curva, chegando a 60%, conforme dados da ferramenta Painel PDI/IFCE - Indicadores do Ensino. A meta para esse indicador é de 7% até 2023.

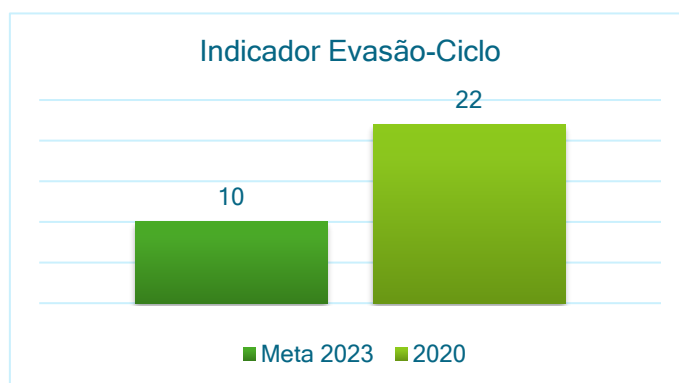
Destaca-se que, com as atividades presenciais suspensas, medidas foram tomadas para se evitar a saída dos estudantes, entre elas a possibilidade de os estudantes trancarem suas matrículas em datas excepcionais.



Além disso, em alguns *campi* os calendários letivos estão desalinhados ao ano civil, o que impossibilita um recorte fiel das situações de matrícula que seriam atualizadas ao fim dos períodos letivos. Ressaltando que a data de extração dos dados utilizados na ferramenta é 28 de dezembro de 2020. Espera-se que os dados validados na PNP, as serem publicados em junho de 2021, apresentem um resultado mais coerente com curva traçada desde implantação da Plataforma Nilo Peçanha.

Objetivo estratégico: Reduzir a evasão discente.	
Indicador	Meta para 2023
Evasão Ciclo - EvCiclo [%]	Até 10% de evasão

O indicador Evasão-Ciclo teve uma melhora considerável se comparado ao resultado da série histórica da PNP. Conforme os dados apresentados na ferramenta PDI/IFCE - Indicadores do Ensino a Evasão-Ciclo chegou a 22% em 2020, sendo que a meta para esse indicador é de 10% até 2023.



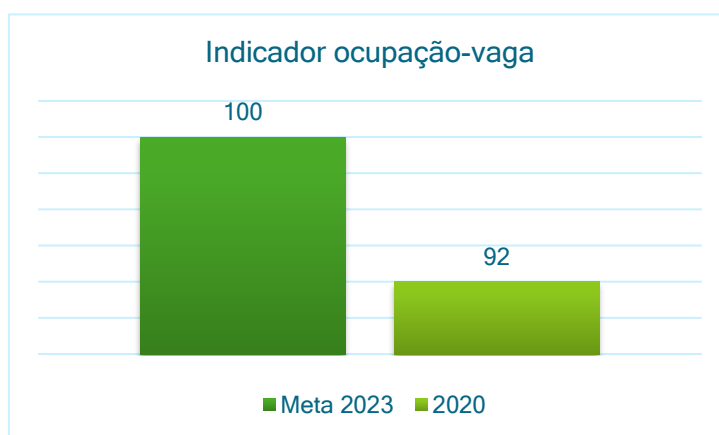
Assim como nos outros indicadores, há a possibilidade de que as medidas adotadas para período de pandemia tenham impactado no resultado, principalmente as ações excepcionais para evitar a evasão dos estudantes.

Este indicador vem melhorando nos últimos anos, em decorrência das ações de combate à evasão, implantadas pela gestão de ensino do IFCE, e, apesar da provável distorção trazida pela

situação de pandemia, há uma tendência de melhoria gradual que poderá ser mais bem analisada com a publicação dos resultados da PNP 2021.

Objetivo estratégico: Preencher as vagas ofertadas.	
Indicador	Meta para 2023
Ocupação das vagas	Ocupação de 100% das vagas ofertadas

O indicador ocupação-vaga atingiu o quantitativo de 92% em 2020, conforme dados da ferramenta PDI/IFCE - Indicadores de Ensino. A meta a ser atingida até 2023 é 100% de ocupação das vagas. Esse resultado é melhor que número alcançado em 2019, que foi de 87,09% de ocupação.



Esse indicador foi aferido pela PNP, pela primeira vez, em 2019 e a resultado atual mostra uma variação positiva nos períodos comparados. O fato de as atividades presenciais estarem suspensas pode afetar nas próximas seleções, porém, conforme os dados analisados, a tendência de melhoria desse indicador está mantida.

4.1.1.3 TEMA 3: MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO

Objetivo estratégico: Melhorar os indicadores de qualidade de ensino.	
Indicador	Meta para 2023
Conceito Preliminar de Curso (CPC)	Alcançar IGC 5 para toda a instituição
Desempenho ENADE	Nota 5 em todos os cursos avaliados
Relação Aluno-Professor (RAP)	20 alunos por docente
Taxa de Conclusão ciclo - CCiclo [%]	83% de conclusão

4.1.1.3.1 Índice Geral de Cursos (IGC)

O Índice Geral de Cursos (IGC) que é calculado e divulgado pelo Ministério da Educação, ainda não teve os resultados que deveriam ter sido divulgados em 2020 publicados.

Ressalta-se que esse indicador é sempre divulgado no ano posterior ao ano referência, ou seja, em 2020 deveriam ter sido publicados os resultados referentes a 2019. O atraso na publicação dos resultados não foi justificado MEC

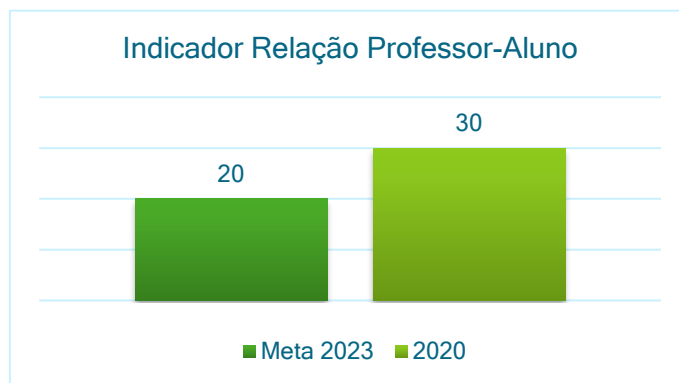
4.1.1.3.2 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)

Assim como o IGC, o ENADE é divulgado no ano seguinte ao da avaliação. Em 2019, com base nos resultados divulgados pelo INEP, nos parâmetros usados pela PNP para divulgação do CPC, considerando apenas os cursos com situação “em atividade”, o IFCE tinha cinco cursos avaliados com conceito 5 (máximo), 18 cursos avaliados com conceito 4, vinte e um cursos avaliados com conceito 3, cinco cursos avaliados com conceito 2 e um curso avaliado com conceito 1.

Em 2020 foram divulgados os resultados das avaliações realizadas em 2019. Foram avaliados 13 cursos no total, sendo um curso foi avaliado com conceito 5, sete cursos com conceito 4, quatro cursos com conceito 3 e um curso conceito 2.

Para que a meta de todos os cursos com conceito 5 seja alcançada até 2023 todos os cursos avaliados nos exames de 2020, 2021 e 2022 precisam alcançar o conceito máximo, haja vista que o ciclo avaliativo é trienal e a consolidação dos resultados ocorre no ano posterior ao da avaliação.

4.1.1.3.3 Relação Aluno-Professor (RAP)



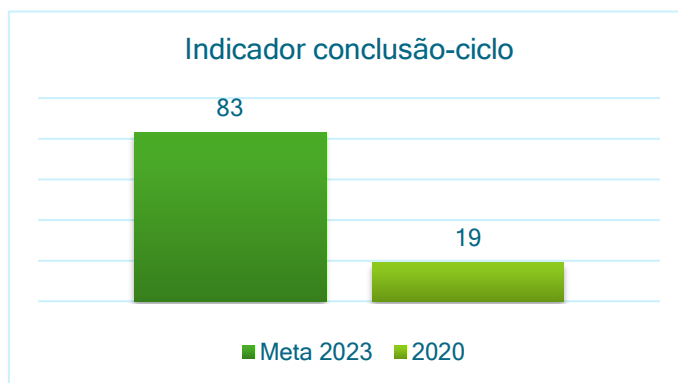
Em 2019, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha, no IFCE esse indicador foi de 28,14. De acordo com os dados da ferramenta PDI/IFCE - Indicadores do Ensino, em 2020 o IFCE alcançou RAP 30, ou seja, 30 alunos por professor.

A meta estabelecida para esse indicador é de, no mínimo, 20 alunos por professor, portanto a meta, assim como no ano anterior, foi superada em 2020, com tendência de manutenção ou melhoria do indicador para os próximos anos.

4.1.1.3.4 Conclusão-Ciclo

Esse indicador em 2019 teve como resultado o percentual de 46,06%. Já em 2020, conforme dados da ferramenta PDI/IFCE - Indicadores de Ensino o percentual atingido foi de apenas 19%, uma grande variação que foge da curva da série histórica da PNP.

Assim como outros indicadores, esse pode ter sido impactado pela situação atípica imposta pela pandemia de COVID-19. A questão do calendário letivo fora de simetria com o calendário civil também pode interferir nos resultados, haja vista que algumas situações de matrículas a serem registradas no final do período letivo não puderam ser captadas na data da extração dos dados.



Para que possamos analisar mais fidedignamente esse indicador, garantindo a continuidade metodológica e a série histórica, o ideal será comparar esses dados com os resultados consolidados na PNP a ser publicada em junho de 2021.

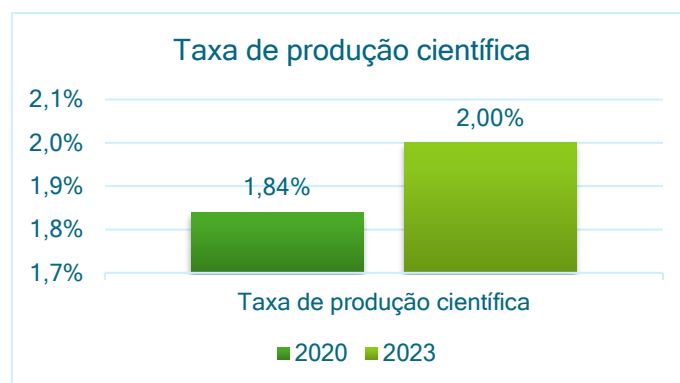
4.1.2 Área: pesquisa, inovação e pós-graduação

4.1.2.1 TEMA 1: FORTALECIMENTO DA PESQUISA INSTITUCIONAL

Objetivo estratégico: Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional.		
Indicador	Alcançado em 2020	Meta para 2023
Taxa de produção científica	Uma média de 1,84 produções científicas por pesquisador foi realizada neste ano.	Média de 2 produções anuais por pesquisador cadastrado na plataforma NL da PRPI

O resultado apresentado no gráfico a seguir demonstra que as ações dinâmicas de incentivo à produção científica nos mais diversos meios têm sido bastante eficientes.

Neste contexto, observa-se que a meta prevista para 2023 já está bem próxima de ser atingida. Isto se deve principalmente à execução de ações conjuntas entre reitoria e *campi* que estimularam servidores e discentes a serem mais proativos na publicação de resultados de suas pesquisas. Permanece o desafio de continuar os incentivos e trabalhos feitos em prol de recorrente melhoria desse indicador.



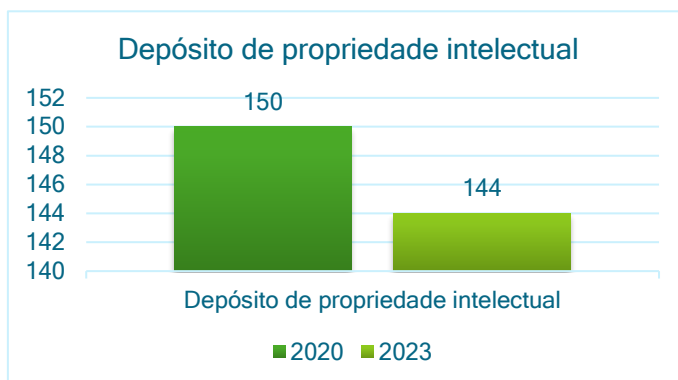
4.1.2.2 TEMA 2: CONSOLIDAÇÃO DA INOVAÇÃO

Objetivo estratégico: Expandir e consolidar a inovação.	
Indicador	Meta para 2023
Depósitos de propriedade intelectual	144 registros
Volume de recursos captados em projetos de P&D	R\$ 17,5 milhões

Em relação ao objetivo estratégico de expandir e consolidar a inovação, foram utilizados dois indicadores para aferir o seu alcance, foram eles: (1) depósitos de propriedade intelectual; e (2) volume de recursos captados em projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Em relação à propriedade intelectual, vale destacar que a convenção da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO na sigla em inglês) a define como “a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico”. Considerando

que o indicador se refere a uma meta de depósitos, são considerados os pedidos de proteção de patentes e marcas, além de registros de software.



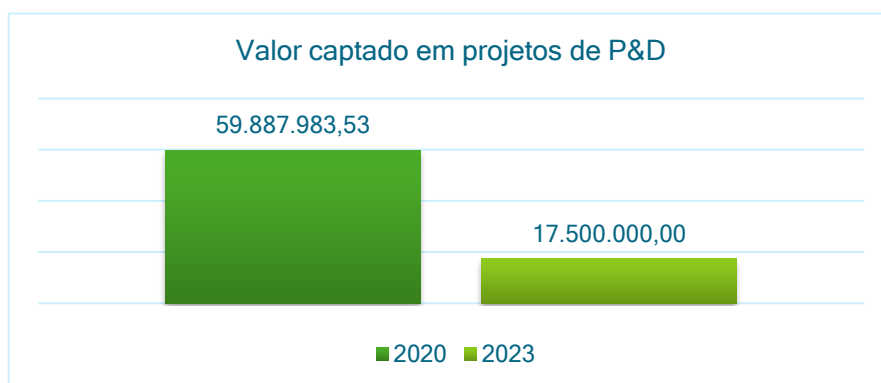
Considerando o estabelecido no Catálogo dos Objetivos, Indicadores e Metas do Quinquênio 2019-2023, a meta definida em relação ao indicador analisado foi de 144 registros. Apura-se que ao final do ano de 2020, a meta estipulada não só foi cumprida, como ultrapassada, conforme é possível observar no gráfico acima.

O gráfico evidencia que até o final de 2020, foram solicitadas proteção de 150 direitos relativos à Propriedade Intelectual, sendo 70 relativos a patentes, 79 registros de softwares e 1 marca, o que evidencia a execução em 104,17% da meta.

Destaque que esses resultados são reconhecidos por toda a comunidade, uma vez que desde 2017 o IFCE aparece no ranking nacional do INPI entre as 50 instituições de maior produção intelectual, parecendo em 33º em depósitos de patente em 2017, 49º em registros de software em 2018 e, em 2019, 44º em depósitos de patente e 18º em registros de software.

Quanto à captação de recursos via projetos, esta é de suma importância para a execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento, pois, além de oportunizar a realização das atividades de pesquisa, auxiliar na manutenção dos laboratórios e colaborar com a retenção de alunos, contribui com o desenvolvimento da sociedade ao atender as demandas das organizações parceiras.

Considerando o estabelecido no Catálogo dos Objetivos, Indicadores e Metas do Quinquênio 2019-2023, a meta definida em relação ao indicador analisado foi de R\$ 17,5 milhões. Assim como



no indicador anteriormente evidenciado, apura-se que ao final do ano de 2020, a meta estipulada não só foi cumprida, como ultrapassada, conforme é possível observar no gráfico a seguir.

Conforme o gráfico, apura-se que ao final do ano de 2020, a meta estipulada não só foi cumprida, como ultrapassada, uma vez que se captou R\$ 59.887.983,53, o que representa 342,22% da meta.

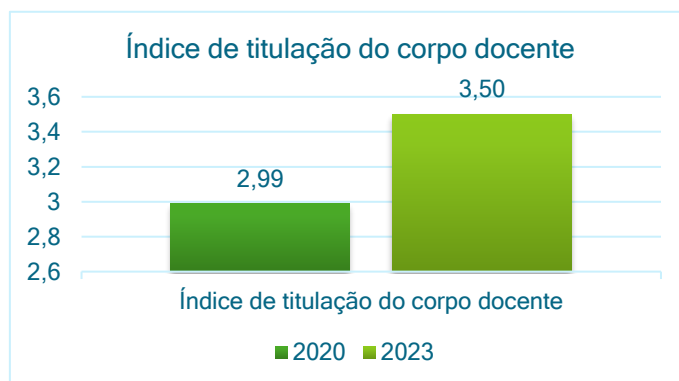
Saliente-se que o valor captado foi fruto da ação conjunta da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e dos pesquisadores do IFCE, os quais realizaram mais de 600 ações de prospecção e viabilizaram a execução de 89 projetos de PDI em parceria com outras instituições, os quais foram celebrados com 73 instituições.

Diante do apresentado, é relevante destacar o comprometimento e empenho do IFCE com o objetivo estratégico de expandir e consolidar a inovação, uma vez que ao final de 2020 já foi possível ultrapassar as metas estipuladas para 2023. Saliente-se o atingimento das metas não gera sentimento de acomodação, mas de motivação para impulsionar as ações de inovação do IFCE.

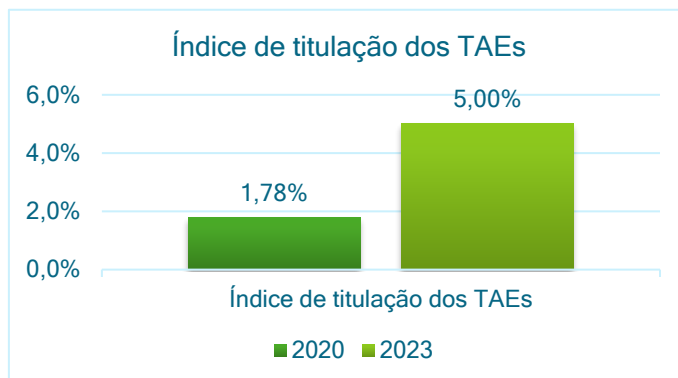
4.1.2.3 TEMA 3: EXPANSÃO E EXCELÊNCIA DA PÓS-GRADUAÇÃO.

Objetivo estratégico: Apoiar a capacitação de servidores do IFCE em cursos de pós-graduação	
Indicador	Meta para 2023
Índice de titulação do corpo docente	Acréscimo de 3,5% sobre o índice atual de cada campus.
Índice de titulação TAEs	Acréscimo de 5% em relação ao índice de 2018

Os resultados apresentados nos gráficos de índice de titulação de corpo docente e técnico administrativo educacional no ano 2020 demonstram o resultado de ações de incentivo à capacitação docente e de técnicos administrativos em nível de pós-graduação.



Os índices estão bem próximos da meta estabelecida no período 2019-2023. Um dos fatores que devem ser mencionados e que influenciaram de forma negativa, são os impactos da pandemia COVID19 de um modo geral, mas principalmente nas atividades desenvolvidas nos programas de pós-graduação. Várias pesquisas ficaram comprometidas, impossibilitando a conclusão da capacitação dentro do tempo normal previstos pelos programas. Espera-se que no decorrer de 2021 e principalmente em 2022, tudo esteja normalizado.

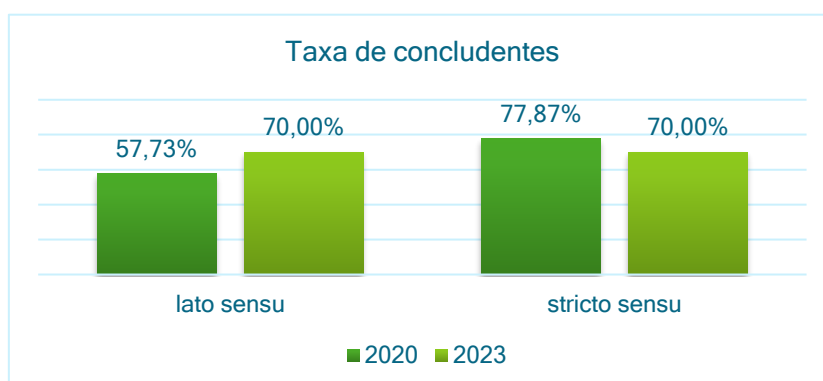


Destaca-se em 2020 a aprovação e início do Dinter em Geografia e em Ciências Marinhas Tropicais em parceria com a Universidade Federal do Ceará, visando à capacitação de docentes em nível de doutorado, tendo sido ofertadas 30 vagas. Parcerias com outras instituições forma articuladas, inclusive buscando a capacitação de TAEs. No entanto, também foram comprometidas pela situação sanitária vivida pelo país.

4.1.2.4 TEMA 3: EXPANSÃO E EXCELÊNCIA DA PÓS-GRADUAÇÃO.

Objetivo estratégico: Expandir e fortalecer os programas de pós-graduação.	
Indicador	Meta para 2023
Taxa de conclusão lato sensu	70% de concludentes por curso
Taxa de conclusão stricto sensu	70% de concludentes por curso

Os resultados apresentados nos gráficos de taxa de concludentes em cursos de pós-graduação no ano 2020 demonstram que o índice não foi atingido ainda para o primeiro caso, mas tendo sido atingida a meta para 2020.



Assim como na capacitação de servidores em nível de pós-graduação, a pandemia COVID influenciou de forma negativa os resultados, são os impactos da pandemia COVID19 no ensino de um modo geral, mas principalmente nas atividades desenvolvidas nos programas de pós-graduação do IFCE.

Várias pesquisas ficaram comprometidas, impossibilitando a conclusão da capacitação dentro do tempo normal previstos pelos programas. Espera-se que no decorrer de 2021 e principalmente em 2022, tudo esteja normalizado. Destaca-se a aprovação do primeiro programa de pós-graduação em nível de doutorado: é o doutorado em rede nordeste de ensino, fruto da parceria do IFCE com outras 6 instituições.

4.1.3 Área: extensão

4.1.3.1 TEMA 1: DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Objetivo estratégico: fortalecer as relações socioprodutivas e culturais nos contextos locais e regionais.	
Indicador	Meta para 2023
Total de parcerias firmadas	5 parcerias por campus
Índice de participação de servidores na Extensão	20% de servidores envolvidos
Índice de participação de discentes na Extensão	7% de discentes envolvidos
Taxa de alcance das ações de extensão	Mínimo de 30 pessoas atendidas em média por ação
Taxa de discentes matriculados em estágio curricular obrigatório	Coeficiente de progressão acima de 75%

4.1.3.1.1 Indicador: Total de parcerias firmadas

Para o cálculo deste indicador considera-se as parcerias firmadas por meio de instrumento jurídico durante o exercício de 2020, com abertura de processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/IFCE e cadastro de informações no Sistema de Gerenciamento da Pró-Reitoria de Extensão - Sigproext. Nesse sentido, apenas os *campi* de Limoeiro do Norte, Sobral e Guaramiranga inseriram informações das parcerias no referido sistema. O indicador de parcerias firmadas na área da extensão busca alcançar a formalização de 5 parcerias por campus até o final de 2023.

A Pró-reitoria de Extensão (Proext) acredita que outras parcerias tenham sido firmadas por outros *campi* do IFCE, considerando que a aba de cadastro/acompanhamento das parcerias no Sigproext somente foi disponibilizada em 2020.

Destaca-se, ainda, que 29 dos 33 *campi* apresentaram representações no acordo de cooperação celebrado entre IFCE e Cáritas Brasileira Regional Ceará em 2019, mas não foi

identificado no Sigproext cadastro relativo a esta parceria em 2020. O primeiro ano de celebração desse Acordo foi um momento de identificação das possibilidades, de diálogos entre *campi* e as Cáritas Diocesanas nos municípios e, logo em 2020 veio a pandemia. Com o advento do trabalho remoto na instituição, a Proext passou a responder às demandas mais emergenciais desse acordo de parceria.

Outra parceria celebrada no ano de 2019, ocorreu entre o IFCE por meio da Proext e a Unilab, no qual tivemos adesão de 24 *campi*. Acredita-se que esta parceria celebrada em nível de reitoria possibilita e/ou estimula a celebração de novas parcerias nos *campi* e seu entorno.

Compreende-se que o não entendimento do fluxo processual para a realização das parcerias tem dificultado a não efetivação dessas práticas pelos/as extensionistas. Ainda assim, a Pró-reitoria de Extensão promoveu eventos de formação para apresentar e discutir os termos do Manual de Convênios e Contratos do IFCE, com a participação dos gestores de extensão, representante da Pró-reitoria de Administração e da Procuradoria Federal do IFCE.

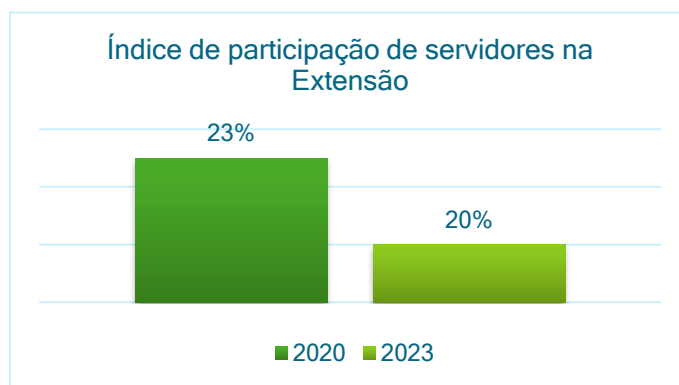
Desafios remanescentes e próximos passos:

- Sistematizar um fluxo processual mais didático e célere, ajustando a competência de cada setor responsável pelo trâmite para efetivação de uma parceria;
- Criar/adequar modelo de termo de cooperação e plano de trabalho para disponibilizar aos *campi*;
- Definir quais parcerias podem ou não ser firmadas em nível de campus ou reitoria, garantindo mais segurança jurídica aos processos de parcerias no IFCE;
- Realizar diálogos formativos com extensionistas para a compreensão dos fluxos;
- Disponibilizar gravação de vídeos informativos sobre como proceder para formalizar uma parceria e sobre o cadastro no Sigproext;
- Orientar os *campi* a cadastrarem ações, informando que fazem parte dos acordos, parcerias e convênios celebrados em âmbito de reitoria.

4.1.3.1.2 Indicador: Índice de participação de servidores na extensão

No ano de 2020, identificamos no Sigproext a participação de 1077 servidores, sendo 873 docentes (81%) e 204 técnicos administrativos (19%) como coordenadores/as ou integrantes em ações de extensão, o que significa que 26% dos 4.142 servidores/as do IFCE realizaram extensão, cumprindo, neste ano, a meta de 20% estabelecida no PDI (2019-2023). Essa participação foi possível pois muitas ações foram redimensionadas para o formato “online”, principalmente os eventos, que foram realizados por meio de *lives*, oficinas, mesas redondas e outros. Ademais, a instituição como um todo mobilizou-se na realização de ações de extensão, pesquisa e assistência

estudantil, na busca de melhorar as condições de vida da população nesse período de pandemia. Dessa forma, foram realizados mais de 400 projetos conjuntos para a fabricação de equipamentos e produtos para atender principalmente os grupos em situação de vulnerabilidade social. Tais projetos foram financiados com recursos próprios e com recursos da Setec por meio de descentralização de créditos específicos para essas atividades. Dentre esses projetos podemos citar: a Produção de Máscaras *Face Shield*, Produção de Álcool Gel, Rodos de desinfecção, câmara de esterilização UV, produção de detergente biodegradável, elaboração de respiradores não evasivos, Software FICNOLAR, software para produção agrícola, campanhas motivacionais e de informações, ciclo de palestra sobre meio ambiente, doação de alimentos em parceria com outras instituições e outros.



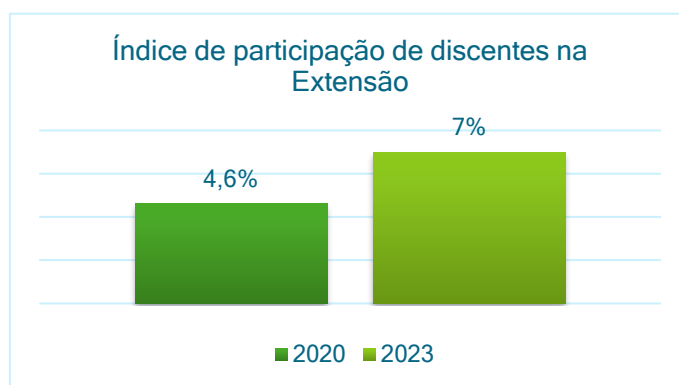
Observamos que apesar do cancelamento ou redimensionamento de ações de extensão em virtude da pandemia, conseguimos alcançar a meta prevista.

Um desafio remanescente e próximo passo é estabelecer estratégias para continuar incentivando servidores (docentes e técnico-administrativos) na realização de extensão, através de formações, diálogos sobre a importância das ações de extensão para a sociedade, para a formação dos estudantes e para fortalecimento do IFCE. Também é primordial a definição de caminhos jurídicos para que servidores/as técnico-administrativos possam desenvolver extensão dentro de suas cargas horárias, tendo em vista ser a extensão um dos pilares institucionais que dialoga com as ações de ensino, pesquisa, extensão e os assuntos estudantis. Ademais de ser uma estratégia para estabelecer vínculos com as comunidades do entorno dos *campi* e com a sociedade, de modo geral a extensão também pode dialogar com as políticas públicas e ações das redes municipais, o que é feito por servidores/as, sejam técnicos ou docentes. Acredita-se que assim fortalecemos a extensão, motivamos os técnicos administrativos por meio da valorização do seu trabalho. Uma outra ação no sentido de ampliar a atuação dos/as servidores/as nas ações de extensão será o processo de curricularização da extensão, previsto na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE). Com o processo de curricularização que será iniciado em 2021, 10% do currículo de todos os cursos de graduação será oferecido em ações de extensão, o que permitirá um envolvimento significativo dos/as docentes e técnicos. Fundamental que a curricularização venha para ampliar a

formação discente e acima de tudo para promover a aproximação do IFCE à sociedade, buscando responder às demandas desta.

4.1.3.1.3 Indicador: Índice de participação de discentes na extensão

Para este indicador de participação de discentes na extensão espera-se, como meta, atingir o percentual de 7% até o ano de 2023. Conforme dados acima, no ano de 2020, tivemos 4,6% de alunos, dos cursos regulares, que atuaram na equipe de execução de atividades extensionistas, atendendo, portanto, mais de 50% da meta estabelecida. Dessa forma, tivemos em 2020 uma expressiva participação de discentes na extensão, contribuindo, através da prática dialógica com a comunidade, com sua formação acadêmica.



A Proext continuará incentivando a participação discente na execução das atividades extensionistas, pois a extensão é um pilar importante para formação integral e humana dos/as estudantes.

A Proext e os *campi* estão cientes de que a meta de 7% é progressiva, tendendo a ser alcançada com maior incentivo da participação discente nas atividades extensionistas. Desta forma, o percentual de 4,6% é aceitável para o ano de 2020 devido a pandemia do coronavírus que reduziu consideravelmente as atividades de extensão junto à sociedade civil.

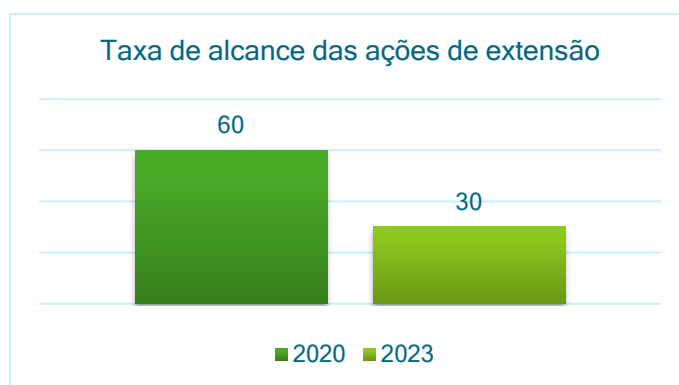
Em 2020, o Edital Papex (Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão) também não foi executado, impedindo a participação de muitos discentes nos projetos de extensão comumente fomentados pela Proext. Dessa forma, espera-se que a execução do PAPEX e de outros editais nos anos seguintes, bem como a curricularização da extensão, ampliem significativamente o percentual de participação discente nas ações de extensão. Desafios remanescentes e próximos passos:

- Implementação da curricularização da extensão;
- Apoiar e fortalecer o protagonismo estudantil junto às atividades de extensão;
- Criar outros editais de fomento à participação discente na extensão;

- Pensar novas formas de fazer extensão nesse contexto de pandemia e no pós-pandemia pela Covid-19;
- Ampliar ações conjuntas com o ensino e a pesquisa para apoiar a participação discente na extensão.

4.1.3.1.4 Indicador: Taxa de alcance das ações de extensão

Em 2020, ultrapassamos a meta do atendimento por ações, 60 pessoas em média por ação de extensão, considerando as pessoas atendidas em programas, projetos e cursos. Mesmo sendo um ano atípico de pandemia causada pela Covid-19, muitas ações pensadas para serem realizadas de forma presencial ficaram aguardando o fim da pandemia, mas outras ações foram propostas para serem realizadas de forma remota. A Proext orientou por meio de ofícios que as atividades que pudessem ser adaptadas para o formato remoto, deveriam continuar, para não haver uma ruptura de ações juntos às comunidades atendidas.



Nos últimos anos, os cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs) passaram a ser um destaque dentre as ações de extensão, pois tornou-se a ação de extensão mais desenvolvida pelos docentes do IFCE. Com a finalidade de capacitar, aperfeiçoar e atualizar o cidadão, os Cursos FIC passam também a ser a porta de entrada de novos estudantes, ao promover ações fora dos muros institucionais.

Para dar continuidade à oferta de cursos FICs durante a pandemia pela Covid-19, a Proext, em parceria com a Proen e a DGTI, criou o projeto FicemCasa regulamentado pelo edital nº 01 de 2020. Por meio do Projeto FicemCasa, o IFCE disponibilizou vários cursos de formação inicial e continuada para serem ofertadas de forma remota. No ano de 2020, foram ofertados 379 cursos FICs (presencial e remoto) com um total de 3.454 alunos que concluíram os cursos, demonstrando a grande aceitação dos cursos pela comunidade.

Considera-se que as metas foram alcançadas devido principalmente a adaptação das ações da forma presencial para ações desenvolvidas de forma remota como forma de enfrentamento às dificuldades surgidas com a pandemia Covid-19.

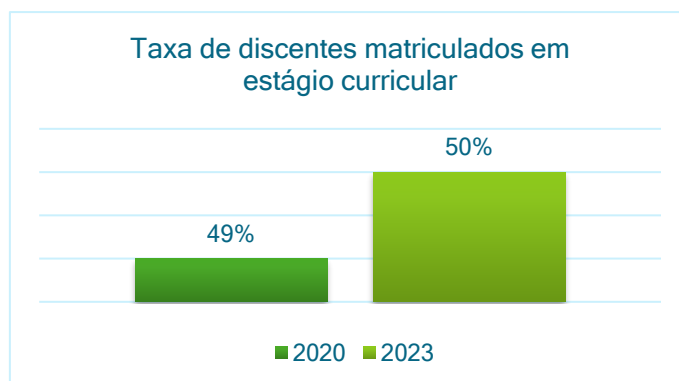
Em relação aos cursos FIC, foi criado o Projeto FICemCasa, que possibilitou a oferta de cursos de forma remota, por meio de uma plataforma desenvolvida para ofertar cursos de modo virtual que possibilita a inscrição e seleção de alunos, impulsionando a adesão de pessoas de todo o Brasil.

Enquanto durar a pandemia, a Proext continuará incentivando o desenvolvimento de programas, projetos, eventos e cursos no modelo que for viável e seguro aos executores e participantes da proposta, de forma remota e/ou híbrida a depender dos dados de contaminação e das medidas estaduais de distanciamento social. Objetiva-se com isso seguir os passos:

- Realizar novos diálogos com gestores/as de extensão e extensionistas para pensar novas estratégias e metodologias para o desenvolvimento das ações de extensão;
- Aprimorar a plataforma FICemCasa para descentralização do processo de proposição e seleção de alunos para os *campi*, objetivando viabilizar de forma mais dinâmica a oferta de cursos;
- Aprimorar o sistema SigProext para melhor registro e acompanhamento dos projetos, programas e eventos;
- Desenvolver um canal oficial para atendimentos das demandas referentes aos dois sistemas da Pró-Reitoria de Extensão, Sigproext e Sistema FicemCasa;
- Realizar novos levantamentos de demandas por região dos *campi* para a oferta de cursos que atendam às necessidades de capacitação das populações do entorno dos *campi*.

4.1.3.1.5 Indicador: Taxa de discentes matriculados em estágio curricular obrigatório

O indicador foi criado a partir do ano de 2020 e tem como meta manter o índice de alunos realizando o estágio supervisionado obrigatório acima de 50%, a fim de que o estágio supervisionado obrigatório não comprometa a conclusão do curso e a consequente retenção ou possível evasão.



Em 2020, 3.062 discentes tinham status matriculado ou concluído em estágio obrigatório, dentre os 6.282 com coeficiente de progressão acima de 75%, resultando em uma taxa de discentes matriculados em estágio curricular obrigatório de 49%.

Espera-se, a partir da observação dos resultados, que os *campi* com índices abaixo da meta realizem esforços diretos para alcançá-la. E aqueles que se encontram acima busquem melhorar ou ao menos manter-se nos patamares atingidos.

Uma das principais causas e impedimentos para o alcance dos objetivos decorre de um relativo distanciamento dos *campi* com as empresas que podem ofertar vagas de estágio aos alunos. Outro fator diz respeito ao fato de que a Lei do Estágio obriga as empresas a conceder remuneração quando se tratar de estágio supervisionado não- obrigatório.

Uma das principais medidas tomadas pela Pró-reitoria de Extensão foi a criação de um edital de chamamento de empresas parceiras e sua ampla divulgação junto aos *campi* e comunidade de seus entornos e a criação de um portal web que reúne as principais regulamentações e orientações para ajudar técnicos, docentes e discentes no tocante ao estágio. Como resultado do edital e sua divulgação, foram celebrados três convênios com empresas concedentes de vagas de estágio e cinco contratos com agentes de integração de vagas de estágio.

Outra ação que teve como pretensão minimizar as dificuldades foi a criação de um ofício conjunto com a Pró-reitoria de ensino, orientando aos *campi* a revisarem seus projetos pedagógicos no caso de dificuldades na obtenção de vagas de estágio causadas pela escolha da modalidade obrigatória/não obrigatória, adequando o PPC às suas realidades. Para que os setores de estágio consigam atuar de maneira adequada, garantindo acompanhamento qualificado das práticas de estágio no campus, foi realizada a revisão da regulamentação interna do estágio no IFCE

Outra forma de medida implementada para alcance dos objetivos do indicador diz respeito ao encaminhamento de uma proposta de revisão da planilha de carga horária docente, a fim de que possa haver maior engajamento na gestão dos processos de estágio. Por último, têm sido realizadas reuniões com o setor responsável pela virtualização da gestão documental do IFCE visando a plena utilização do Sistema Eletrônico de Informações do IFCE.

Ainda se apresenta como desafio a ampliação das ofertas de estágio por parte das empresas que compõem o setor produtivo do entorno dos *campi*. O gerenciamento e implementação de melhorias no portal de estágio também tem sido outro desafio que, diante da alta demanda do setor de tecnologia da informação, causada pela pandemia de Covid-19, encontrou grandes dificuldades para sua realização. Outro grande desafio que permanece diz respeito à ampliação de setores de estágio de alguns *campi* que estão tendo aumento da demanda de estágios, mas não está conseguindo acompanhar esse aumento.

Como próximos passos sugere-se que seja motivada, junto aos *campi*, a criação de eventos que propiciem a aproximação com empresas ofertantes de vagas de estágios, apresentando-lhes a qualidade da formação docente do IFCE. A implementação do Programa Jovem Aprendiz é outra

ação a ser aprofundada e consolidada como forma de garantir o aumento da oferta de vagas de estágio.

4.1.3.2 TEMA 2: DIVERSIDADE E ACESSIBILIDADE

Objetivo estratégico: Fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico racial.	
Indicador	Meta para 2023
Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial	15% das ações de extensão sejam voltadas para a acessibilidade e diversidade étnica e racial
Taxa de implantação de Napnes	08 Napnes implantados (exclusivos para os <i>campi</i> que ainda não possuem o núcleo.)
Taxa de implantação de Neabis	10 Neabis implantados (exclusivo para os <i>campi</i> que ainda não possuem núcleo.)

4.1.3.2.1 Indicador: Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial

A meta estabelecida no PDI para este índice até 2023 é de 15%. Para o ano de 2020 foi alcançado 8,8% de ações de extensão na área de acessibilidade e diversidade étnico-racial (112 de 1.381 ações de extensão), conforme pesquisas realizadas nos sistemas computacionais que dão suporte às ações de extensão. No sistema Sigproext as buscas foram realizadas nas linhas temáticas: “Educação inclusiva, Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial”, porém ressalta-se que havia algumas ações cadastradas que não estão alinhadas com as respectivas temáticas. Salienta-se, ainda, que quando utilizados alguns descritores de busca no Sigproext, foram encontradas ações de extensão relativas às temáticas supracitadas, mas que foram cadastradas em áreas como mídia e comunicação, questões ambientais, educação, promoção da saúde, grupos em situação de vulnerabilidade social, entre outras).

Ademais, das ações de extensão cadastradas pelos *campi*, a Proext realizou um planejamento para dar continuidade ao fortalecimento dos núcleos existentes e para implantação nos *campi* que ainda não tinham. Uma dessas ações foi a realização de reunião para discutir sobre questões orçamentárias e pensar a viabilidade de aquisições para garantir a acessibilidade arquitetônica. Outra ação que foi importante para enfrentar os desafios impostos pela pandemia foi a realização de um trabalho coletivo (Neabis dos *campi*, Serviço Social da Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) dos *campi* Aracati, Boa Viagem, Caucaia, Jaguaribe, Juazeiro Do Norte, Morada Nova, Tauá e Umirim e equipe do Departamento de Extensão Social e Cultural (DESC) da Proext para promover ações informativas e formativas sobre direitos humanos e sociais, mediante a confecção de cards com conteúdo de alcance virtual em caráter de ação extensiva.

Outra ação redimensionada na pandemia foi relativa ao edital do Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão (Papex), o qual este ano teve direcionamento apenas ao fomento de ações junto a Napnes e Neabis. O edital de seleção simplificada nº 03/2020 foi lançado no início do

mês de setembro e destinou-se a seleção de projetos de extensão, visando o fortalecimento da extensão especificamente na atuação dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes) e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) nas dimensões da extensão e em suas inter-relações com a pesquisa e o ensino, com vistas a uma educação antirracista, acessível e inclusiva. Outro foco do edital foi o reconhecimento da atuação dos referidos núcleos no IFCE, bem como, de suas contribuições para o desenvolvimento da extensão na instituição.

O edital deu visibilidade a pautas trabalhadas pelos núcleos supracitados, ao passo em que se reconhece o trabalho realizado por seus membros e oportuniza a formação para discentes do IFCE, servidores/as e para a sociedade. Também tem colaborado para ampliar e fortalecer parcerias com entidades e comunidades das adjacências aos campi contemplados. Também se demonstrou importante por ter difusor de ações historicamente realizadas por servidores/as e estudantes, fortalecendo o debate local e nacional da necessidade de definição de recursos humanos e financeiros para a execução qualitativa de ações de inclusão e de combate ao racismo na educação. Foram contemplados: 9 Napnes (Maracanaú, Canindé, Acopiara, Acaraú, Tauá, Caucaia, Tianguá, Sobral e Tabuleiro do Norte); e 7 Neabis (Quixadá, Boa Viagem, Tabuleiro do Norte, Umirim, Acaraú, Paracuru, Crateús). O recurso destinado ao edital foi no valor de R\$ 40.800,00 reais, o qual foi distribuído em 34 bolsas de extensão para discentes, no valor de 400,00 reais cada uma, por três meses.

Os núcleos, de maneira autônoma e organizada, também realizaram muitas ações nesse contexto de pandemia. Criaram canais virtuais, firmaram novas parcerias, buscaram estratégias de aproximação com estudantes, conseguiram desenvolver muitos momentos de formação, ampliando as discussões em torno da educação inclusiva e sobre o racismo, desempenhando importante papel educacional. Além disso, houve articulações entre os campi e a Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico-racial (Cad) para a disponibilização dos tradutores/intérpretes de Libras para a garantia da acessibilidade nos eventos de extensão, ensino e pesquisa. Nessa mesma conjuntura, também foi disponibilizado tradutor/intérprete de Libras para a atuação conjunta com o Departamento de Ingressos e o Departamento de Comunicação Social da reitoria para tradução de editais de seleção. A Cad, também articulou em conjunto com os campi Canindé e Paracuru eventos formativos sobre a temática da acessibilidade e formação/atuação de professores.

Considera-se que o índice de 8,8% alcançado foi satisfatório, diante da meta do PDI de 15%, tendo em vista os desafios políticos, sociais e de saúde acirrados pela pandemia da Covid-19. Percebemos que o pouco domínio e conhecimento e a falta de formação continuada para extensionistas foram dificultadores para um maior alcance da meta e para que ações das linhas de acessibilidade e diversidade étnico-racial tenham sido cadastradas em outras áreas, de modo que necessitamos fazer buscas por descritores. Outrossim, tivemos o cancelamento ou redimensionamento de ações em virtude da pandemia pela Covid-19.

Avalia-se, também, que os poucos recursos humanos, composto por equipes multiprofissionais para a atuação com as temáticas da acessibilidade, da diversidade têm sido um grande dificultador para se efetivar a inclusão de modo geral. Para suplantar estas questões, vários diálogos já foram realizados com gestores da administração e da gestão de pessoas, bem como a entrega de documentos fundamentando a necessidade desses profissionais e temos esbarrado nas questões orçamentárias como falta de verbas específicas do governo federal para efetivar a educação inclusiva e uma extensão socialmente comprometida.

Outro entrave para melhor delinear os índices para o acompanhamento do trabalho é a ausência de sistemas no ensino, pesquisa e gestão de pessoas para que sejam cadastradas outras ações que não da extensão, como por exemplo: atividades extracurriculares (que seriam do âmbito do ensino), grupos de estudo (da área de ensino e pesquisa) e capacitação/formação (da área de gestão de pessoas).

Para dar continuidade ao crescimento progressivo da meta estabelecida e enfrentar as dificuldades pretende-se:

- realizar lançamento continuado de edital de fomento a projetos de extensão para Napnes e Neabis com mais tempo para execução e mais bolsas para estudantes;
- implantar uma central de Libras, para a qual já existe um projeto elaborado e materiais adquiridos;
- contribuir e/ou mediar a criação de regulamento de atuação dos/as Tradutores/as e Intérpretes de Libras;
- desenvolvimento de projeto de comunicação sobre racismo a ser implementado na reitoria e nos campi;
- tecer diálogos com os núcleos de onde seriam mais bem alocados para o planejamento e a execução de novas ações em prol de uma educação inclusiva e antirracista;
- continuar buscando diálogo para uma discussão integrada entre ensino, pesquisa, extensão e assuntos estudantis nestas e noutras temáticas;
- fortalecimento do trabalho das Comissões de heteroidentificação;
- incentivar que os campi realizem mapeamento de servidores/as, discentes negros/as, indígenas e quilombolas, assim como as comunidades existentes no entorno dos campi;
- incentivar que os campi encaminhem a CAD ou ao setor em que a pasta da acessibilidade venha a ser alocada o número de discentes com deficiência e necessidades específicas no início de cada semestre.

4.1.3.2.2 Indicador: Taxa de implantação de Napnes

Em 2020 foi implantado o Napne do campus de Maranguape. Abaixo expõe-se a evolução nessa implantação, mostrando que o IFCE fechou o ano de 2020 com 27 Napnes instituídos, faltando 6 para cumprimento da meta até 2023.

Dentre as ações realizadas destacamos:

- reunião entre os Napnes, os/as profissionais dos campi que trabalham no setor de aquisição e a PROAP para entender como demandar materiais e serviços para a promoção da acessibilidade dos estudantes com deficiência;
- lançamento de edital com fomento para o desenvolvimento de projetos que tratam das questões de acessibilidade;
- participação em encontros pedagógicos para discussões sobre acessibilidade;
- diálogos com os campi que não têm Napne sobre a importância de sua implantação;
- apoio logístico e comunicacional nos eventos virtuais que abordavam a temática de acessibilidade das PcDs;
- intermediação entre os *campi* do IFCE e Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) para que fosse solicitado ao IFRS materiais de Tecnologias Assistivas (TAs) e materiais pedagógicos adaptados.

O Capacitismo em nossa sociedade tem relação direta com os aspectos aqui abordados, pois vivemos em uma sociedade ainda excludente. E isto certamente afeta a cultura educacional. Essa cultura histórica de exclusão foi acirrada com a Covid-19, evidenciando-se ainda mais a necessidade de ampliação de recursos humanos nos campi para compor e desenvolver ações de acessibilidade, como docentes da educação especial, além de recursos financeiros específicos para tratar da temática.

Percebem-se ainda a necessidade de infraestrutura acessível em alguns campi, como previsto no regimento dos Napnes para o seu funcionamento, pois a garantia de acessibilidade arquitetônica à comunidade acadêmica e externa certamente é uma barreira significativa sobre a qual tem-se buscado diálogos.

Outrossim percebe-se a baixa adesão à participação das formações com esta temática, por parte de alguns servidores/as, requerendo, da instituição, ações contínuas de sensibilização. Percebeu-se que o contexto da pandemia tornou mais evidente a necessidade de se pensar na educação inclusiva e os Napnes estão tendo papel ainda mais importante neste momento, levantando e apresentando as demandas de estudantes com necessidades específicas para acesso ao ensino remoto e realizando ações de formação e debate através de ambientes virtuais.

4.1.3.2.3 Indicador: Taxa de implantação de Neabis

No ano de 2020 foi implantado o Neabi no campus de Pecém. Então, o IFCE concluiu o ano de 2020 com 28 Neabis instituídos, faltando 5 para o cumprimento da meta até 2023.

Dentre as razões para o alcance desta evolução destaca-se:

- apoio aos Neabis e campi, que solicitaram, para atuar com a temática;
- visibilidade à pauta do racismo e às ações de enfrentamento realizadas pelos campi;

- servidores negros ingressos por cotas assumindo as gestões dos núcleos e participação nas atividades realizadas pelos *campi*.

Pelo gráfico, exposto no item acima, percebe-se que, anterior ao ano de 2020, vinha-se alcançando maiores números de implantação de Neabi por ano, o que não é tão preocupante em virtude de faltar pouco para o cumprimento da meta de ter Neabis em todos os campi até 2023. Contudo, há que se elencar os impeditivos para se estabelecer de maneira também qualitativa a implantação dos núcleos e a execução de suas atividades.

O racismo estrutural e institucional a que estamos imersos/as impõe muitas barreiras cotidianas para se pensar e implementar projetos que beneficiem a públicos e comunidades, expostos, historicamente, a riscos sociais e a violência em suas mais variadas formas. Assim, essa pauta precisa ser enfrentada com políticas públicas e orçamento para ações específicas, pois os poucos recursos humanos nos campi e a falta de recursos financeiros específicos para desenvolver ações sobre racismo e trabalhar a temática da diversidade étnico-racial na educação tornam-se impedimentos para o alcance dos objetivos.

Também se evidencia pouca adesão de alguns servidores/as em participar de formações com esta temática, necessitando de ações de sensibilização, que anterior a pandemia vinham tentando-se estabelecer com encontros, formações e reuniões.

Constatam-se, ainda, a necessidade de maior integração entre ensino, pesquisa e extensão para tratar das questões étnico-raciais e de formação continuada com foco nesta temática para docentes e técnicos administrativos como uma política institucional.

Acredita-se que se pode avançar com as seguintes ações:

- garantir formação continuada para os/as profissionais interessados/as na discussão do racismo;
- repensar, de maneira dialogada, com profissionais, historicamente envolvidos/as nos núcleos e equipe da CAD a melhor alocação da gestão dos Neabis em âmbito de reitoria e dos campi ou a criação de um departamento específico;
- estabelecer com o Departamento de Comunicação Social do IFCE estratégias e possibilidades para tratar sobre a temática junto à comunidade acadêmica e a comunidade externa e pensar estratégias para a retomada e ampliação de diálogos com os núcleos visando o fortalecimento das ações.

4.1.3.3 TEMA 3: EMPREENDEDORISMO

Objetivo estratégico: Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora no âmbito institucional.	
Indicador	Meta para 2023
Taxa de ações de extensão na temática de empreendedorismo	10% das ações de extensão na área de empreendedorismo

Taxa de alunos envolvidos nas ações de empreendedorismo	20% de discentes envolvidos nos programas de empreendedorismo
---	---

4.1.3.3.1 Indicador: Taxa de ações de extensão na temática de empreendedorismo

O acompanhamento das ações na temática de empreendedorismo foi realizado por meio de ações registradas no sistema Sigproext com a busca na área temática Trabalho, aliado ao levantamento na área temática todas com a busca na linha de extensão Empreendedorismo, que compreendeu em ações que também ocorreram sobre a temática de educação. Além da busca de ações por áreas temáticas, também foram computadas as ações registradas dentro do sistema que fazem parte do Programa de Mentoria Acreditar e que são ações que possuem fomento. As ações na temática de empreendedorismo compreendem ações internas para a melhoria da educação empreendedora, assim como o desenvolvimento de propostas dentro da temática com o envolvimento da comunidade interna (servidores e discentes) em programas institucionais.

Do total de 1381 atividades de extensão foram identificadas 42 que compõem a temática Empreendedorismo, chegando a um percentual de 3% de atividades de extensão na área. Percebe-se que o indicador está presente dentre as ações, permanecendo como uma temática de grande importância mesmo com as adequações que se fizeram necessárias frente aos desafios impostos no ano de 2020 para a manutenção dos trabalhos. Considera-se que até 2023 taxa o indicador será atendido, pois, observa-se o maior envolvimento dos Campi para com os programas institucionais de empreendedorismo.

A pandemia Covid-19 foi o maior desafio para um melhor alcance dos objetivos. Visto que os esforços foram direcionados para o trabalho de adequação e ajuste das atividades. A aproximação junto aos gestores de extensão e gestores de incubadoras nos Campi por meio de reuniões para a construção de propostas de enfrentamento e acompanhamento de ações, assim como também a aproximação junto a parceiros com o objetivo de fortalecer as ações da rede foram medidas realizadas com o objetivo de auxiliar no enfrentamento das dificuldades surgidas com a pandemia. Além também do lançamento do edital e o acompanhamento do Programa de Mentoria Acreditar que promoveu o pensar o empreendedorismo dentro de diversas áreas de atuação por meio das propostas que são desenvolvidas ao longo do programa e visam contribuir com a redução dos impactos sociais, econômicos, de saúde e tecnológicos decorrentes do Coronavírus (Sars-CoV-2).

Os desafios remanescentes além da pandemia Covid-19: disponibilizar mais recursos para apoio das ações das incubadoras, aumentar as equipes das incubadoras e disponibilizar mais infraestrutura de apoio às incubadoras e as empresas incubadas. Próximos passos:

- Apoiar o desenvolvimento de ações em diversas temáticas relacionadas ao empreendedorismo conjuntamente de acordo com o perfil de cada região dos *campi*;
- Promover a criação de incubadoras de empresas nos *campi*;

- Apoiar e promover o desenvolvimento de empresas juniores vinculadas aos cursos do IFCE;
- Acompanhar as oportunidades por meio da atuação em redes institucionais e articulação juntamente a Rede de Incubadoras do IFCE;
- Desenvolver planos de trabalho para capacitações juntamente a parceiros institucionais;
- Estreitar relações constantemente junto ao SEBRAE, FIEC, RIC, BNB, SEDET-CE e SECITECE;
- Continuar a realização do IFCE Business Week - IBW com a participação ativa dos campi e participação em eventos realizados pelos campi sobre a temática empreendedorismo e inovação;
- Desenvolver e realizar a segunda edição do Edital Programa de Mentoria Acreditar;
- Lançar edital de apoio às empresas incubadas e startups; e
- Lançar novo edital de credenciamento de mentores do IFCE para participarem nos programas de incentivo ao empreendedorismo.

4.1.3.3.2 Indicador: Taxa de alunos envolvidos nas ações de empreendedorismo

O acompanhamento da taxa de alunos envolvidos nas ações de empreendedorismo foi realizado por meio de ações registradas no sistema Sigproext com a busca na linha de extensão Empreendedorismo e Emprego e Renda, que compreendeu em ações que ocorreram sobre a temática. No total de 44 discentes envolvidos nas ações de empreendedorismo. Além disso, considera-se também os programas de empreendedorismo presentes na rede, o programa de incubação de empresas e o programa de empresas juniores. Atualmente, são oito incubadoras de empresas, com 15 projetos de alunos incubados fazendo parte da Rede de Incubadoras do IFCE e implantadas nos seguintes campi: Acaraú, Cedro, Fortaleza, Iguatu, Maracanaú, Tianguá, Limoeiro do Norte e Ubajara.

Atualmente, o programa de Empresa Júnior conta também com mais uma empresa júnior, a empresa Catavento Jr do *campus* Maracanaú, composta de 04 alunos envolvidos na empresa júnior e vinculada ao eixo de Química e Meio Ambiente e ao curso de Engenharia Ambiental e Sanitária.

E por fim, foi realizado um levantamento junto a relação de alunos matriculados em cursos do Fic em Casa relacionados a temática de empreendedorismo, que compreendeu em mais 65 discentes. O que totalizou em 11,43% dos discentes envolvidos nas ações de empreendedorismo.

Considera-se como maior causa de impedimento para um melhor alcance do objetivo, a dificuldade em envolver os alunos nas ações visto o contexto da pandemia Covid-19 e as atividades em remoto. Em reuniões juntamente aos servidores que atuam na extensão dos Campi, gestores de incubadoras e os contatos realizados com os alunos envolvidos com as empresas juniores do IFCE, observa-se os relatos das dificuldades em planejar as ações e realizar atividades visto o

contexto atual do remoto e o já excesso de ações nesse formato. Busca-se a aproximação e o auxílio em trabalhar propostas de forma conjunta que possam auxiliar nas reflexões e construção de propostas de enfrentamento, assim como trabalha-se no sentido de aproximar com parceiros que fortaleçam as ações da rede.

O desafio remanescente é a contínua reflexão de desenvolver estratégias para envolver mais os discentes nas ações, na forma remota (em virtude da pandemia de Covid-19).

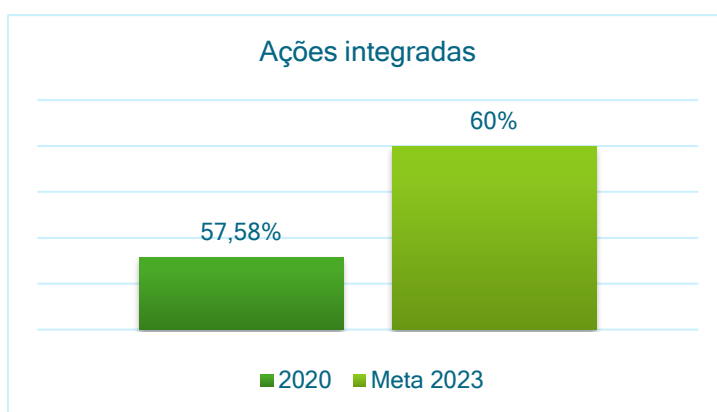
4.1.4 Área: assuntos estudantis

Objetivo estratégico: Fortalecer a articulação entre a Política de Assistência Estudantil e o Plano de Permanência e Êxito.	
Indicador	Meta para 2023
Qualidade das ações integradas	60% das atividades realizadas

4.1.4.1 TEMA 1: PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO EDUCACIONAL

O fortalecimento entre a Política de Assistência Estudantil e o Plano de Permanência e Êxito, por meio de ações intersetoriais, corrobora com uma atuação com maior potencial de garantir a continuidade e o sucesso do público discente na instituição.

Uma integração qualificada entre Assistência Estudantil e os eixos de Ensino, Pesquisa e Extensão é salutar pelas demandas multifacetadas do corpo estudantil, posto que a integração entre setores pode propiciar mais efetividade no enfrentamento de problemas bem como pode desenvolver novos olhares, condutas e intervenções.

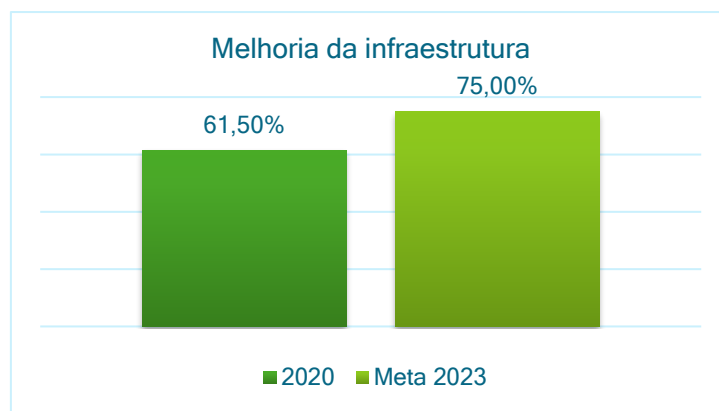


Dentre os impedimentos relacionados ao alcance desse indicador estão o volume de demandas dos profissionais já existentes e processos de trabalhos estabilizados no decorrer do tempo que dificultam o começo de novas dinâmicas organizacionais. Apesar dos obstáculos, nota-se, que a meta vem em uma crescente para atingir o propósito final.

Objetivo estratégico: Aprimorar os serviços de alimentação e nutrição do IFCE.

Indicador	Meta para 2023
Avaliação qualitativa de melhoria da infraestrutura	Mínimo de 75% de atendimento do checklist de adequação da infraestrutura
Avaliação qualitativa de melhoria do cardápio	Mínimo de 50% a 74% dos alimentos recomendados para os seguintes campi: Acopiara, Boa Viagem, Camocim, Guaramiranga, Horizonte, Itapipoca, Jaguaruana, Maranguape, Paracuru, Pecém, Tianguá e Ubajara;

O objetivo estratégico “Aprimorar os serviços de alimentação e nutrição do IFCE, por meio do indicador “Avaliação qualitativa de melhoria da infraestrutura”, a cada ano, amplia seu percentual. A meta visa que, em 2023, os campi adequem seus espaços físicos para atender no mínimo 75% dos itens exigidos pelas normativas específicas (Resoluções ANVISA nº 216/2004 e 275/2005).



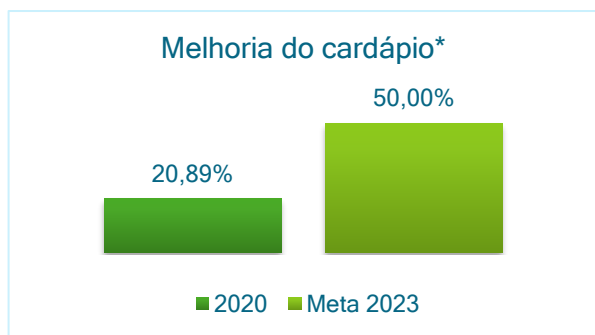
Nesse período, observou-se que os desafios mais evidentes foram:

- Falta de servidor responsável pelo preenchimento da planilha de *checklist* e acompanhamento da meta no *campus*;
- O preenchimento incorreto da planilha de *checklist*;
- Falta de organização do campus para priorização da melhoria da infraestrutura;
- Ausência de plano de ação para as necessidades identificadas;
- Falta de recurso orçamentário para realizar as modificações necessárias na infraestrutura.

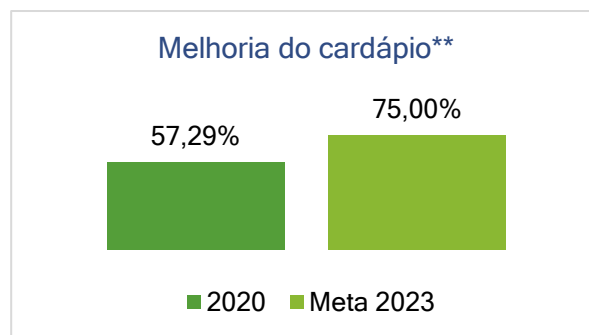
As medidas para o enfrentamento desses desafios tem sido a construção de espaços destinados ao serviço de alimentação escolar que atendam as normativas específicas para aqueles campi que não possuem esses espaços, realizando orientações técnicas e esclarecimentos para adequações que atendam as legislações. Além disso, são realizadas capacitações aos campi com o objetivo de auxiliá-los quanto ao correto preenchimento das planilhas de avaliação. Essas ações serão monitoradas ao longo do ano através da avaliação dos relatórios e planilhas enviados pelos *campi*.

Sobre o indicador “Avaliação qualitativa de melhoria do cardápio”, a cada ano, amplia seu percentual. A meta pretende que, em 2023, os campi de Acopiara, Boa Viagem, Camocim,

Guaramiranga, Horizonte, Itapipoca, Jaguaruana, Maranguape, Paracuru, Pecém, Tianguá e Ubajara ofertem o mínimo de 50% a 74% dos alimentos recomendados para a alimentação escolar e que os campi Acaraú, Aracati, Baturité, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá e Umirim ofertem o mínimo de 75% a 89% dos alimentos recomendados para a alimentação escolar de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.



*Metas alcançadas e metas estabelecidas para os campi de Acopiara, Boa Viagem, Camocim, Guaramiranga, Horizonte, Itapipoca, Jaguaruana, Maranguape, Paracuru, Pecém, Tianguá e Ubajara



**Metas alcançadas e metas estabelecidas para os campi de Acaraú, Aracati, Baturité, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá e Umirim.

Dentre as dificuldades relacionadas ao alcance desse indicador estão os seguintes:

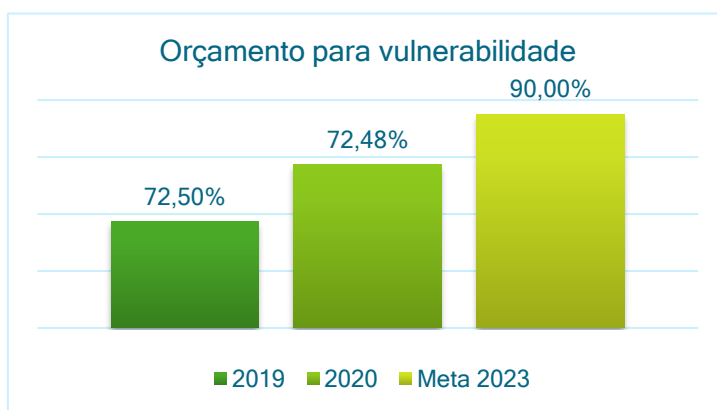
- Falta de recurso orçamentário para realizar as modificações necessárias no cardápio.
- Falta de Nutricionista, levando a ausência de atividades de educação nutricional, o que resulta na baixa aceitação dos estudantes para consumo de legumes, frutas e alimentos integrais.
- Falta de manipuladores de alimentos qualificados e/ou quadro insuficiente para a execução de cardápios mais elaborados.
- Não cumprimento do cardápio pela Empresa terceirizada, aliado à falta de rigor na fiscalização.
- Demora ou atraso da entrega dos gêneros alimentícios pelos fornecedores de alimentos no serviço de autogestão.
- Contrato com empresa terceirizada desatualizado que não atende às exigências atuais.
- Falta de infraestrutura adequada para a manipulação de refeições e/ou falta de equipamentos e utensílios no campus.

As medidas para o enfrentamento desses desafios são ações sistêmicas visando à elaboração de cardápios padronizados e adequados as normativas do FNDE e envio de ofício com

orientações sobre a correta execução do Programa de Alimentação Escolar para os diretores dos campi, alertando-os sobre o passo a passo para a oferta adequada de alimentação escolar conforme previsto no Programa de Alimentação e Nutrição do IFCE (Resolução Consup nº 56, de 28 de maio de 2018) e a Nota Técnica nº 02/2015/DAE/IFCE. Além disso, será ofertada nova capacitação para orientação dos campi quanto ao adequado preenchimento da planilha de avaliação de cardápio. Essas ações serão monitoradas através da avaliação semestral dos relatórios e planilhas.

Objetivo estratégico: Melhorar a aplicabilidade dos recursos da Assistência Estudantil.	
Indicador	Meta para 2023
Orçamento para benefícios de vulnerabilidade	90% do orçamento destinado para benefícios de vulnerabilidade

O objetivo estratégico “Melhorar a aplicabilidade dos recursos da Assistência Estudantil” possui dois indicadores: “Orçamento para benefícios de vulnerabilidade” e “Execução orçamentária em benefícios de vulnerabilidade prioritários”.



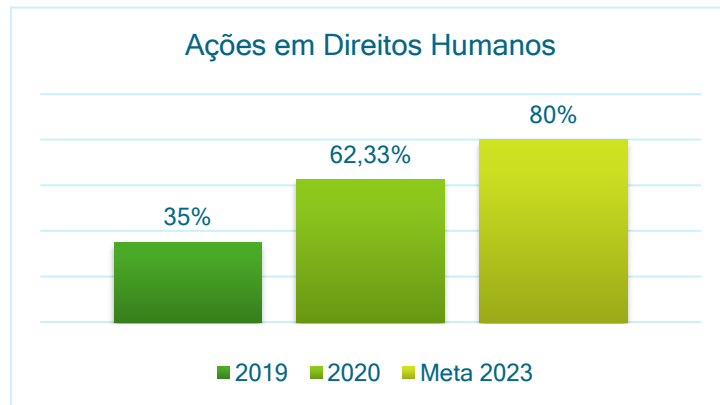
Os dados de Orçamento para benefícios de vulnerabilidade mostram uma estabilidade nos percentuais dos anos de 2019 e 2020. Nos próximos anos, há a expectativa que os números cresçam para atingir a meta. É importante ressaltar que, ao atingir a meta de 90%, a instituição está em acordo com as diretrizes do Decreto 7234/90 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Isso significa ampliar as condições de permanência dos estudantes e atender prioritariamente aqueles da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio.

Constantemente, o IFCE reavalia seus normativos que tratam sobre o PNAES para assim poder executar uma política cada vez mais aproximada com as necessidades de a comunidade discente e melhor direcionar o recurso orçamentário.

Objetivo estratégico: Implantar ações para a educação em direitos humanos.

Indicador	Meta para 2023
Ações de direitos humanos	80% das ações

O objetivo estratégico “Implantar ações para a educação em direitos humanos”, a cada ano, amplia seu percentual. A meta pretende que, em 2023, 80% das atividades realizadas pelos campi estejam relacionadas à temática de direitos humanos, no intuito de sedimentar uma educação pautada no respeito à diversidade e à formação cidadã.



Nesse período, observou-se que o desafio mais evidente é encontrar espaços e tempo, dentro do calendário acadêmico, para realizar atividades com educadores e educandos para além de conteúdos técnicos abordados em sala de aula. Outros desafios encontrados, no ano de 2020, foram adaptar a metodologia de atividades realizadas para a modalidade do ensino remoto, em decorrência da situação de pandemia pela COVID-19 e o correto preenchimento dos dados.

Para lidar com os problemas apresentados, respectivamente, são realizadas ações com a área de ensino para articular calendários acadêmicos com uma formação integral e reuniões com os setores de Assuntos Estudantis dos campi para esclarecimentos quanto ao PDI.

4.1.5 Área: administração e planejamento

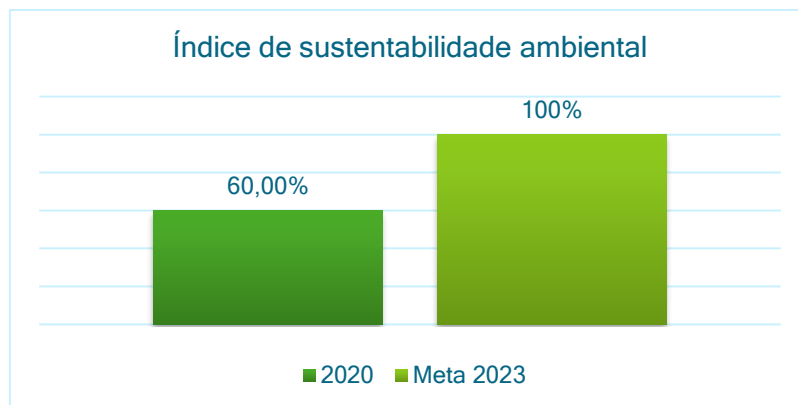
4.1.5.1 TEMA 1: INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Objetivo estratégico: Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade.	
Indicador	Meta para 2023
Índice de sustentabilidade ambiental do IFCE	100% de atendimento das iniciativas de sustentabilidade
Índice de iniciativas de redução do custo com energia elétrica	Mínimo de 80% de atendimento das iniciativas
Índice de iniciativas para a correta destinação de resíduos sólidos recicláveis	100% de atendimento das iniciativas

4.1.5.1.1 Indicador: Índice de sustentabilidade ambiental do IFCE

O Índice de Sustentabilidade Ambiental é o indicador que acompanha as iniciativas de natureza sustentável adotadas pelo IFCE. Este indicador é composto por cinco iniciativas: consumo racional da água, consumo racional de energia elétrica, conscientização no uso do papel de escritório, destinação dos resíduos sólidos e aquisições com base nas normas de sustentabilidade. Cada iniciativa implantada equivale a 20% da meta do indicador.

Dessa forma, podemos observar que no ano de 2020 o resultado auferido do indicador foi em torno de 60%, conforme apresenta o gráfico a seguir.



Entre as iniciativas adotadas e que apresentaram bons resultados, podemos citar: uso de poços artesianos, substituição das lâmpadas tradicionais por lâmpadas mais econômicas (LED) e utilização frente e verso do papel de escritório.

Como desafios para os anos seguintes, elencamos a necessidade de avançarmos na correta destinação dos resíduos sólidos gerados pelo IFCE e intensificar as compras de natureza sustentável.

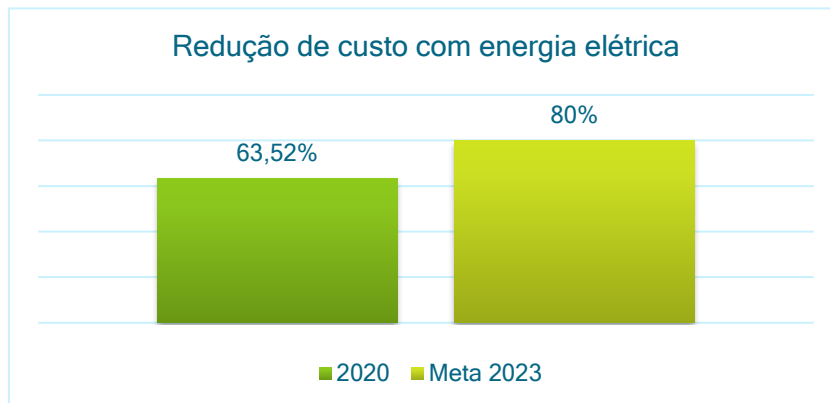
4.1.5.1.2 Indicador: Índice de iniciativas de redução do custo com energia elétrica

Indicador tem por meta cada unidade implemente as iniciativas para a redução dos custos com energia elétrica até atingir ou ultrapassar a meta de 80%. Desta forma, ao final do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), terá cumprido a meta, o campus que encerrar o exercício de 2023, com no mínimo 80% das iniciativas para a redução dos custos com energia elétrica implementadas.

As iniciativas definidas no PDI são:

1. Elaboração e divulgação de Guia de Uso Consciente da Energia Elétrica
2. Revisão anual dos contratos (ajuste da demanda contratada)
3. Instalação de banco de capacitores
4. Manutenção periódica da subestação
5. Geração de energia por meio de sistema fotovoltaico.

O resultado acumulado para o indicador até 2020 é de 63,52%, conforme gráfico a seguir. Em 2020 iniciou a geração de energia elétrica por meio de sistemas fotovoltaicos. A capacidade inicial de geração é de 2,2 MWp com uma estimativa de redução de custo na ordem de 20%. Há planejamento para a expansão da potência instalada para 5 MWp até 2023, chegando a 40% de economia com energia elétrica.

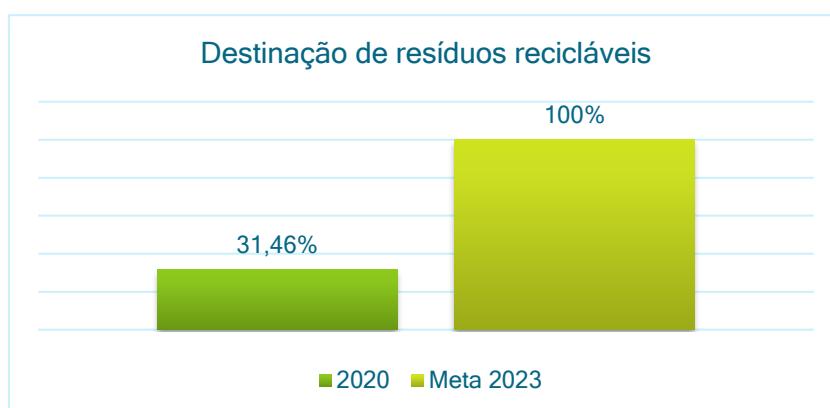


4.1.5.1.3 Indicador: Índice de iniciativas para a correta destinação de resíduos sólidos recicláveis

O Indicador tem por meta cada unidade implemente as iniciativas para a correta destinação de resíduos sólidos recicláveis até atingir de 100%. Desta forma, ao final do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), terá cumprido a meta, o campus que encerrar o exercício de 2023, com 100% das iniciativas implementadas. As iniciativas definidas no PDI são:

- Formação de Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto nº 5.940 de 25/10/2006.
- Realização de campanha educativa anual.
- Aquisição de material padrão para separação e acondicionamento dos resíduos.
- Prospecção de associações ou cooperativas de catadores.
- Formalização do Termo de Cooperação com associações ou cooperativas de catadores.

O resultado acumulado para o indicador até 2020 é de 31,46%, conforme gráfico a seguir.



Informa-se que foi editada Instrução Normativa nº. 02/2020, que dispõe sobre a implantação da separação e destinação dos resíduos sólidos recicláveis, de acordo com o Decreto Nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, no âmbito do IFCE.

Registra-se a dificuldade de prospecção e atendimento de associações ou cooperativas de catadores que atendam as unidades do interior do estado. O normativo acima orienta as unidades quanto às medidas prévias de prospecção anterior à publicação da chamada pública para formalização de termo de cooperação.

4.1.5.2 TEMA 2: EFETIVIDADE E EXCELÊNCIA NA GESTÃO

Objetivo estratégico: Aperfeiçoar os procedimentos visando à efetividade e à excelência dos processos internos.	
Indicador	Meta para 2023
Economicidade nas contratações	Mínimo de 20% anualmente
Qualidade na execução dos contratos	70% de qualidade na execução dos contratos no término e/ou prorrogação dos contratos.
Satisfação do Requiritante	80% de satisfação no exercício

4.1.5.2.1 Indicador: Economicidade nas contratações

O indicador tem por meta cada unidade atingir ou ultrapassar, por exercício, o patamar de 20% de economicidade nas contratações. Desta forma, ao final do PDI, terá cumprido a meta, o *campus* que obtiver na média dos 5 anos um resultado igual ou superior a 20% de economicidade nas contratações realizadas neste período.

O resultado para 2020 registrou uma economia de 27,91% das licitações homologadas, considerando as modalidades pregão, concorrência, tomada de preços e convite, superando a meta para o exercício.

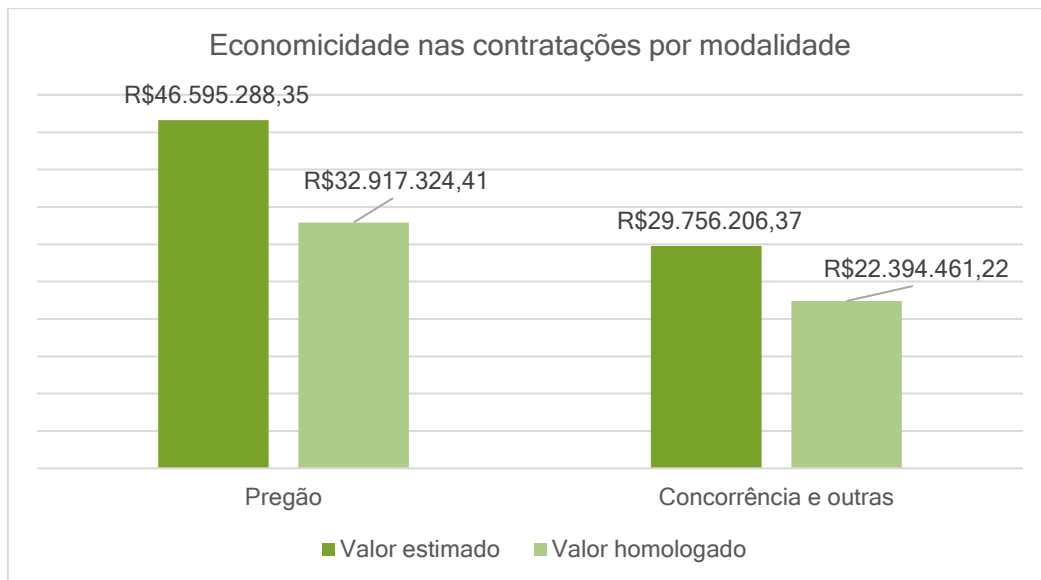


Figura 2 - Fonte: Painel de compras - Ministério da Economia (Acesso em 19/02/2021).

4.1.5.2.2 Indicador: Qualidade na execução dos contratos

Este indicador tem por meta cada unidade atingir ou ultrapassar, por exercício, o patamar de 70% de qualidade na execução dos contratos. Desta forma, ao final do PDI, terá cumprido a meta, o *campus* que obtiver na média dos 5 anos um resultado igual ou superior a 70% de qualidade na execução dos contratos que se encerraram ou foram prorrogados no período. O resultado para 2020 registrou uma percepção de qualidade de 81,66% superando a meta para o exercício.

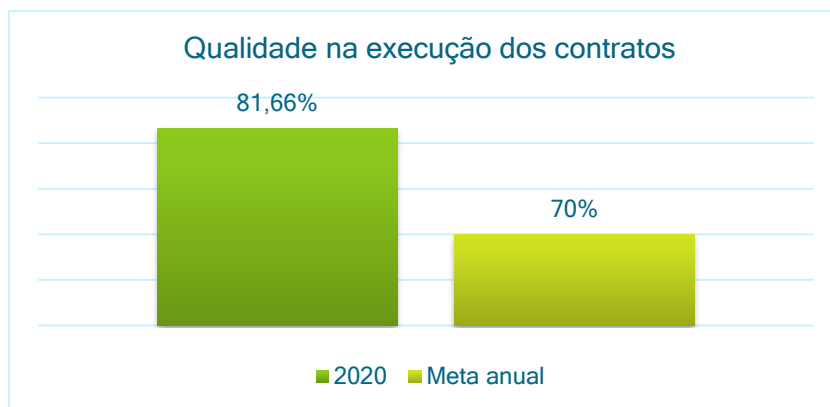


Figura 3 - Fonte: Painel Gestão à Vista IFCE (<https://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/aceso-a-informacao-1/>)

4.1.5.2.3 Indicador: Satisfação do Requisitante

Este indicador tem por meta cada unidade atingir ou ultrapassar, por exercício, o patamar de 80% de satisfação nas contratações realizadas no exercício. Desta forma, ao final do PDI, terá cumprido a meta, o *campus* que obtiver na média dos 5 anos um resultado igual ou superior a 80% de satisfação nas contratações realizadas neste período. O resultado para 2020 registrou uma percepção de satisfação de 83,88% superando a meta para o exercício.

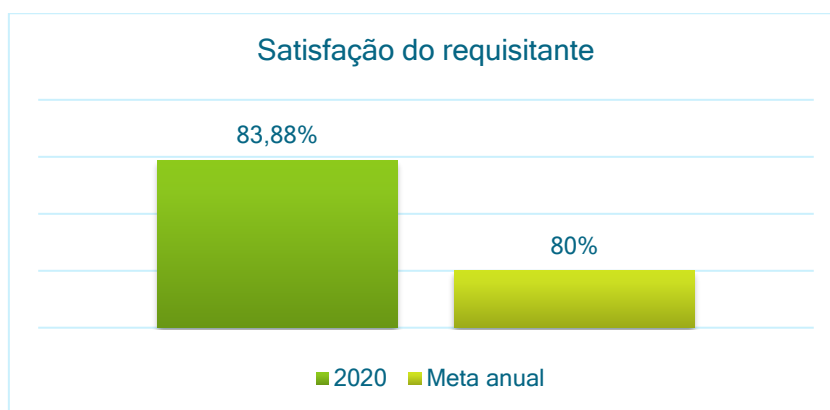


Figura 4 - Fonte: Painel Gestão à Vista IFCE (<https://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/aceso-a-informacao-1/>). Acesso em 25/02/21

Objetivo estratégico: Aprimorar a gestão orçamentária e financeira com foco na otimização dos recursos e na transparência.	
Indicador	Meta para 2023
Índice de Desempenho da Gestão Orçamentária	Mínimo de 90% de execução por ano
Índice de Execução dos Restos a Pagar Não Processados da Matriz (IERP)	Mínimo de 75% de execução por ano

4.1.5.2.4 Indicador: Índice de Desempenho da Gestão Orçamentária (IDGO)

Quanto maior for o Índice de Execução Orçamentária (IDGO) mais eficaz terá sido o gestor, de modo que ao encerramento do exercício não seja necessário realizar a devolução de recursos não aplicados e que poderiam ser utilizados para diversos fins na instituição.

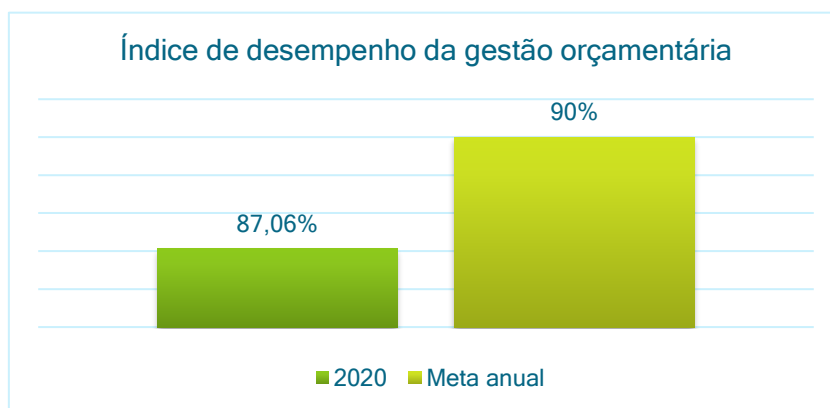
Para o cálculo do indicador foram utilizados os seguintes parâmetros: dotação empenhada e dotação atualizada. Dotação, neste caso, se refere aos créditos orçamentários aprovados e destinados ao órgão. No caso do IFCE trataremos como dotação orçamentária o montante total de créditos orçamentários considerando todas as ações somadas. Para o cálculo desse índice, portanto, realizamos a seguinte proporção:

$$IDGO = \frac{\text{Total de despesas empenhadas}}{\text{Dotação atualizada}} \times 100$$

Dentre as principais dificuldades relacionadas à execução orçamentária no exercício em questão e que implicou no não alcance da meta estão questões relacionadas ao acompanhamento das despesas de pessoal, ao atraso na liberação total do orçamento e que impacta, por exemplo, na postergação de despesas para o segundo semestre e o surgimento da pandemia da Covid-19. No ano de 2020 o IDGO foi de X% conforme ilustrado no cálculo a seguir:

$$IDGO_{2020} = \frac{697.302.125,36}{800.924.716,00} \times 100 = 87,06\%$$

Em relação ao acompanhamento das despesas de pessoal, destacamos o fato de que, até o exercício de 2019, esta ação era realizada diretamente pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO/MEC). Contudo, no ano de 2020, o acompanhamento e estimativa das despesas de pessoal passou a ser realizado no âmbito do IFCE, algo até então fora da expertise da instituição. Em relação ao atraso na disponibilização total dos recursos orçamentários, salientamos que no exercício de 2020 o orçamento foi dividido em duas programações distintas e aprovadas em momentos diferentes, potencializando o atraso na disponibilização dos recursos totais do orçamento anual. Como consequência dessa postergação alguns procedimentos licitatórios eventualmente não foram concluídos a tempo, impedindo a emissão de empenho para as despesas.



Outro fator adverso para a execução orçamentária no exercício em questão foi o surgimento da pandemia de Covid-19 que exigiu da instituição que realizasse o replanejamento anual de suas ações, visando garantir a implementação do ensino remoto, tendo, ainda, que desenvolver toda a gestão administrativa sob a forma de teletrabalho provocado pela necessidade de se manter o distanciamento social. A pandemia também trouxe impactos nos processos licitatórios uma vez que a alta demanda por insumos e equipamentos de proteção individual no mercado tornou escassa a oferta de muitos materiais, fazendo com que alguns certames não fosse bem-sucedidos.

Podemos citar, ainda, como exemplo dos impactos da pandemia na execução orçamentária no exercício 2020, a baixa execução dos recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar e assistência estudantil destinada a aquisição de gêneros alimentícios.

Um último exemplo do impacto ocasionado pela pandemia de Covid-19 na execução orçamentária do IFCE foi o baixo índice de execução dos recursos da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação. Com o cenário de isolamento social inúmeras ações planejadas para esta ação foram prejudicadas, sendo adiadas ou até mesmo canceladas, impedindo que os recursos fossem aplicados em conformidade com o Plano de Desenvolvimento de Pessoal (PDP).

Como forma de contornar as adversidades na execução orçamentária no exercício de 2020, o IFCE adotou algumas estratégias, dentre as quais podemos destacar:

- criação dos auxílios emergencial e internet;

- aquisição e distribuição de tablets e chips como forma de propiciar aos alunos o acesso ao Ensino Remoto e minimizar a situação de vulnerabilidade dos discentes;
- replanejamento das despesas essenciais;
- remanejamentos orçamentários entre grupos de natureza de despesa distintos (custeio para capital).

Estas duas últimas medidas (replanejamento de despesas e remanejamento orçamentário) possibilitaram a execução de obras de expansão e melhoria das infraestruturas dos *campi* do IFCE, aquisição de equipamentos laboratoriais, acervo bibliográfico e mobiliário para os ambientes de ensino. O conjunto de medidas adotadas em contraponto às dificuldades de execução orçamentária permitiram que, muito embora a meta de 90% da execução não tenha sido atingida, o índice de tolerância para o indicador de desempenho da gestão orçamentária fosse superado.

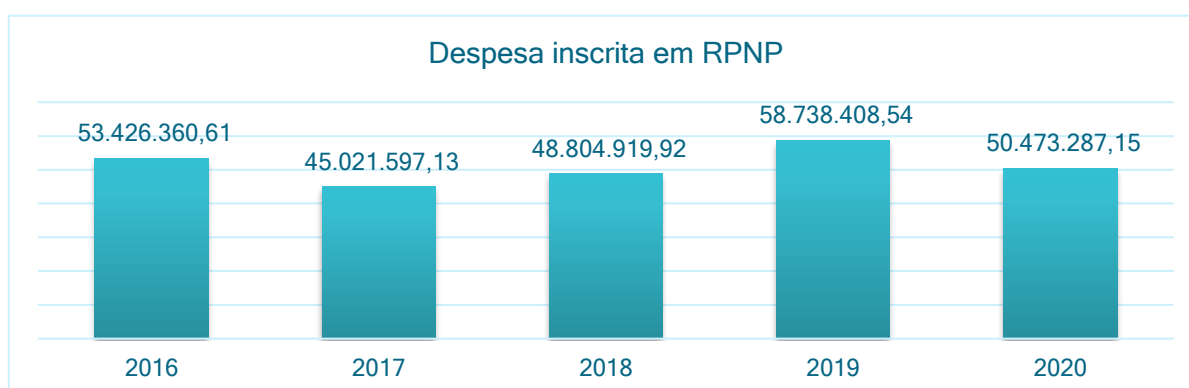
4.1.5.2.5 Indicador: Índice de Execução dos Restos a Pagar Não Processados da Matriz (IERP)

Destacamos que quanto maior for o percentual deste indicador maior será a eficiência do gestor, ou seja, menos despesas terão sido canceladas. O cálculo do indicador é efetuado por meio da divisão do saldo da conta contábil 63140000 no último dia do exercício sobre o saldo da mesma conta no primeiro dia do exercício, conforme a fórmula a seguir:

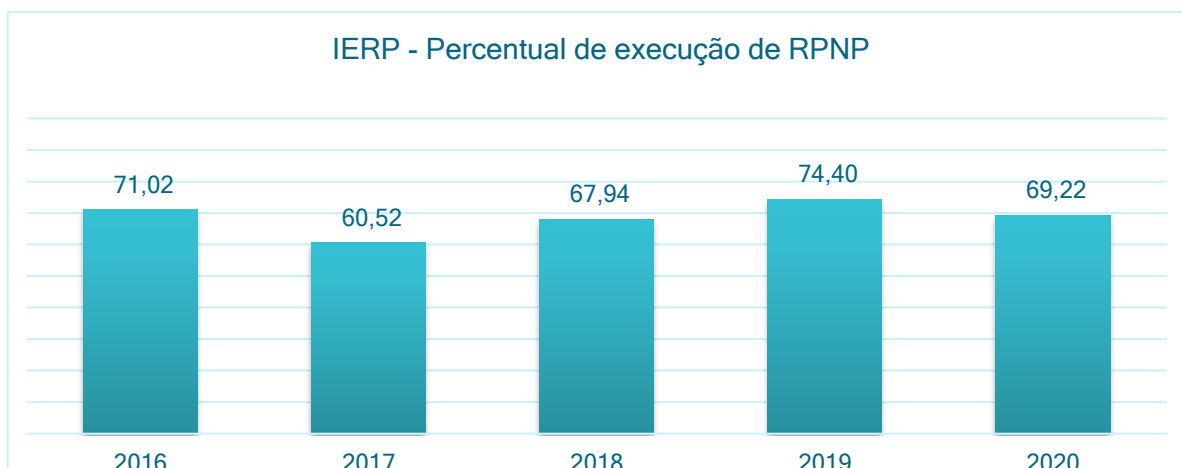
$$IERP = \frac{\text{Saldo da conta contábil 63140000}_{em\ 31/12}}{\text{Saldo da conta contábil 63140000}_{em\ 01/01}} \times 100$$

As principais questões que impactam no aumento ou diminuição desse índice referem-se ao descumprimento, por parte dos fornecedores, da entrega dos materiais ou prestação dos serviços contratados. Para tanto, as unidades pertencentes ao IFCE são orientadas para entrarem em contato com os fornecedores para tentar garantir a efetivação dos objetos contratados e, eventualmente, a aplicação das sanções previstas em lei e nos instrumentos contratuais.

Em 2020, o volume de despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) apresentou redução sobre o montante observado no ano anterior, representando 14,07% a menos que o valor inscrito em 2019, conforme o quadro “Despesa Inscrita em RPNP”.



Em 2020, percebe-se uma redução no percentual de execução de RPNP, que interrompeu a trajetória de crescimento constante observada ao longo do período 2017-2019.



A redução observada no IERP pode ser explicada pelo aumento do saldo a executar de despesas inscritas em RPNP (de R\$ 5.062.706,69, em 2019 para R\$ 10.489.164,64, em 2020). Em termos percentuais, o saldo dos Restos a Pagar a executar, no final de 2020, representaram 20,78% do total de RPNP inscritos no início daquele exercício ante 8,62% observados em 2019.

4.1.6 Área: gestão de pessoas

4.1.6.1 TEMA 1: PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

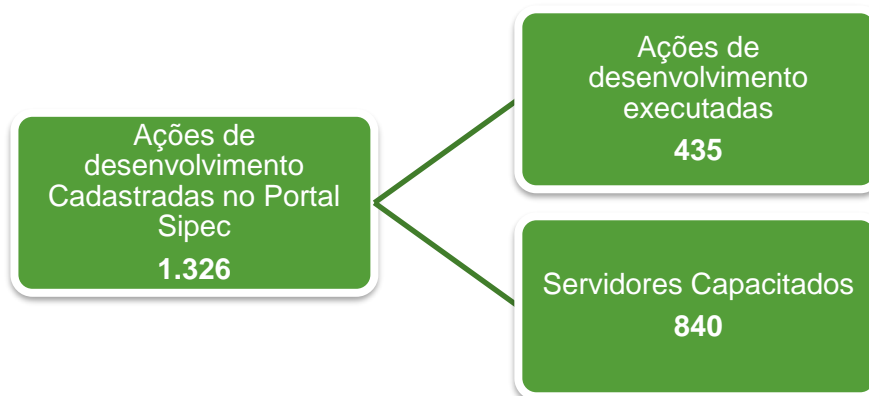
Objetivo estratégico: Promover a capacitação e o desenvolvimento dos servidores.	
Indicador	Meta para 2023
Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas	100% de execução das ações de capacitação prevista
Índice de servidores capacitados em cursos de curta, média e longa duração	100% de servidores capacitados
Índice de Investimento em ações de desenvolvimento	Mínimo de 1%, ao ano, dos recursos de custeio investidos em capacitação e aperfeiçoamento

A Política de Desenvolvimento de Pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará rege-se pelas normas definidas na Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Decreto Nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, na Instrução Normativa Nº 201, de 11 de setembro de 2019, bem como pela Resolução nº 94/2029.

Em se tratando de Capacitação e aperfeiçoamento, definiu-se os seguintes indicadores: *Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas*, *Índice de servidores capacitados em cursos de curta, média e longa duração*, e *Índice de Investimento em ações de desenvolvimento*.

4.1.6.1.1 Indicador: Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas

A partir das informações das Unidades Estratégicas, as ações de desenvolvimento foram cadastradas no Portal SiPec para fins de execução durante o ano de 2020.

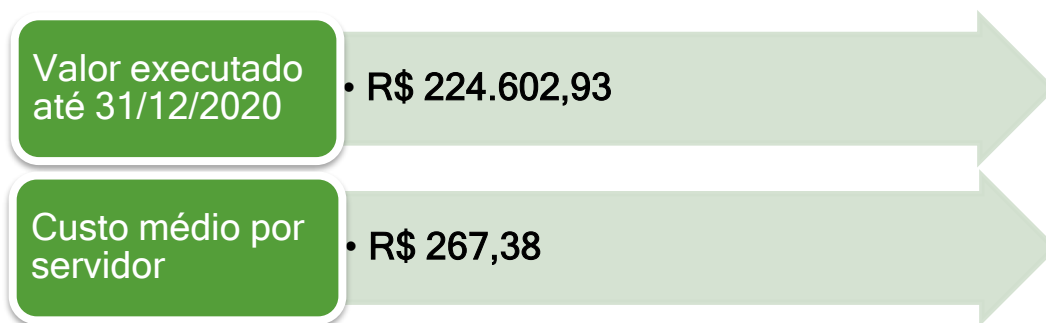


4.1.6.1.2 Índice de servidores capacitados em cursos de curta, média e longa duração

Quantidade de servidores do IFCE	• 3.568
Quantidade de servidores afastados em 2020 para cursos de longa duração	• 137 servidores
Percentual de servidores capacitados em 2020	• 19,7%
Quantidade de servidores capacitados em Cursos de curta e média duração	• 703
Quantidade de servidores capacitados em cursos de longa duração	• 137

4.1.6.1.3 Índice de Investimento em ações de desenvolvimento

Conforme estabelecido na Resolução Consup/IFCE nº 94/2019, a Política de Desenvolvimento dos Servidores do IFCE terá orçamento anual próprio, compatível com as ações a serem implementadas, garantindo-se, no mínimo, um por cento do orçamento de custeio das unidades estratégicas, aprovado pelo Colégio de Dirigentes.



Fonte: Relatório Portal SIPEC

Estratégias para o cumprimento do tema estratégico:

- Responsabilidade compartilhada com os campi
- Publicação de Edital para a concessão de incentivo financeiro de acordo com os dispositivos da Resolução nº 94 de 07/10/2019
- Contratação de professor substituto

Dificuldades para o cumprimento do tema estratégico:

- Orçamento exíguo
- Relação entre os cursos solicitados pelos servidores com as necessidades da administração
- A pandemia causada pela Covid-19 limitou a realização de cursos presenciais.

Desafios remanescentes e próximos passos

- Consolidação do Sistema Informatizado para o acompanhamento das ações de Capacitação/qualificação dos servidores.
- Adequação das ações de desenvolvimento solicitadas com os ambientes organizacionais
- Publicação do manual com as normas para contratação de professor substituto

4.1.6.2 TEMA 2: QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Objetivo estratégico: Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.	
Indicador	Meta para 2023
Índice percentual de projetos implantados	100% de implantação do Programa Qualidade de Vida no Trabalho
Índice de adesão às atividades ofertadas pelo PQVT	35% de adesão dos servidores ao Programa Qualidade de Vida no Trabalho
Índice de absenteísmo	Até 3%

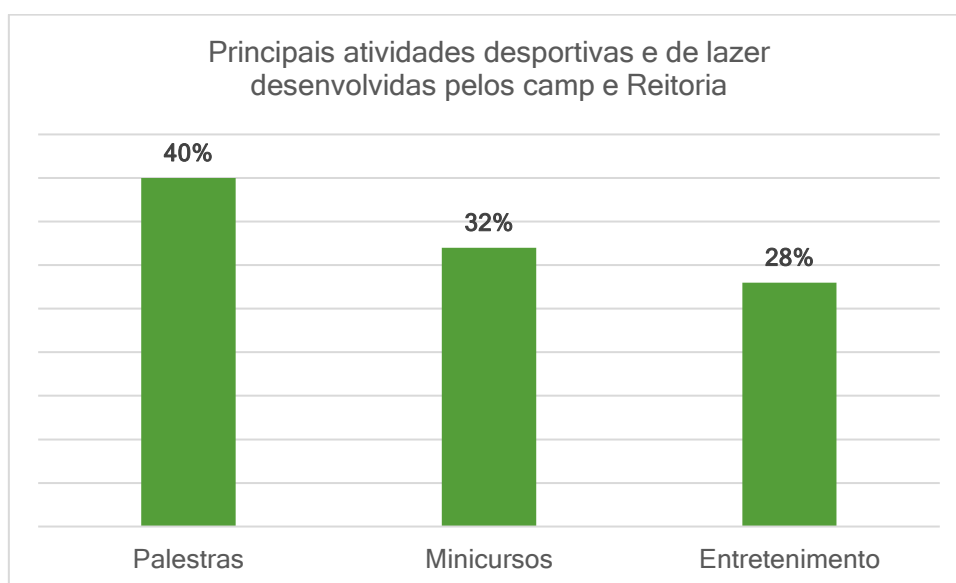
A Promoção à Saúde do servidor é uma exigência do Subsistema Integrado da Saúde do Servidor que tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à

saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida em Lei.

Para o tema estratégico em pauta, definiu-se os seguintes indicadores: Índice percentual de projetos implantados; Índice de adesão às atividades ofertadas pelo PQVT; e Índice de absenteísmo.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia causada pela COVID-19, o que resultou no desenvolvimento das atividades laborais de forma remota. Contudo, foi possível realizar algumas atividades, tais como: palestras, minicurso e atividades de entretenimento de forma on-line.

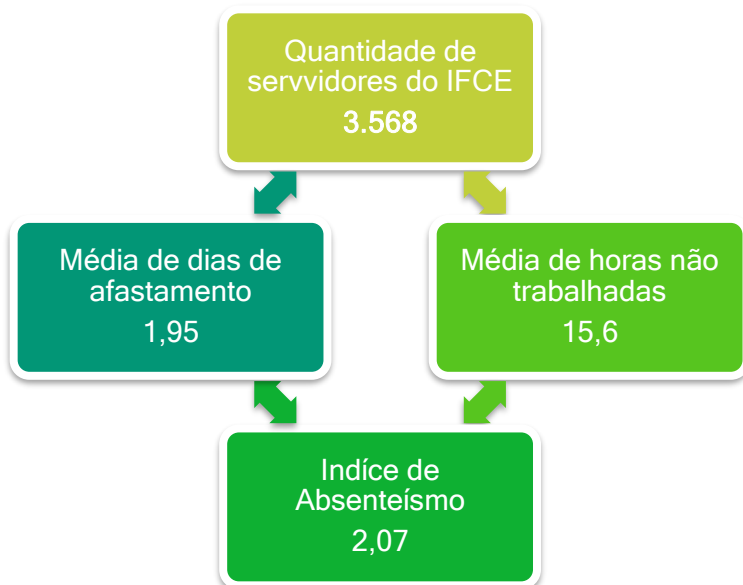
4.1.6.2.1 Índice percentual de projetos implantados



4.1.6.2.2 Índice de adesão às atividades ofertadas pelo PQVT

Apesar de os *campi* e Reitoria disponibilizarem para os servidores diversas ações, cujo objetivo é possibilitar uma melhor qualidade de vida no trabalho, a adesão às atividades ofertadas no ano de 2020 atingiu um percentual aproximado de **61,80%**, sendo a participação em palestras o evento com maior adesão de servidores.

4.1.6.2.3 Índice de absenteísmo



Fonte: Unidade SIASS IFCE

Causas para o índice apresentado:

- Pandemia causada pela COVID-19.
- Os servidores do IFCE passaram a realizar as atividades laborais de forma remota.
- Adaptação aos novos hábitos relacionados ao distanciamento social.

Desafios remanescentes e próximos passos:

- Fortalecimento de ações voltadas para prevenção, promoção e acompanhamento da saúde do servidor.

4.1.7 Área: comunicação social

4.1.7.1 TEMA 1: IMAGEM E IDENTIDADE INSTITUCIONAL

Objetivo estratégico: Melhorar comunicação interna e externa.	
Indicador	Meta para 2023
Número de notícias veiculadas sobre o IFCE na imprensa (CLIPPINGS)	10% de aumento em relação ao início da vigência no PDI
Curtidores ou seguidores das mídias sociais	30% de aumento em relação ao início da vigência no PDI
Page views (acessos) ao portal institucional	10% de aumento em relação ao início da vigência no PDI

4.1.7.1.1 Indicador: Número de notícias veiculadas sobre o IFCE na imprensa

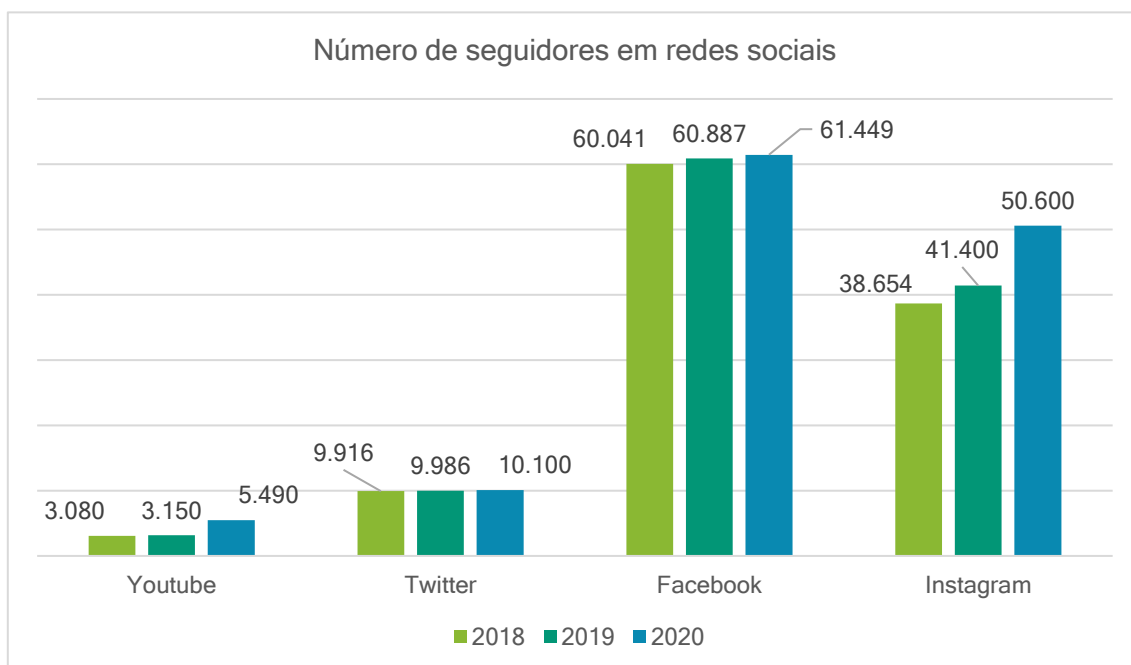
No início do PDI, tínhamos, em 2018, a veiculação de 560 notícias na mídia. Ampliamos para 573 em 2019 e tivemos uma queda para 525 em 2020.

Observamos uma queda em relação ao número de notícias veiculadas sobre o IFCE na mídia. Esse número reduzido deve-se à pandemia, que paralisou o calendário letivo por alguns meses e reduziu o número de atividades desenvolvidas na instituição com interesse do público externo, além do foco grande de toda mídia em noticiar assuntos relacionados à Covid, que limitou nossa inserção. No entanto, não avaliamos a queda ser um problema, pois ela não foi tão acentuada e ainda temos os próximos anos de vigência para crescer os 7,6% que faltam para atingir a meta.

Por fim, acreditamos que ainda temos dificuldades em fazer o levantamento fidedignos desses dados, pois não temos acesso a todos os veículos de forma sistemática e o trabalho é manual. Para uma melhor análise e monitoramento real das informações veiculadas sobre o IFCE na mídia, seria necessário a contratação de um serviço de clipagem por meio de agência especializada.

4.1.7.1.2 Indicador: Curtidores ou seguidores das mídias sociais

Em relação às redes sociais, o IFCE segue crescendo o número de curtidores/seguidores, conforme observa-se na imagem a seguir. Fato que não foi prejudicado pela pandemia, ao contrário, visto a realização de */lives* e eventos científicos e de extensão com transmissão pelas redes sociais.

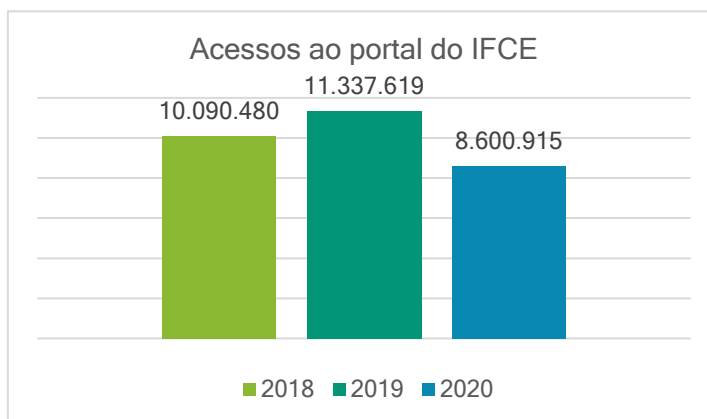


Outro fato a se observar é que, na grande maioria das vezes, os pacotes de redes móveis das operadoras concedem acesso gratuitos às redes sociais, o que não implica na falta de acesso a esses meios de comunicação institucionais, diferentemente do site, cujo acesso utiliza dados do

pacote dos usuários. Além disso, os produtos de comunicação feitos para as redes sociais são mais leves e têm uma linguagem mais jovem, que se adequa bem à grande maioria do nosso público.

4.1.7.1.3 Indicador: **Page views (acessos) ao portal institucional**

Conforme pode ser observado na imagem a seguir, no ano de 2019, conseguimos ter um acréscimo de acessos ao portal, em mais de 10%.



No entanto, também observamos uma queda nos acessos de 2020 em relação ao número de acessos às páginas do portal do IFCE em 2019. Este número reduzido também deve ser atribuído à pandemia, onde boa parte do nosso público teve problemas de acesso à internet (usando apenas internet de casa, dessa vez), além de momentos de estresse e incertezas, suspensão do calendário letivo e atividades presenciais, o que desmotivou a busca por informações institucionais no site, sendo mais fácil/rápido o acesso às redes sociais.

4.2 Resultados das principais áreas de atuação

4.2.1 Gestão orçamentária e financeira

4.2.1.1 EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

O exercício orçamentário e financeiro de 2020 foi marcado por inúmeros desafios. Dentre eles, podemos destacar, inicialmente, a inauguração de um novo modelo de aprovação do orçamento anual, uma vez que ele foi dividido em duas programações distintas, sendo uma delas, equivalente a 60% do orçamento anual previsto, aprovada no ato de sanção da Lei Orçamentária Anual, e uma parcela de 40% condicionada à aprovação legislativa em um momento futuro. Esse novo modelo de programação orçamentária exigiu das instituições a realização de um replanejamento de suas ações anuais, bem como um maior rigor em suas rotinas de controle e gestão dos recursos públicos.

Outro desafio impactante para as instituições durante o ano de 2020 foi o advento da pandemia da COVID-19 que, com efeito, tornou a execução orçamentária-financeira atípica, lastreada pelo Decreto de Calamidade Pública, que excepcionou o controle da cota de limite de empenho e movimentação disposto no Decreto nº 10.249 de 19/02/2020, alterado pelo Decreto nº 10.295 de 30/03/2020.

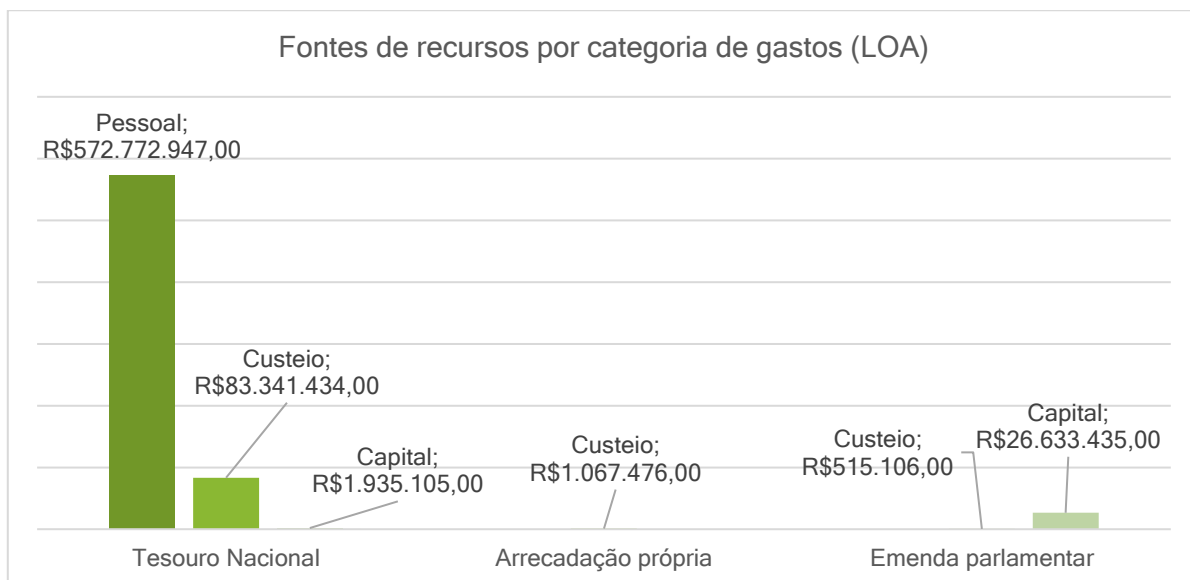
A programação orçamentária teve que se adequar às ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19, de modo a garantir a segurança sanitária e propiciar condições pedagógicas e tecnológicas para a realização das atividades letivas e de gestão administrativa no âmbito da instituição, em um cenário de distanciamento social. Foram adotadas, portanto, ações visando a implantação do ensino remoto, gestão administrativa por meio do teletrabalho, a oferta de políticas de assistência estudantil voltadas para a garantia do acesso ao ensino remoto e a diminuição das condições de vulnerabilidade social enfrentadas pelos discentes.

A Lei Orçamentária Anual (LOA/2020) consignou ao IFCE dotações no montante de R\$ 686.265.503,00, com suplementações, totalizando ao final do exercício dotações autorizadas no valor de R\$ 800.924.716,00, conforme detalhamento do quadro a seguir.

Fonte de Recursos	Despesas de Pessoal	Despesas de Custeio	Despesas de Capital	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Tesouro Nacional	572.772.947	83.341.434	1.935.105	658.049.486	797.312.038
Arrecadação Própria		1.067.476		1.067.476	657.718
Emendas Parlamentares		515.106	26.633.435	27.148.541	2.954.960
Total	572.772.947	84.924.016	28.568.540	686.265.503	800.924.716
Descentralizações	-	4.889.797,90	19.013.541,40	23.903.339,30	23.077.436,31

Em relação aos valores pertencentes à dotação inicial dos créditos oriundos de emendas parlamentares, apenas R\$ 2.954.960,00 foram efetivamente autorizados e R\$ 23.678.475,00 foram cancelados. O cancelamento dos créditos de emendas parlamentares ocorreu em virtude da necessidade do Governo Federal de alocar recursos para programas de assistência social visando dirimir os impactos da pandemia de COVID-19 como, por exemplo, o auxílio emergencial.

O gráfico a seguir demonstra que 83,46% das dotações da LOA/2020 foram alocadas em despesas de pessoal, 12,37% de outros custeios e 4,16% em investimentos.



Do montante de dotações atualizadas no valor de R\$ 800.294.716,00 foram empenhadas 87,06% e destas 99,01% foram liquidadas e 90,46% pagas.

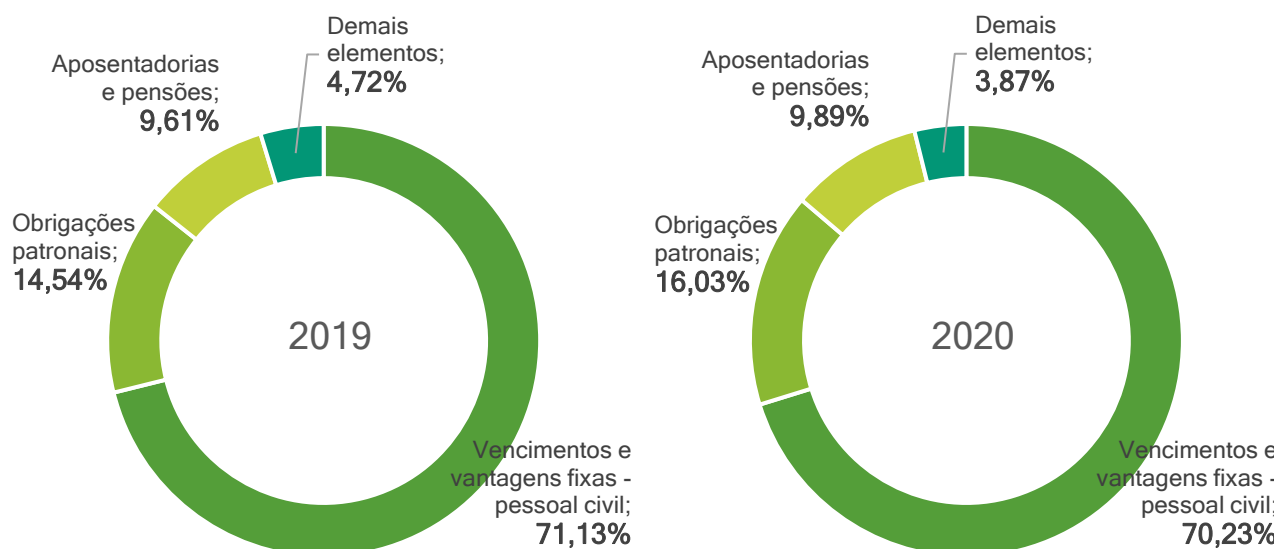
	LOA	LOA Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago
Exercício 2019	686.265.503	800.924.716	697.302.125	690.503.755	630.795.964
Exercício 2020	750.554.799	793.455.543	778.417.398	735.349.089	680.981.744

O desempenho orçamentário do exercício 2020 comparado ao ano anterior, conforme gráfico abaixo, mostra que houve acentuada redução das dotações em 2020 em torno de 8,57%, refletindo na performance da execução das dotações empenhadas e pagas, respectivamente, em 10,42% e 7,37%.

4.2.1.2 VALORES PAGOS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

4.2.1.2.1 Despesas de pessoal e encargos sociais

Em 2020 o montante pago com pessoal e encargos sociais somaram R\$ 592.220.010,41 e representou aumento de 7,7% sobre as despesas pagas em 2019 no valor de R\$ 550.117.079,30. O gráfico abaixo evidencia que as despesas com vencimentos e vantagens fixas são as mais relevantes do grupo (70,23%), seguida das despesas com obrigações patronais (16,03%), sendo estáveis as despesas com aposentadorias e pensões.

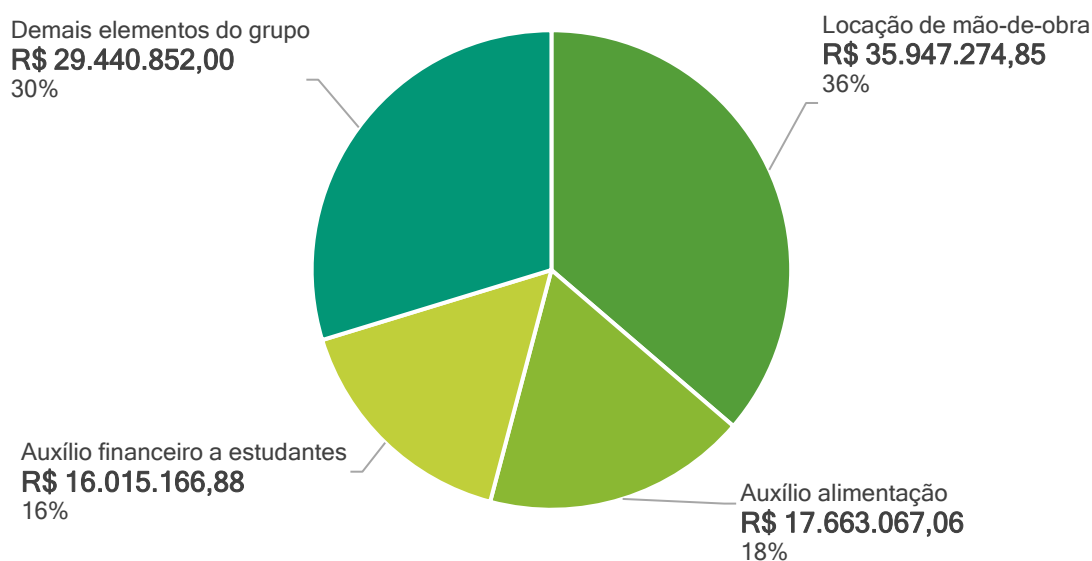


4.2.1.2.2 Despesas de Custeio

O total de gastos de custeio pagos em 2020 totalizaram R\$ 99.066.360,79 e tiveram redução de 7,30% comparado ao ano anterior no montante de R\$ 103.639.304,96, destacando-se de maior relevância do grupo as despesas com locação de mão-de-obra (contratação de serviços terceirizados de vigilância, limpeza e conservação, recepcionistas, copeira etc.), auxílio alimentação dos servidores e auxílio financeiro a estudantes representado no gráfico a seguir.

Ressalte-se que do montante de R\$ 16.015.166,88 aplicado em auxílios financeiros aos estudantes da Rede, um total de R\$ 11.115.702,63 foi direcionado para o combate aos efeitos da pandemia da COVID-19 e destinado aos discentes em condições de vulnerabilidade, visando garantir a permanência escolar durante as atividades de ensino remoto e mais R\$ 1.006.245,06 na aquisição de Equipamentos de Proteção individual visando a segurança dos discentes quando do retorno às aulas presenciais. O valor restante do total aplicado em auxílios financeiros aos estudantes foi direcionado aos demais auxílios regulares previstos na resolução nº 052, de 24 de outubro de 2016, de concessão de auxílios aos discentes do IFCE.

Despesas de custeio



Dentre os gastos de custeio destaque-se aqueles destinados à área da tecnologia da informação que servem de apoio aos serviços técnicos e administrativos no âmbito do IFCE, onde teve significativo aumento de despesas empenhadas em 2020 comparado ao ano anterior, sendo inverso a evolução das despesas pagas.

	Despesas empenhadas (TI)	Despesas pagas (TI)
Exercício 2019	R\$ 2.158.243,35	R\$ 1.115.403,63
Exercício 2020	R\$ 6.856.565,32	R\$ 171.992,76

4.2.1.2.3 Investimentos pagos

A LOA 2020 previu, inicialmente, um total de R\$ 28.568.540,00 em recursos de investimentos, montante composto por R\$ 1.935.105,00 pertencentes à matriz orçamentária da instituição e R\$ 27.148.541,00 oriundos de emendas parlamentares. Com o cancelamento da maior parte dos recursos de investimentos previstos por emendas parlamentares, a instituição se deparou com um cenário de insuficiência de dotações de investimentos, exigindo alterações na estrutura do orçamento.

A partir de julho de 2020 (ocasião em que fora liberado os créditos orçamentários condicionados à aprovação legislativa previsto na LDO, refletindo na capacidade de pagamento dos gastos no exercício comparado ao ano anterior), e considerando a redução de despesas de manutenção e funcionamento das instituições decorrentes da implantação do teletrabalho que implicou no planejamento da execução orçamentária para o exercício, foram realizados remanejamentos orçamentários entre grupos de natureza de despesas distintos, de custeio para investimentos, com o objetivo de readequações na infraestrutura física das unidades, a aquisição

de equipamentos laboratoriais, climatização de ambientes, mobiliário para os ambientes de ensino e acervo bibliográfico.

No final do exercício orçamentário de 2020, o IFCE foi contemplado com dotações de capital provenientes de Termos de Execução Descentralizada (TED).

No âmbito das unidades que compõem o IFCE foram realizados investimentos na ordem de R\$ 22.595.642,06, aplicados, prioritariamente, nas seguintes ações:

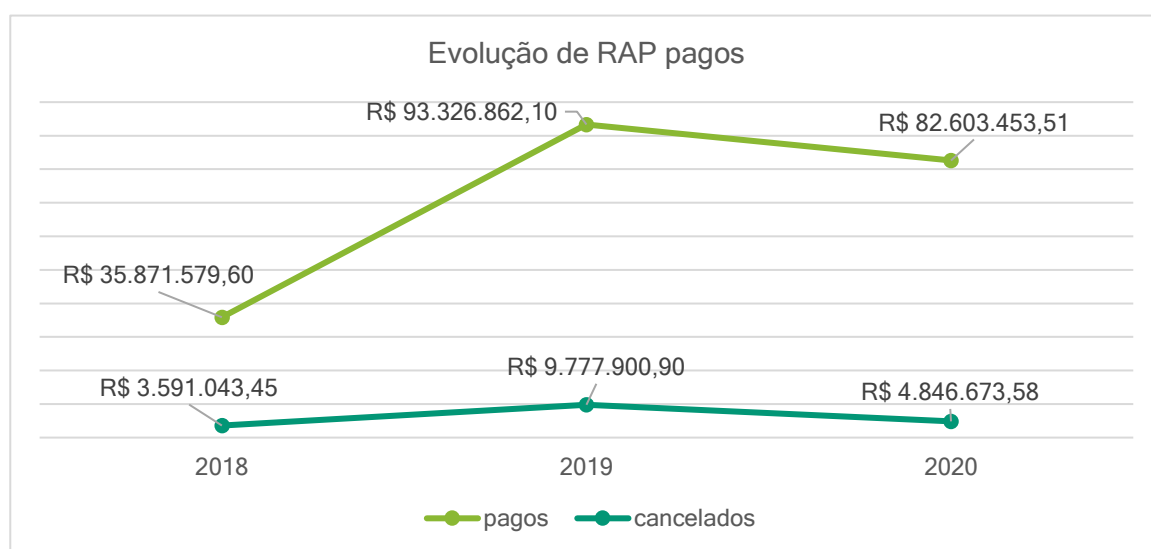
- Adequação de espaço físico para criação do estúdio musical do campus Crateús;
- Construção do bloco didático dos campi de Caucaia, Jaguaribe, Tianguá e Baturité;
- Construção do laboratório de bromatologia e nutrição animal do campus Boa Viagem;
- Construção do bloco administrativo do campus Avançado de Jaguaruana;
- Construção de quadras poliesportivas (Morada Nova, Jaguaruana, Aracati, Maranguape, Acopiara, Tabuleiro do Norte, Boa Viagem, Ubajara, Umirim, Camocim e Horizonte);
- Construção de salas de aula nos campi Acaraú, Aracati, Camocim, Crateús, Tabuleiro do Norte, Tauá, Umirim, Ubajara e Juazeiro do Norte;
- Instalação de Usinas fotovoltaica para os campi de Limoeiro do Norte e Umirim, Ubajara, Camocim, Baturité e Morada Nova;
- Construção do anexo do bloco de serviços da Reitoria;
- Climatização dos ambientes recém-criados (Polo de Inovação/Studio de gravação da Diretoria de Educação à Distância) e Reitoria;
- Conclusão das obras de construção dos laboratórios do Curso Superior de Letras e do Curso Técnico de Manutenção e Suporte em Informática do Campus Camocim;
- Construção do refeitório dos campi Fortaleza e Tabuleiro do Norte;
- Adequação e estruturação de espaço físico para criação do Studio de Gravação e produção de Material Didático da Diretoria de Educação à Distância;
- Construção de Guarita e cobertura da frota de veículos oficiais do Campus de Aracati;
- Conclusão da obra do campus Mombaça;
- Criação de espaço físico para instalar o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) nas dependências do Polo de Inovação.

O atraso na liberação dos créditos condicionados à aprovação legislativa, bem como o momento tardio dos recebimentos dos TED implicou diretamente no montante de despesas de capital efetivamente pagas em 2020, de modo que, em comparação com o total empenhado, os valores pagos são bem reduzidos, tendo a diferença sido inscrita em restos a pagar. Segue, abaixo, quadro discriminando os valores pagos em investimos no exercício de 2020.

	Obras e instalações	Equipamento e material permanente	Demais elementos do grupo
Exercício 2019	R\$ 122.056,47	861.888,62	R\$ 247.082,03
Exercício 2020	R\$ 1.677.326,28	746.197,51	R\$ 119.443,62

4.2.1.2.4 Valores pagos 2020 - restos a pagar de exercícios anteriores

O montante em valores pagos referentes a restos a pagar, no exercício de 2020, reflete, em boa parte, o volume de recursos executados ao final do ano de 2019. Este cenário de alta demanda de execução orçamentária ao final de cada exercício tem exigido que o IFCE implemente em seu planejamento medidas que evitem um grande índice de cancelamento dos restos a pagar inscritos, garantindo, assim, a entrega dos bens e serviços adquiridos. Dentre as medidas adotadas para otimizar a gestão dos Restos a Pagar está a criação do Índice de Execução dos Restos a Pagar Não Processados, que auxilia na mensuração da eficiência da execução desta categoria de recursos e estimula o acompanhamento semestral dos saldos remanescentes.



4.2.2 Gestão de Custos

No tocante aos programas temáticos o gráfico a seguir demonstra que 85,79% das dotações autorizadas ao final do exercício correspondeu ao Programa de Gestão e Manutenção que garantiu despesas com pessoal, gestão administrativa, financeira e técnica da Instituição. As atividades finalísticas somaram 14,21% das dotações e foram empregadas diretamente na assistência estudantil e na modernização e atualização da estrutura física e tecnológica da instituição como um todo.

Programas (LOA)			
Outros encargos especiais	R\$ 5.622,00		
Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais	R\$ 95.028,00		
Cumprimento de sentenças judiciais	R\$ 3.335.941,00		
Educação profissional e tecnológica			R\$ 113.838.033,00

As composições das ações pertencentes às áreas finalística e de suporte, podem ser observadas na imagem a seguir.



Área finalística

- Assistência ao Educando da Educação Profissional;
- Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;
- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de. Qualificação e Requalificação.



Área suporte

- Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;
- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de. Qualificação e Requalificação;
- Pagamento de Pessoal Ativo da União;
- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
- Outros Benefícios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes;
- Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos;
- Aposentadorias e Pensões Cíveis da União;
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais;
- Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais;
- Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica;
- Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios).

Já a performance das dotações por ação orçamentária, revela que as despesas com Pessoal Ativo representaram o maior nível de gastos, alcançando 60% das dotações autorizadas ao final do exercício, dentre os outros gastos.

Os gastos realizados com as ações finalísticas foram baseados no PDI 2019-2023, alinhados aos objetivos estratégicos.

4.2.3 Gestão de pessoas

4.2.3.1 CONFORMIDADE LEGAL

Os servidores do IFCE são regidos pela Lei 8.112/90. Assim, para assegurar a conformidade com a referida lei e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, o IFCE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo governo federal e os órgãos de controle. Para isso, o IFCE verifica, diariamente, as normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, Órgão Central do Sipec, de modo que os processos inerentes à gestão de pessoas sejam instruídos de acordo com a legislação vigente.

A gestão de pessoas no IFCE é coordenada pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), responsável por planejar, coordenar, supervisionar e implementar as políticas de gestão de pessoas, inclusive pela proposição de normativos e orientação referentes às atividades de assistência, administração de pessoal e desenvolvimento dos seus servidores.

As ações da Progep são sistêmicas e objetivam integrar as atividades na área de gestão de pessoas, entre os órgãos de recursos humanos com os subsistemas do Instituto, visando à obtenção da eficácia dos processos de trabalho para a consecução dos objetivos organizacionais.

Assim, além das normas e diretrizes publicadas pelo órgão central do Sipec, o Instituto Federal do Ceará possui regulamentos próprios de gestão de pessoas, com a finalidade de alinhar os procedimentos administrativos de modo que todos recebam tratamento isonômico.

Por fim, acompanhamos as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CGU) e cuidamos para que sejam dados os devidos atendimentos.

4.2.3.2 APONTAMENTOS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

As diligências dos órgãos de controle (CGU e TCU) são acompanhadas e os devidos encaminhamentos promovidos. Em 2020 foram recebidas 28 diligências no total, estando 78% em análise e 22% já atendidas.

Além das diligências, prestamos esclarecimento no sistema de indícios do TCU. Dentre os apontamentos destacamos o Ofício-Circular nº 001/2020-TCU/Sefip, de 30/4/2020, que trata de ato de pessoal avocado do Controle Interno devolvido ao gestor de pessoal para ser reenviado pelo sistema e-pessoal. Em 2020 foram recebidos 99 pedidos de esclarecimentos, tendo sido 54,5% atendidos até o momento e estando o restante em análise.

A avaliação da conformidade nos processos de gestão de pessoas é realizada por meio de indicadores. Os responsáveis pelos órgãos e pelas unidades pagadoras declaram anualmente a observância às normas e o cumprimento dos tópicos indicados.

- Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Rendas.
- Controle e Acompanhamento dos registros de informação no Sistema e-Pessoal.
- Atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle.

Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema e-Pessoal, conforme determinações.

4.2.3.3 AVALIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O quadro de pessoal do IFCE é composto por duas carreiras, a saber: Técnico-Administrativos em Educação (TAE) e Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Docente). As referidas carreiras são regidas pelas leis nº. 11.091/2005 e nº. 12.772/2012, respectivamente. O IFCE possui 3.568 servidores, sendo 45% TAE e 55% docente.

O nosso quadro é composto, ainda, por servidores de carreira em exercício descentralizado, servidores de carreira em exercício provisório, servidores de carreira requisitados de outros órgão e esferas, servidores com contratos temporários e servidores sem vínculos com a administração pública.

Composição da Força de Trabalho - Distribuição por situação funcional

Vinculada ao órgão	Servidores de Carreira			Contratação temporária (professores substitutos)	Sem vínculo com a administração pública
	Exercício descentralizado	Exercício Provisório	Requisitados		
3.568	4	12	2	79	3

4.2.3.4 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

4.2.3.4.1 Necessidades de recursos humanos

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.112/1990 e no Decreto nº 6.944/2009. A partir do modelo de pactuação de cargos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), o IFCE identifica as necessidades de pessoal, considerando as especificidades de cada campus e o PDI da instituição.

Dessa forma, em observância às atividades finalísticas do IFCE e, ainda, ao modelo pactuado entre o MEC e o Conif, promove-se a distribuição dos cargos seguindo a estrutura mínima de funcionamento de cada campus.

É oportuno observar que para o ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativo, é exigida a qualificação mínima para o exercício de cada cargo, aspectos estabelecidos em edital. Após a posse, os novos servidores participam do seminário de iniciação ao serviço público cujo objetivo é apresentar a estrutura organizacional da instituição bem como apresentar os direitos e deveres do servidor público.

Destaque-se, ainda, que os cargos cujas atribuições são específicas, as vagas são preenchidas por candidatos habilitados na área. Ex: psicólogo, assistente social, contador, administrador, técnico de laboratório/área, dentre outros.

Todavia, os servidores cujos cargos exigem apenas ensino médio para ingresso são lotados nos diversos departamentos da instituição causando, algumas vezes, dificuldades entre a habilidade do servidor e as atividades inerentes ao setor no qual está lotado.

4.2.3.4.2 Remoção e alocação de servidores

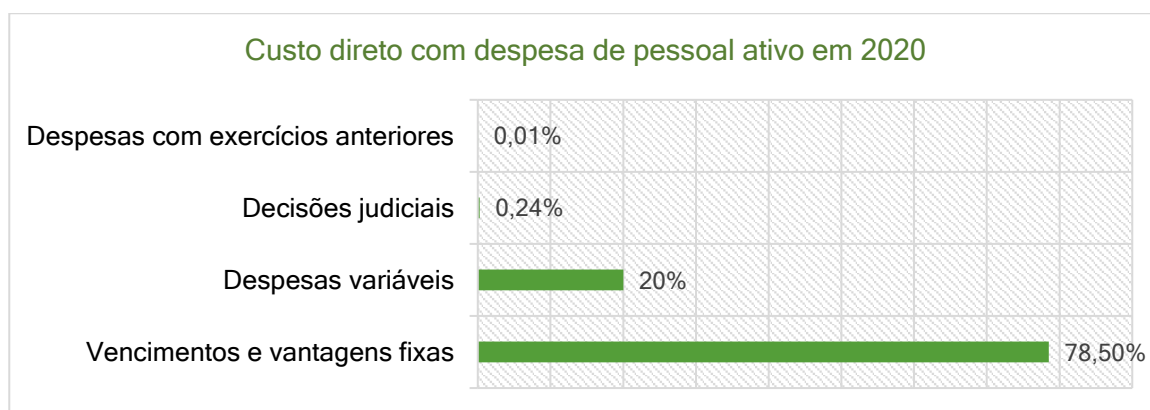
Antes do provimento de cargos o IFCE realiza processo seletivo de remoção interna de modo a contemplar os servidores que desejem mudar de campus da atual lotação.

O processo de remoção é realizado por meio de edital próprio, com critérios pré-estabelecidos na Resolução Consup nº 15, DE 15/03/2016, alterada pela Resolução Consup nº 67, DE 25/11/2016. Após a homologação do referido processo de remoção, as vagas são destinadas para provimento efetivo por candidatos concursados.

Eventualmente, considerando as necessidades e urgências dos *campi*, caso não existam classificados em concurso vigente no IFCE, os cargos vagos podem ser utilizados como contrapartida de redistribuição ou ainda serem providos por meio de aproveitamento de concurso de outras instituições federais de ensino, observado nesse caso, a previsão do edital, a carreira dos servidores e ainda as orientações e acórdãos sobre a matéria.

4.2.3.5 DETALHAMENTO E DESPESAS DE PESSOAL

Em 2020, o IFCE teve um gasto médio de 503,5 milhões com pessoal ativo (Vantagens Fixas, Gratificação Natalina, Contrato Temporário, Exercício Anteriores, Pessoal Requisitado, Decisão Judicial e Vantagens variáveis). Destes, cerca de 98,5% correspondem às despesas com remuneração e vantagens variadas como retribuição por cargo em comissão e indenizações realizadas com os servidores de carreira vinculados ao órgão.



Os gastos com pessoal passaram de R\$ 475.577.399,08 em 2019 para R\$ 503.573.534,80 em 2020. O impacto na folha de pagamento do ano de 2020 se deve principalmente às seguintes situações:

- progressões e promoções de servidores
- posse de novos servidores
- pagamentos referentes a ações judiciais

4.2.3.6 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

De acordo com a Lei 11.091/2005, que rege a Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

A Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado favorável na avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

Assim, no âmbito do IFCE a Progressão por Mérito Profissional se dá a partir da média das avaliações de desempenho realizadas da seguinte forma: autoavaliação, avaliação da chefia imediata e avaliação entre pares.

A Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses, conforme tabela a seguir.

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA DE CAPACITAÇÃO
	I	Exigência mínima do Cargo
	II	20 horas
	III	40 horas

A	IV	60 horas
B	I	Exigência mínima do Cargo
	II	40 horas
	III	60 horas
	IV	90 horas
	I	Exigência mínima do Cargo
C	II	60 horas
	III	90 horas
	IV	120 horas
	I	Exigência mínima do Cargo
D	II	90 horas
	III	120 horas
	IV	150 horas
	I	Exigência mínima do Cargo
E	II	120 horas
	III	150 horas
	IV	Aperfeiçoamento ou curso de capacitação igual ou superior a 180 horas

No ano de 2020, 1.207 dos 1.592 servidores técnico-administrativos do IFCE progrediram na carreira, sendo 27,5% destas progressões por capacitação e 72,5% progressões por mérito.

Em relação a Carreira do Cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), esta é regida pela Lei nº 12.772/2012 na qual dispõe que o desenvolvimento na Carreira ocorre mediante progressão funcional e promoção. Para a Progressão o servidor deve cumprir cumulativamente o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e ser aprovado em avaliação de desempenho individual.

A Promoção na carreira também acontece no interstício de 24 (vinte e quatro) meses a contar do último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção, a saber:

- I. para a Classe D II: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- II. para a Classe D III: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- III. para a Classe D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- IV. para a Classe Titular:
 - a) possuir o título de doutor;
 - b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e
 - c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

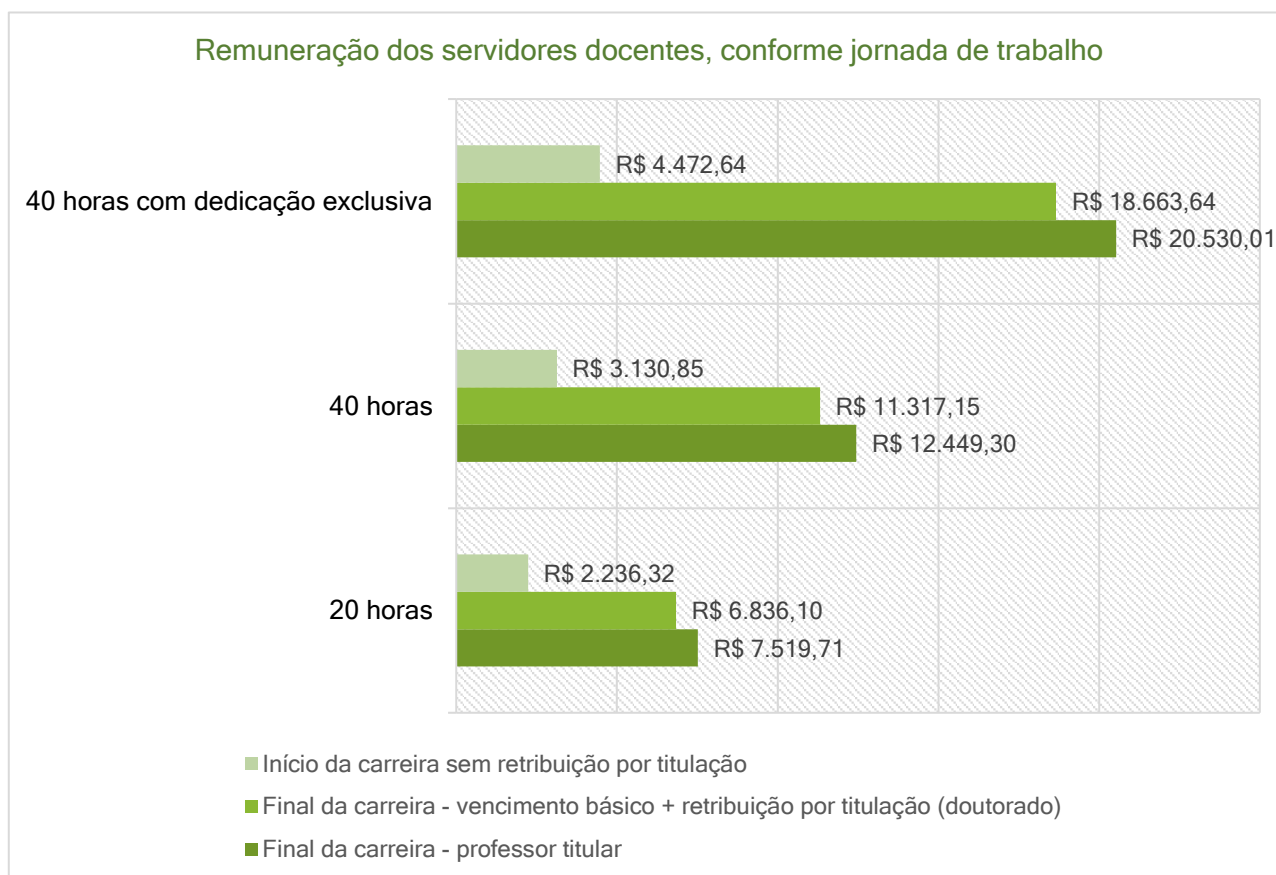
Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, após o estágio probatório, é possibilitado à aceleração da promoção nos seguintes termos:

- I. de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista; e
- II. de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Em 2020, 729 dos 1.958 servidores docentes progrediram na carreira, tendo sido 46,2% por progressão funcional, 14,6% por promoção funcional, 37% por aceleração da promoção e 2,5% promovido à classe titular.

4.2.3.7 REMUNERAÇÃO

A remuneração dos servidores é definida por lei. No caso dos servidores docentes, desde 01 de agosto de 2019, a tabela dos vencimentos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) obedece ao disposto na Lei nº 13.325/16, sendo apresentada de forma sintetizada no gráfico a seguir.



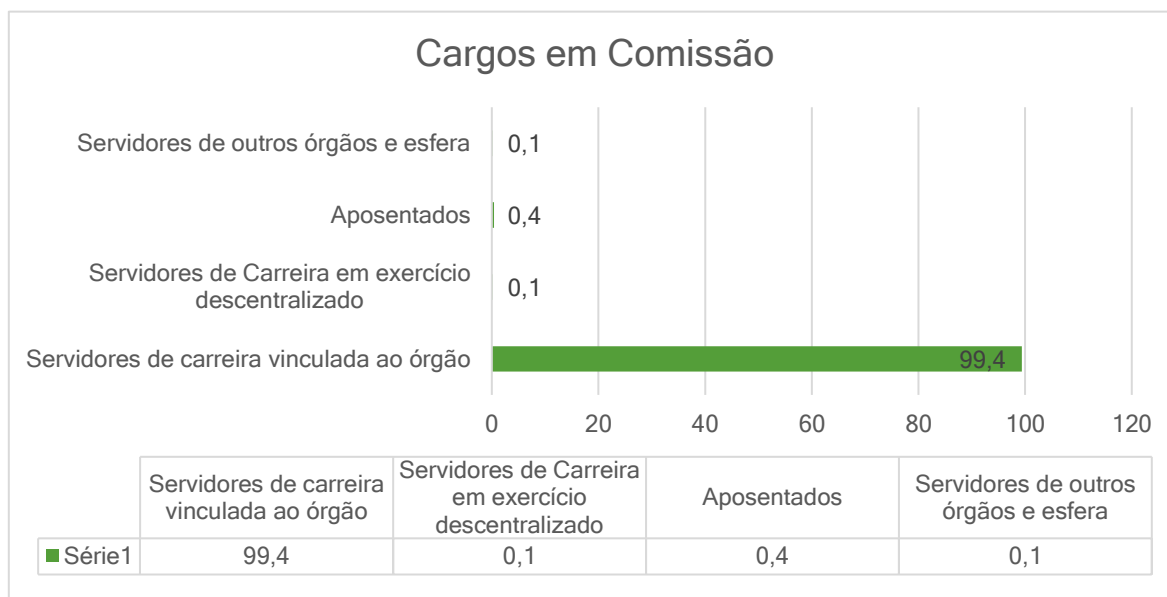
No caso dos servidores técnico-administrativos, os vencimentos seguem ao disposto na Lei nº 13.325, de 29/07/2016, que contém a Tabela de Estrutura e de Vencimento Básico do Plano de

Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. A estrutura do vencimento básico do PCCTAE, a partir de 1º de janeiro de 2017 está disposta na tabela a seguir.

Níveis				A				B				C				D				E			
Classes de Capacitação		Valor		I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Piso A I	P01	R\$	1.326,72	1																			
	P02	R\$	1.378,46	2	1																		
	P03	R\$	1.432,22	3	2	1																	
	P04	R\$	1.488,08	4	3	2	1																
	P05	R\$	1.546,11	5	4	3	2																
Piso B I	P06	R\$	1.606,41	6	5	4	3	1															
	P07	R\$	1.669,06	7	6	5	4	2	1														
	P08	R\$	1.734,15	8	7	6	5	3	2	1													
	P09	R\$	1.801,79	9	8	7	6	4	3	2	1												
	P10	R\$	1.872,06	10	9	8	7	5	4	3	2												
Piso C I	P11	R\$	1.945,07	11	10	9	8	6	5	4	3	1											
	P12	R\$	2.020,92	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1										
	P13	R\$	2.099,74	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1									
	P14	R\$	2.181,63	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1								
	P15	R\$	2.266,71	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2								
	P16	R\$	2.355,12	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3								
Piso D I	P17	R\$	2.446,96		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	1							
	P18	R\$	2.542,40			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	2	1						
	P19	R\$	2.641,55				16	14	13	12	11	9	8	7	6	3	2	1					
	P20	R\$	2.744,57					15	14	13	12	10	9	8	7	4	3	2	1				
	P21	R\$	2.851,61					16	15	14	13	11	10	9	8	5	4	3	2				
	P22	R\$	2.962,82						16	15	14	12	11	10	9	6	5	4	3				
	P23	R\$	3.078,37							16	15	13	12	11	10	7	6	5	4				
	P24	R\$	3.198,43								16	14	13	12	11	8	7	6	5				
	P25	R\$	3.323,17									15	14	13	12	9	8	7	6				
	P26	R\$	3.452,77									16	15	14	13	10	9	8	7				
	P27	R\$	3.587,43										16	15	14	11	10	9	8				
	P28	R\$	3.727,34											16	15	12	11	10	9				
	P29	R\$	3.872,70												16	13	12	11	10				
	P30	R\$	4.023,74													14	13	12	11				
Piso E I	P31	R\$	4.180,66													15	14	13	12	1			
	P32	R\$	4.343,71													16	15	14	13	2	1		
	P33	R\$	4.513,12														16	15	14	3	2	1	
	P34	R\$	4.689,13															16	15	4	3	2	1
	P35	R\$	4.872,00																16	5	4	3	2
	P36	R\$	5.062,01																	6	5	4	3
	P37	R\$	5.259,43																	7	6	5	4
	P38	R\$	5.464,55																	8	7	6	5
	P39	R\$	5.677,66																	9	8	7	6
	P40	R\$	5.899,09																	10	9	8	7
	P41	R\$	6.129,16																	11	10	9	8
	P42	R\$	6.368,20																	12	11	10	9
	P43	R\$	6.616,56																	13	12	11	10
	P44	R\$	6.874,60																	14	13	12	11
	P45	R\$	7.142,71																	15	14	13	12
	P46	R\$	7.421,28																	16	15	14	13
	P47	R\$	7.710,71																		16	15	14
	P48	R\$	8.011,42																			16	15
	P49	R\$	8.323,87																				16

4.2.3.8 CARGOS GERENCIAIS OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS

De acordo com o gráfico, observa-se que os Cargos em Comissão, no âmbito do IFCE, são ocupados, prioritariamente, com servidores de carreira vinculados ao órgão.



Fonte: SIAPE

4.2.3.9 CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

Para fins de possibilitar a capacitação/desenvolvimento dos servidores, o IFCE possui regulamentação própria na qual estabelece que a Política de Desenvolvimento dos Servidores do IFCE terá orçamento anual próprio, compatível com as ações a serem implementadas, garantindo-se, no mínimo, um por cento do orçamento de custeio das unidades estratégicas, aprovado pelo Colégio de Dirigentes.

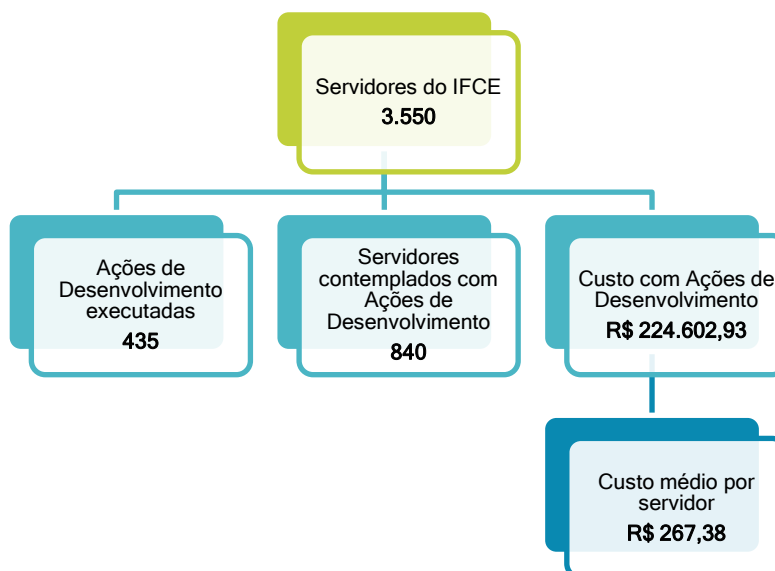
Destaca, ainda, que a distribuição do montante alocado, anualmente, para capacitação e qualificação obedecerá ao previsto na Política de Desenvolvimento de Pessoal e, ainda, sugestões das comissões representativas dos servidores, Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e Comissão Interna de Supervisão-Plano de Cargo e Carreira do Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) em conjunto com a PROGEP e aprovado pelo Colégio de Dirigentes.

Além do percentual para o orçamento, a Política de Desenvolvimento de Pessoal do IFCE traz os seguintes objetivos:

- I. melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- II. desenvolver permanentemente os servidores técnico-administrativos e docentes;
- III. adequar as competências requeridas dos servidores aos objetivos da instituição, tendo como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- IV. divulgar e gerenciar as ações de desenvolvimento de pessoas;

- V. racionalizar e garantir a efetividade dos gastos com ações de desenvolvimento; e
- VI. garantir as condições necessárias para participação dos servidores com deficiência ou mobilidade reduzida nas ações de desenvolvimento.

4.2.3.10 GASTOS COM CAPACITAÇÃO EM 2020



Fonte: Relatório de execução – Portal Sipeç

A Política de Desenvolvimento dos Servidores do IFCE, regulamentada pela Resolução CONSUP nº 94/2019, prevê orçamento anual compatível com as ações a serem implementadas, garantindo-se, no mínimo, um por cento do orçamento de custeio das unidades estratégicas, aprovado pelo Colégio de Dirigentes.

4.2.3.11 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

4.2.3.11.1 Desafios

- Capacitar e qualificar todos os servidores do IFCE nos próximos 4 anos conforme previsto no PDI.
- Desenhar e otimizar o fluxo de todos os processos da área de gestão de pessoas.
- Modernizar e automatizar todas as atividades repetitivas e rotineiras da Gestão de Pessoas, no sentido de dar mais celeridade na conclusão dos processos, evitar erros e aumentar a eficiência no atendimento das demandas dos usuários dos serviços públicos.

4.2.3.11.2 Ações futuras

- Fortalecer a Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação/Progep para gerenciar (acompanhar, avaliar e supervisionar) todo o processo de capacitação do IFCE.

- Desenvolver sistemas informatizados para automatizar as rotinas e atividades da Progep.

4.2.4 Gestão de licitações e contratos

4.2.4.1 CONFORMIDADE LEGAL

Dentre as contratações efetuadas, os principais enquadramentos são:

- Contratações diretas: artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993.
- Contratações de obras de engenharia: artigo 22 da Lei nº 8.666/1993.
- Pregão Eletrônico: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019.
- Contratações de combate à pandemia: Lei nº 13.979/2020.

4.2.4.2 PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES

De acordo com o Painel de Compras do Ministério da Economia (<http://paineldecopras.economia.gov.br/>), em consulta em 11/02/2021, o IFCE teve 30 UASGs contratantes no ano de 2020. De acordo com consulta em 09/02/2021 ao Tesouro Gerencial, o total de pagamentos referentes às contratações de bens e serviços relativas a custeio e investimentos em 2020 foi de R\$ 53,1 milhões.



As principais despesas em 2020 foram da ordem de 1,2 milhão com investimentos e 51,9 milhões com funcionamento administrativo, de acordo com detalhamento apresentado no quadro a seguir.

Material de consumo	R\$ 2,1 milhões
Material de distribuição gratuita	R\$ 3,3 milhões
Locação de mão de obra	R\$ 35,9 milhões
Serviços terceiros - Pessoa jurídica	R\$ 8,4 milhões
Serviços de tecnologia da informação	R\$ 1,1 milhão
Outros serviços	R\$ 0,8 milhão

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 24/02/2021). Valores pagos.

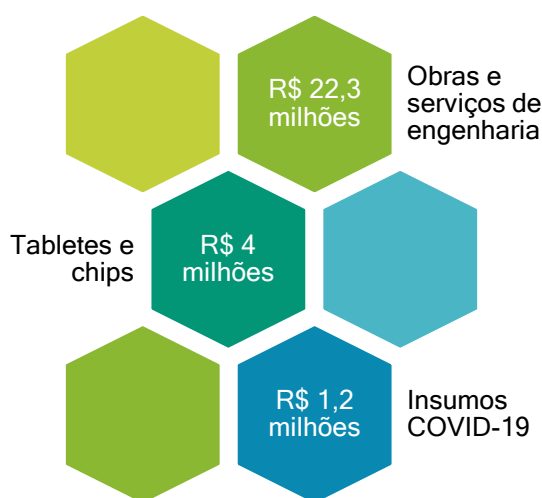
4.2.4.3 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

Em 2020, o Instituto Federal do Ceará realizou 10 Tomadas de Preços, 03 Concorrências e 03 Convites para a execução de obras e serviços de engenharia nos campi e Reitoria com o objetivo de ampliação e modernização da Infraestrutura Física, em consonância com o Tema Estratégico Efetividade e Excelência na Gestão, consignado no PDI 2019-2023. As licitações mencionadas contemplaram ao todo 24 campi e a reitoria conforme a distribuição a seguir.

Licitação	Unidade Gestora	Campus contemplado	Valor Total
Tomada de Preços 01/2020: Construção laboratório de bromatologia	Reitoria	Boa Viagem	R\$ 452.708,83
Tomada de Preços 02/2020: Reforma campus Jaguaruana	Reitoria	Jaguaruana	R\$ 780.724,12
Concorrência 01/2020: Construção blocos didáticos	Reitoria	Tianguá; Baturité; Caucaia; Jaguaribe	R\$ 4.461.897,47
Concorrência 02/2020: Construção quadras poliesportivas	Reitoria	Morada Nova; Jaguaruana; Aracati; Maranguape; Acopiara; Paracuru; Tabuleiro do Norte; Boa Viagem; Ubajara; Umirim; Camocim; Horizonte	R\$ 8.155.074,56
Concorrência 03/2020: Construção salas de aula	Reitoria	Acaraú; Juazeiro do Norte; Tauá; Ubajara; Aracati; Camocim; Tabuleiro do Norte; Umirim; Crateús	R\$ 2.440.506,49
Convite 01/2020: Construção anexo bloco de serviços	Reitoria	Reitoria	R\$ 247.775,75
Tomada de Preços 01/2020: Construção bloco didático	Sobral	Sobral	R\$ 1.193.708,26
Convite 01/2020: Reforma estúdio musical	Crateús	Cratéis	R\$ 170.919,02
Convite 01/2020: Instalação de elevador	Canindé	Canindé	R\$ 173.183,87
Tomada de Preços 01/2020: Construção de espaço de vivência	Maranguape	Maranguape	R\$ 97.086,07
Tomada de Preços 01/2020: Construção de espaço de vivência	Acopiara	Acopiara	R\$ 122.879,10
Tomada de Preços 01/2020: Adequação de refeitório	Tabuleiro	Tabuleiro	R\$ 106.284,22
Tomada de Preços 01/2020: Construção de refeitório	Fortaleza	Fortaleza	R\$ 1.415.803,06
Tomada de Preços 01/2020: Reforma prédio laboratórios de informática	Crato	Crato	R\$ 1.150.384,55
Tomada de Preços 01/2020: Construção de salas administrativas	Caucaia	Caucaia	R\$ 238.754,07
Tomada de Preços 01/2020: Construção de Guarita, Garagem e Instalação de Gradil	Aracati	Aracati	R\$ 231.468,70
Tomada de Preços 01/2020: Reforma da Quadra Poliesportiva	Acaraú	Acaraú	R\$ 867.130,36
Pregão nº. 01/2020: Serviços de Instalação de Divisórias, de Estrutura Elétrica e de Climatização	Polo de Inovação	Polo de Inovação	R\$ 97.154,00
Total			R\$ 22.394.461,22

Destaca-se, também, as licitações, realizadas pela reitoria, relativas à manutenção das atividades pedagógicas durante o período de pandemia ocasionada pelo COVID-19 que resultaram na distribuição de 5.947 tablets (Pregão 14/2020; R\$ 3.749.260,00) e acesso à internet móvel (Pregão 10/2020; R\$ 294.000,00) aos alunos, em especial aqueles em situação de maior vulnerabilidade social e menor renda.

Por fim, ressalta-se aquisição realizada pela Reitoria (Pregão 13/2020), referente à materiais e equipamentos com o objetivo de prevenir e evitar a propagação do COVID-19, cujo valor total empenhado foi de R\$ 1.205.670,85.



Justificativas referentes às contratações:

- Promover o crescimento e modernização da infraestrutura - tecnológica, capital e humana - a longo prazo visando impulsionar o desenvolvimento da instituição.
- Buscar o desenvolvimento das regiões na qual a instituição está inserida.
- Criar o maior valor possível para a sociedade e para os alunos com o montante de recurso disponível à instituição.
- Viabilizar a retomada das aulas, auxiliar os discentes nas aulas de ensino remoto, garantir o direito à educação dos alunos do IFCE e possibilitar a manutenção das atividades pedagógicas com menor prejuízo possível aos alunos, em especial aqueles em situação de maior vulnerabilidade social e menor renda, enquanto se encontram em casa, diante do período de pandemia ocasionada pelo COVID-19.
- Cuidados individuais e coletivos para prevenir e evitar a propagação do COVID-19 no âmbito das instalações do IFCE.

4.2.4.4 PRINCIPAIS TIPOS DE CONTRATAÇÕES DIRETAS

Em 2020, a realização de contratações por meio de dispensas e inexigibilidades de licitação foram voltadas, principalmente para serviços, com destaque energia elétrica, água e esgoto.

Finalidade	Objeto	Contratada	Valor	Base legal
Funcionamento administrativo*	Distribuição de energia	Companhia Energética do Ceará	R\$ 646.534,20	Inciso XXII, Artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.
Assistência estudantil	Agricultura familiar	Vários	R\$ 564.577,15	Inciso XXX, Artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.
Outros	Projeto de atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	Fundação de cultura e apoio ao ensino pesquisa e extensão - Funcepe	R\$ 893.702,71	Inciso XIII Artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.
	Projeto Academia de Futebol	Fundação de cultura e apoio ao ensino pesquisa e extensão - Funcepe	R\$ 286.403,25	Inciso XIII Artigo 24 da Lei nº 8.666/1993

Do ponto de vista da despesa executada, o gráfico a seguir resume os valores associados a licitações e contratações diretas entre 2017 e 2020.

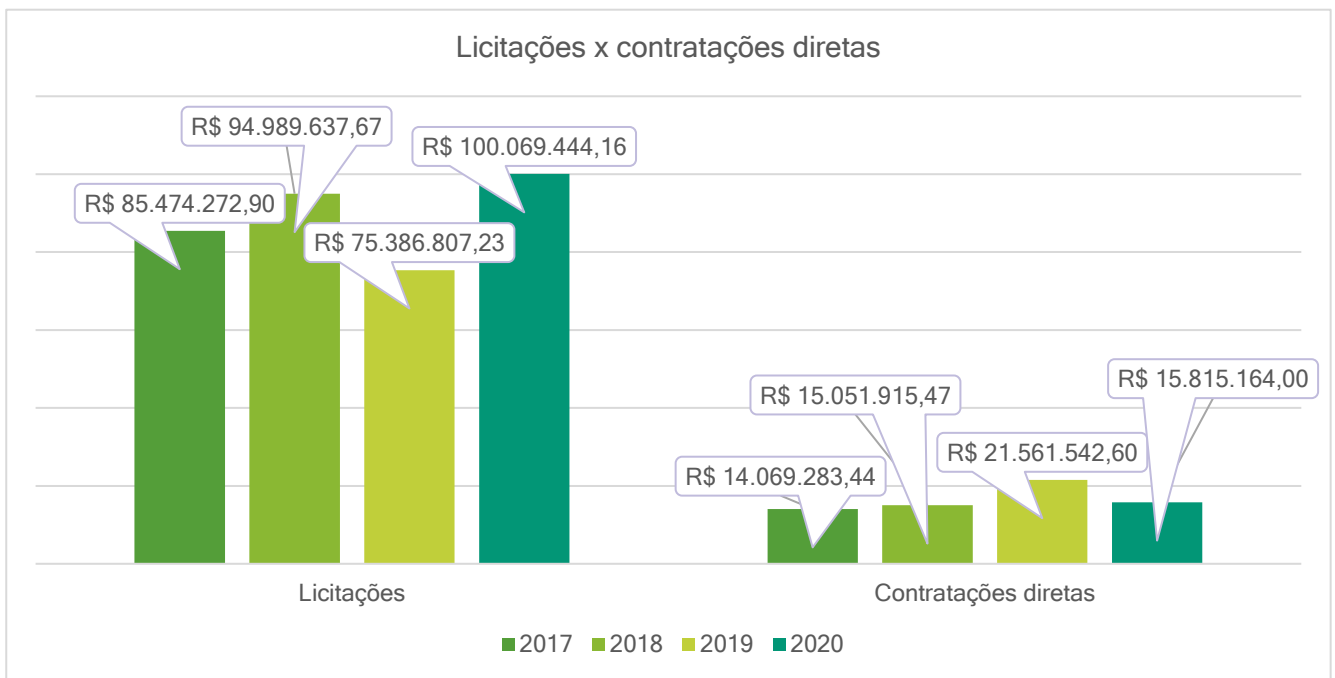


Figura 5 - Fonte: Tesouro Gerencial (09/02/2021). Despesa executada

4.2.4.5 DESAFIOS, FRAQUEZAS E RISCOS NA GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Por sua característica de gestão descentralizada, o desafio do IFCE está na padronização dos processos para o alcance dos melhores bens e serviços com economia de escala. Para tanto, a Instituição se reveste de normativos que visam à padronização dos procedimentos.

Outro desafio são as constantes atualizações da legislação, situação que levou a Instituição a ter fomentado várias capacitações técnicas.

Nesta seara, o Plano de Desenvolvimento Institucional para o quinquênio 2019-2023 estabeleceu como objetivo estratégico o aperfeiçoamento dos procedimentos visando à efetividade

e à excelência dos processos internos, com o propósito de fomentar iniciativas voltadas para a disseminação de procedimentos que proporcionem a eficiência, eficácia e qualidade na gestão dos recursos e na prestação dos serviços oferecidos aos clientes internos e externos do IFCE. Para tanto, pretende-se:

- Obter 25% de economicidade nas contratações;
- Alcançar o índice de 70% de qualidade na execução dos contratos;
- Satisfazer 80% dos requisitantes de bens e serviços.

4.2.4.6 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994

Em 2020, o Instituto Federal do Ceará desenvolveu 02 (dois) projetos firmados por meio de contratos administrativos. O Contrato nº 01/2020, firmado com a Fundação de Cultura e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (CNPJ nº 09.628.053/0001-26), tem como objeto a contratação de uma fundação de apoio para gerenciar recursos do projeto de atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e tem como vigência o período de 02/01/2020 até 31/01/2021.

Já o Contrato nº 46/2017, firmado com a Fundação de Pesquisa e Cultura (CNPJ nº 05.330.436/0001-62), tem como objeto a contratação de empresa para desenvolvimento de produtos e serviços referentes ao projeto denominado "Projeto Segunda Chance" e tem como vigência o período de 26/12/2017 até 26/12/2020.

4.2.5 Gestão patrimonial e infraestrutura

4.2.5.1 CONFORMIDADE LEGAL

- Lei nº. 8.666/1993
- Decreto nº. 9.373/2018
- Instrução normativa nº. 22/2017/SPU
- Manual de Gestão de Materiais do IFCE (<https://ifce.edu.br/proap/manuais/manual-de-gestao-de-materiais.pdf>).

4.2.5.2 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Em 2020, foram projetadas obras e especificados equipamentos para atender as demandas relativas à ampliação e modernização da infraestrutura física do IFCE, conforme detalhamento a seguir.

Obras e instalações	R\$ 22,5 milhões
Equipamentos	R\$ 18,9 milhões

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 09/02/2021). Valores empenhados.

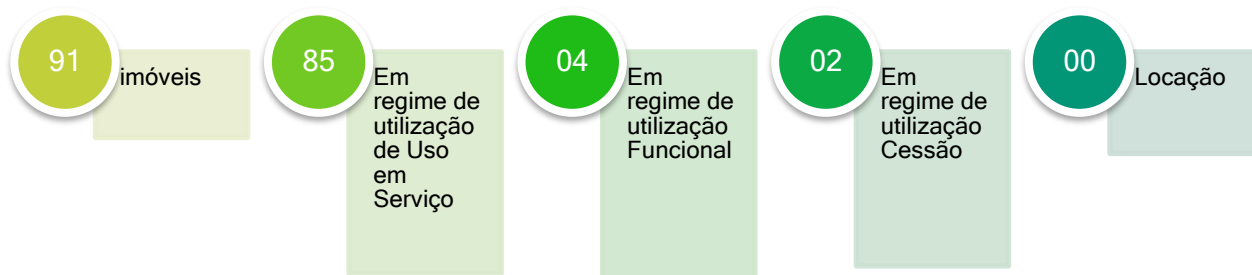
4.2.5.3 ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

Os principais custos com serviços prediais em 2020 no IFCE estão discriminados no quadro a seguir.

Energia e água	R\$ 5,4 milhões
Vigilância	R\$ 9,3 milhões
Limpeza	R\$ 7,1 milhões
Manutenção de Bens móveis e imóveis	R\$ 1,9 milhões

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 24/02/2021). Valores pagos.

4.2.5.4 GESTÃO DOS BENS IMÓVEIS



Fonte: Sistema SPUINET (Acesso em 16/02/2021)

Os bens imóveis do IFCE são avaliados por uma comissão especial (CEABI) a cada 2 anos. Tais avaliações seguem os critérios e diretrizes da NBR 14653 da ABNT. Além disso, as avaliações são registradas no SPUINET e no Sigebi (Sistema de Gerenciamento de Bens e Imóveis do IFCE), sistema desenvolvido e utilizado no âmbito da instituição. O valor total dos 91 bens imóveis da instituição é avaliado em R\$ 487.603.902,77, de acordo com dados extraídos do SPUINET e Sigebi, em 16/02/2021.

O IFCE vem investindo na melhoria de suas instalações físicas, seja para estudantes, servidores e visitantes. Os serviços de manutenção predial preventiva são constantes. A construção de novos espaços físicos ao longo dos últimos anos aumentou consideravelmente a área total construída na instituição, saltando de 246.073,04 m² ao final de 2018 para 304.150,41m² ao final de 2020.

4.2.5.5 DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Registra-se que durante o exercício de 2020, dois dos campi que compõem o IFCE iniciaram processo de desfazimento, tendo, apenas um deles, finalizado, totalizando o desfazimento por doação de 372 bens permanentes, os quais totalizam o valor total de R\$ 12.596,25. Dos bens permanentes em questão, 27 eram itens de mobiliários e 345 eram outros tipos de itens, como aparelhos de medição e equipamentos/itens médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares.

4.2.5.6 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Implantação do Siads (Sistema Integrado de Gestão Patrimonial).
- Ampliação da Infraestrutura (construção de refeitórios e bibliotecas).
- Modernização das edificações quanto à segurança e acessibilidade.

4.2.6 Gestão da tecnologia da informação

O Modelo de governança de Tecnologia da Informação do Instituto Federal do Ceará, alinhado ao Modelo de Governança Corporativo do MEC, tem como principal instância o Conselho Superior do IFCE, tendo como órgão consultivo o Comitê de Tecnologia da Informação do IFCE - CGTIC.

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação, o Instituto Federal do Ceará observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Economia, órgão central (SISP) e Governo Federal.

O total das despesas empenhadas apresentou um acréscimo de 217,78% em relação a 2019, devido aos investimentos para ampliação dos servidores e ativos de rede para atender à digitalização dos serviços, além de aquisição de equipamentos para montagem novos ambientes e substituição de itens defeituosos. Foram substituídas locações de equipamentos por aquisições.

Grupo de natureza de despesa	Despesas empenhadas		Despesas pagas		Valor pago em restos a pagar	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Investimento	136.474,03	6.592.296,34	67.521,00	87.302,33	68.953,03	6.504.993,99
Custeio	2.021.769,32	266.268,98	1.047.882,63	84.690,43	973.886,69	181.578,55
<i>Total</i>	2.158.243,35	6.858.565,32	1.115.403,6	171.992,76	1.042.839,72	6.686.572,54

4.2.6.1 PRINCIPAIS SISTEMAS E PROJETOS

O ano de 2020 foi bem desafiador para as instituições forçando todos a desenvolver os serviços e plataformas digitais de forma a mitigar os impactos da pandemia do novo coronavírus. Assim, foram criados e-mails para todos os alunos da instituição de atividades letivas de forma online. Foi desenvolvida a ferramenta FICemCasa, sistema criado para permitir o trâmite online da proposição, avaliação, matrícula de alunos, bem como emissão de certificados de conclusão de forma simples e rápida. Foi desenvolvido ainda o novo sistema da Pró-reitoria de Extensão voltado ao acompanhamento das atividades de extensão. Foram ainda adquiridos e distribuídos aos alunos tablets e chips com acesso à Internet via 4G. Foi ainda modernizado o sistema de cópias de segurança (backups) de forma a atender a maior quantidade de dados armazenados.

4.2.6.2 PRINCIPAIS METAS NÃO ATINGIDAS

A instituição atingiu a maior parte das metas previstas para o período, tendo a pandemia forçado mudanças, adaptações principalmente mudanças de prioridades. As principais metas não atingidas são a criação e atualização de normativos internos, os quais não foram realizados em sua totalidade, além das modificações nas comunicações e divulgação das ações interna e externamente. Ações essas que serão desenvolvidas no próximo exercício.

4.2.6.3 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A instituição se preocupa com a segurança, tendo investido em solução de backup, além das avaliações de segurança dos dados que são realizadas e ações de monitoramento dos sistemas. Para o próximo serão tomadas mais ações nesse sentido, focando principalmente na LGPD, o que inclui a realização de capacitações e investimentos em soluções de segurança.

4.2.7 Sustentabilidade Ambiental

4.2.7.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

O IFCE vem realizando junto aos seus respectivos campi, ações sistêmicas que visam ao desenvolvimento nacional sustentável. Nesta seara, importa citar as intervenções da gestão em 2020:

4.2.7.1.1 Realização de licitações para aquisição de materiais e bens possuidores de características sustentáveis

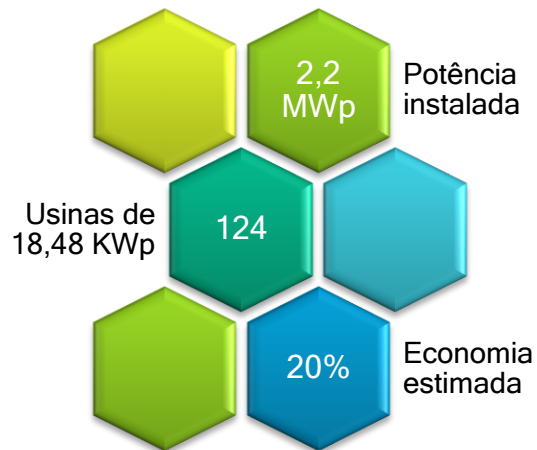
A instituição, quando da elaboração de seus editais e contratos, utiliza-se dos modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União - AGU. Nestes modelos, há a previsão de cumprimento, pelos licitantes e fornecedores, das obrigações de preservação ambiental e de boas práticas de sustentabilidade. No âmbito prático, o Instituto Federal do Ceará vem promovendo a aquisição de condicionadores de ar com tecnologia inverter (máquinas 40% mais eficientes que as tradicionais) e de tonners e cartuchos recarregáveis.

4.2.7.1.2 Redução de resíduos poluentes

Publicada a Instrução Normativa nº 02/2020 que dispõe sobre a implantação da separação e destinação dos resíduos sólidos recicláveis, de acordo com o Decreto nº 5.940, de 25/10/2006, no âmbito do IFCE.

4.2.7.1.3 Ações para a redução do consumo de recursos naturais

- Divulgação do Guia de Orientações para Economia de água e Energia Elétrica (https://ifce.edu.br/proap/manuais/copy5_of_orientacoes_livreto_12jun2019__3_.pdf).
- Adoção de equipamentos e componentes de maior eficiência energética.
- Instalação de sistema fotovoltaico de potência instalada de 2,2 MWp com previsão de economia de 20%.



5 Demonstrações Contábeis

5.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial evidencia os ativos e passivos e a sua evolução no exercício corrente em relação ao exercício anterior. É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

ATIVO		
Especificação	2020	2019
Ativo Circulante	105.263.451,17	84.832.657,60
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.681.742,10	56.464.165,33
Créditos a Curto Prazo	36.523.015,97	-
Demais Créditos e Valores	36.523.015,97	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	15.954.219,51
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	12.047.371,27	12.412.226,89
VPDs Pagas Antecipadamente	11.321,83	2.045,87
Ativo Não Circulante	673.682.795,39	642.828.065,06
Ativo Realizável a Longo Prazo	620.998,71	620.998,71
Créditos a Longo Prazo	620.998,71	530.020,45
Dívida Ativa Não Tributária	530.020,45	530.020,45
Demais Créditos e Valores	90.978,26	90.978,26
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	530.020,45
Imobilizado	672.006.032,65	641.158.244,71
Bens Móveis	203.631.041,58	191.171.891,10
Bens Móveis	213.058.313,86	199.743.909,66
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-9.426.834,96	-8.571.581,24
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-437,32	-437,32
Bens Imóveis	468.374.991,07	449.986.353,61
Bens Imóveis	472.992.347,63	454.448.293,98
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.617.356,56	-4.461.940,37
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	1.055.764,03	1.048.821,64
Softwares	1.040.929,70	1.034.285,31
ATIVO		
Especificação	2020	2019
Softwares	1.041.271,65	1.034.502,69
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-341,95	-217,38
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.834,33	14.536,33
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.834,33	14.536,33
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Diferido	-	-
Total do Ativo	778.946.246,56	727.660.722,66

PASSIVO		
Especificação	2020	2019
Passivo Circulante	132.419.307,25	146.006.219,91
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	67.904.347,72	88.856.926,74
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.401.638,40	2.298.440,64
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	64,65
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	63.113.321,13	54.850.787,88
Passivo Não Circulante	3.800.303,79	131.482,01
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	3.796.920,66	128.098,88
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	2.903,13	2.903,13
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	480,00	480,00
Resultado Diferido	-	-
Total do Passivo Exigível	136.219.611,04	146.137.701,92

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	2020	2019
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	642.726.635,52	581.523.020,74
Resultado do Exercício	64.439.731,32	-104.521.486,66
Resultados de Exercícios Anteriores	581.523.020,74	689.253.639,88
Ajustes de Exercícios Anteriores	-3.236.116,54	-3.209.132,48
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Total do Patrimônio Líquido	642.726.635,52	581.523.020,74

Os ativos compreendem o somatório dos bens mais direitos do IFCE, com a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos das obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido representa a diferença entre o total dos ativos menos o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade. Hoje, o patrimônio líquido do IFCE soma **R\$ 642.726.635,52**.

5.1.1 Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

ATIVO		
Especificação	2020	2019
Ativo Financeiro	56.687.240,50	56.488.121,92
Ativo Permanente	722.259.006,06	671.172.600,74
PASSIVO		

Especificação	2020	2019
Passivo Financeiro	138.707.298,22	105.180.301,46
Passivo Permanente	74.684.687,86	91.325.953,05
Saldo Patrimonial	565.554.260,48	531.154.468,15

5.1.2 Quadro de compensações

ATIVO		
Especificação / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2020	2019
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	68.071.616,34	52.364.872,40
Execução dos Atos Potenciais Ativos	68.071.616,34	52.364.872,40
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	2.877.620,82	1.734.064,85
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	65.116.862,60	50.565.843,11
Direitos Contratuais a Executar	77.132,92	64.964,44
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-
Total	68.071.616,34	52.364.872,40
PASSIVO		
Especificação / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2020	2019
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	151.742.769,30	132.002.493,31
Execução dos Atos Potenciais Passivos	151.742.769,30	132.002.493,31
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	3.378.121,63	3.492.231,05
Obrigações Contratuais a Executar	148.364.647,67	128.510.262,26
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
Total	151.742.769,30	132.002.493,31
Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial		
Destinação de Recursos	<i>Superavit/Deficit Financeiro</i>	
Recursos Ordinários	-20.687.313,95	
Recursos Vinculados	-61.332.743,77	
Educação	-2.252.820,86	
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-14.348,11	
Previdência Social (RPPS)	-	
Dívida Pública	-51.612.075,35	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-7.453.499,45	
Total	-82.020.057,72	

5.2 Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no

setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS (continua)		
Especificação	2020	2019
Variações Patrimoniais Aumentativas	886.453.220,15	1.049.389.722,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS (continuação)		
Especificação	2020	2019
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	409.897,41	1.253.559,93
Venda de Mercadorias	267.838,08	209.248,04
Vendas de Produtos	1.816,00	12.280,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	140.243,33	1.032.031,89
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	79,71
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	79,71
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	857.162.105,28	856.596.663,74
Transferências Intragovernamentais	853.184.294,38	848.229.758,08
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.977.810,90	8.366.905,66
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	28.506.136,37	191.094.279,13
Reavaliação de Ativos	16.887.401,02	153.672.860,44
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	123.935,90	659.480,15
Ganhos com Desincorporação de Passivos	11.494.799,45	36.761.938,54
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	375.081,09	445.140,35
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-

Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	375.081,09	445.140,35
Variações Patrimoniais Diminutivas	822.013.488,83	1.153.911.209,52
Pessoal e Encargos	566.368.658,97	583.555.103,07
Remuneração a Pessoal	439.213.969,50	471.719.895,89
Encargos Patronais	98.231.128,37	82.391.629,19
Benefícios a Pessoal	28.922.936,56	29.443.577,99
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	624,54	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	78.252.836,68	71.906.918,77
Aposentadorias e Reformas	64.103.665,02	58.814.137,24
Pensões	13.431.834,87	13.038.919,09
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	93.600,00	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	623.736,79	53.862,44
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	69.180.740,39	85.372.058,55
Uso de Material de Consumo	9.122.120,09	12.197.606,14
Serviços	59.301.695,39	70.821.997,72
Depreciação, Amortização e Exaustão	756.924,91	2.352.454,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.817,58	11.379,54
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.247,39	6.728,91
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	570,19	4.650,63
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	78.788.788,62	108.087.478,25
Transferências Intragovernamentais	74.792.217,64	99.501.586,34
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	95.028,00	258.091,75
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.901.542,98	8.327.800,16
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	11.909.493,11	288.931.894,17
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.955.904,14	11.435.210,73
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	3.554,90	71.338,78
Incorporação de Passivos	8.903.401,05	78.307.953,90
Desincorporação de Ativos	46.633,02	199.117.390,76
Tributárias	27.073,09	76.607,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.376,24	25.012,80
Contribuições	17.696,85	51.594,72
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS (conclusão)		
Especificação	2020	2019
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	17.483.080,39	15.969.769,65
Premiações	11.633,00	4.000,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	17.209.619,78	15.571.174,65
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	261.827,61	394.595,00
Resultado Patrimonial do Período	64.439.731,32	-104.521.486,66

5.3 Balanço orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

As informações orçamentárias visam fazer uma comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.

RECEITA				
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	1.067.476,00	1.067.476,00	611.025,77	-456.450,23
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	240.973,00	240.973,00	44.394,78	-196.578,22
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	240.973,00	240.973,00	44.394,78	-196.578,22
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-

Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	173.433,00	173.433,00	267.838,08	94.405,08
Receita Industrial	-	-	1.816,00	1.816,00
Receitas de Serviços	646.305,00	646.305,00	95.848,55	-550.456,45
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	646.305,00	646.305,00	95.848,55	-550.456,45
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	6.765,00	6.765,00	201.128,36	194.363,36
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6.765,00	6.765,00	18,32	-6.746,68
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	201.110,04	201.110,04
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
Receitas de Capital	75.661.812,00	75.661.812,00	-	-75.661.812,00
Operações de Crédito	75.661.812,00	75.661.812,00	-	-75.661.812,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	75.661.812,00	75.661.812,00	-	-75.661.812,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
Subtotal de Receitas	76.729.288,00	76.729.288,00	611.025,77	-76.118.262,23
Refinanciamento	-	-	-	-

Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	76.729.288,00	76.729.288,00	76.729.288,00	611.025,77	611.025,77	-76.118.262,23
Deficit				816.928.986,77	816.928.986,77	816.928.986,77
Total	76.729.288,00	76.729.288,00	76.729.288,00	817.540.012,54	817.540.012,54	740.810.724,54
Detalhamento dos Ajustes na Previsão Atualizada	1.067.476,00	1.067.476,00	1.067.476,00	611.025,77	611.025,77	-456.450,23
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-	-	-
DESPESA						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Líquidas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	732.343.669,00	778.308.484,00	775.567.660,61	748.997.328,32	688.286.371,20	2.740.823,39
Pessoal e Encargos Sociais	595.273.414,00	655.428.790,00	649.438.779,51	649.358.779,51	592.220.010,41	5.990.010,49
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	137.070.255,00	122.879.694,00	126.128.881,10	99.638.548,81	96.066.360,79	-3.249.187,10
Despesas de Capital	29.583.646,00	22.616.232,00	41.972.351,93	1.424.519,53	1.231.027,12	-19.356.119,93
Investimentos	29.583.646,00	22.616.232,00	41.972.351,93	1.424.519,53	1.231.027,12	-19.356.119,93
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas	761.927.315,00	800.924.716,00	817.540.012,54	750.421.847,85	689.517.398,32	-16.615.296,54
Amortização da Dívida / Refinanciamento	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-

Subtotal com Refinanciamento	761.927.315,00	800.924.716,00	817.540.012,54	750.421.847,85	689.517.398,32	-16.615.296,54
TOTAL	761.927.315,00	800.924.716,00	817.540.012,54	750.421.847,85	689.517.398,32	-16.615.296,54

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Despesas orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	3.805.307,60	27.157.115,00	18.676.207,70	18.377.597,68	4.823.626,62	7.761.198,30
Pessoal e Encargos Sociais	567.015,19	-	144.369,58	144.369,58	422.645,61	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.238.292,41	27.157.115,00	18.531.838,12	18.233.228,10	4.400.981,01	7.761.198,30
Despesas de Capital	811.411,94	18.699.452,61	16.688.710,50	16.559.296,23	223.601,98	2.727.966,34
Investimentos	811.411,94	18.699.452,61	16.688.710,50	16.559.296,23	223.601,98	2.727.966,34
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.616.719,54	45.856.567,61	35.364.918,20	34.936.893,91	5.047.228,60	10.489.164,64
	De Exercícios Anteriores a 2019 + Exercício de 2019: R\$ 50.473.287,15		Liquidados no Exercício de 2020			Saldo do RPNP
	100,00%		70,07%			20,78%

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Despesas orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	71.649,37	54.337.085,92	54.257.727,49	9.880,95	141.126,85
Pessoal e Encargos Sociais	-	49.439.057,59	49.439.057,59	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	71.649,37	4.898.028,33	4.818.669,90	9.880,95	141.126,85
Despesas de Capital	18.783,64	266.142,11	266.142,11	18.783,64	-
Investimentos	18.783,64	266.142,11	266.142,11	18.783,64	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-

TOTAL	90.433,01	54.603.228,03	54.523.869,60	28.664,59	141.126,85
De Exercícios Anteriores a 2019 + Exercício de 2019: R\$	54.693.661,04		Pagos no Exercício de 2020		Saldo do RPNP
	100,00%		99,69%		0,26%

5.4 Balanço financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

INGRESSOS		
Especificação	2020	2019
Receitas Orçamentárias	611.025,77	1.496.836,12
Ordinárias	-	-
Vinculadas	641.714,48	1.506.695,75
Educação	201.042,34	236.914,45
Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	440.672,14	1.269.781,30
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-30.688,71	-9.859,63
Transferências Financeiras Recebidas	853.184.294,38	848.229.758,08
Resultantes da Execução Orçamentária	786.558.113,28	778.850.274,66
Repasse Recebido	724.879.199,71	709.570.736,84
Sub-repasse Recebido	61.678.913,57	69.279.537,82
Independentes da Execução Orçamentária	66.626.181,10	69.379.483,42
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	64.845.216,92	67.692.053,98
Demais Transferências Recebidas	-	1.199,56
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.780.964,18	1.686.229,88
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	147.445.098,75	102.068.532,72
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	60.904.449,53	54.157.240,88
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	67.118.164,69	45.856.567,61
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	827.863,33	1.857.173,24
Outros Recebimentos Extra orçamentários	18.594.621,20	197.550,99
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	257,75
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	257,75	-
Arrecadação de Outra Unidade	173.382,54	197.293,24
Valores para Compensação	18.458,19	-
Demais Recebimentos	18.402.522,72	-
Saldo do Exercício Anterior	56.464.165,33	55.698.027,79
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.464.165,33	55.698.027,79
TOTAL	1.057.704.584,23	55.698.027,79
DISPÊNDIOS		
Especificação	2020	2019
Despesas Orçamentárias	817.540.012,54	756.313.151,19
Ordinárias	363.928.132,05	680.912.337,09
Vinculadas	453.611.880,49	75.400.814,10
Educação	3.006.808,42	8.992.460,45
Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.629.959,56	-

Previdência Social (RPPS)	52.179.125,01	63.069.571,66
Receitas Financeiras		2.011.698,28
Dívidas Financeiras	95.804.075,47	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	297.991.912,03	1.327.083,71
Transferências Financeiras Concedidas	93.212.905,89	99.497.779,72
Resultantes da Execução Orçamentária	61.678.913,57	69.341.967,82
Repasse Concedido	-	62.430,00
Sub-repasse Concedido	61.678.913,57	69.279.537,82
Independentes da Execução Orçamentária	31.533.992,32	30.155.811,90
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	31.130.388,22	29.237.874,00
Demais Transferências Concedidas	24.854,22	478.671,21
Movimento de Saldos Patrimoniais	378.749,88	439.266,69
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	90.269.923,70	95.218.058,47
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	54.523.869,60	49.628.043,72
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	34.936.893,91	43.698.818,38
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	808.902,44	1.882.266,58
Outros Pagamentos Extraorçamentários	257,75	8.929,79
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	257,75	-
Demais Pagamentos	-	8.929,79
Saldo para o Exercício Seguinte	56.681.742,10	56.464.165,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.681.742,10	56.464.165,33
TOTAL	1.057.704.584,23	1.007.493.154,71

5.5 Demonstração do fluxo de caixa

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

Especificação	2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	18.273.744,23	27.145.691,61
Ingressos	873.217.804,68	851.781.060,68
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	44.394,78	249.911,79
Receita Agropecuária	267.838,08	209.248,04
Receita Industrial	1.816,00	12.280,00
Receita de Serviços	95.848,55	777.549,18
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	201.128,36	247.847,11
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	872.606.778,91	850.284.224,56
Ingressos Extraorçamentários	827.863,33	1.857.173,24
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	257,75	-
Transferências Financeiras Recebidas	853.184.294,38	848.229.758,08

Especificação	2020	2019
Arrecadação de Outra Unidade	173.382,54	197.293,24
Valores para Compensação	18.458,19	-
Demais Recebimentos	18.402.522,72	-
Desembolsos	-854.944.060,45	-824.635.369,07
Pessoal e Demais Despesas	-665.608.857,71	-642.278.490,66
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-77.019.026,67	-70.863.623,46
Saúde	-2.900,00	-56.376,90
Trabalho	-	-
Educação	-588.463.261,95	-571.212.272,79
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-79.198,00
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-119.249,16	-63.300,00
Encargos Especiais	-4.162,18	-3.977,26
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-257,75	257,75
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-95.313.394,41	-80.967.902,32
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-95.218.366,41	-80.709.810,57
Outras Transferências Concedidas	-95.028,00	-258.091,75
Outros Desembolsos Operacionais	-94.021.808,33	-101.388.976,09
Dispêndios Extraorçamentários	-808.902,44	-1.882.266,58
Transferências Financeiras Concedidas	-93.212.905,89	-99.497.779,72
Demais Pagamentos	-	-8.929,79
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-18.056.167,46	-26.379.554,07
Ingressos	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
Desembolsos	-18.056.167,46	-26.379.554,07
Aquisição de Ativo Não Circulante	-17.672.460,28	-26.080.351,94
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-383.707,18	-299.202,13

Especificação	2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Ingressos	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	217.576,77	766.137,54
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	56.464.165,33	55.698.027,79
Caixa e Equivalente de Caixa Final	56.681.742,10	56.464.165,33

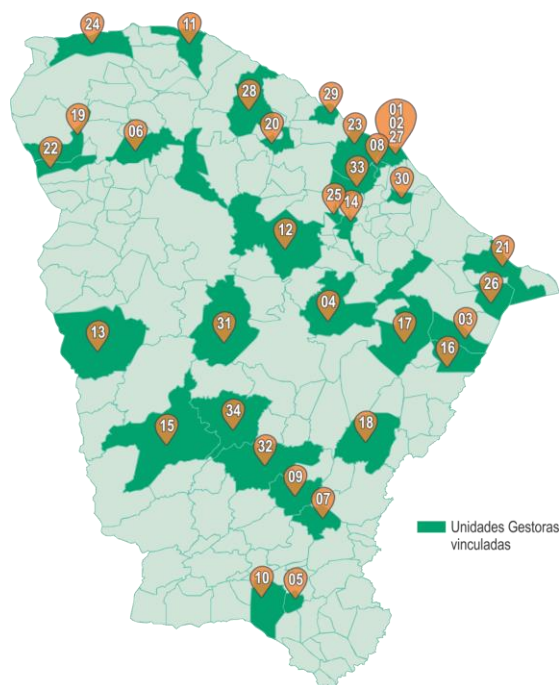
5.5.1 Notas explicativas

5.5.1.1 ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ÓRGÃO

A estrutura do IFCE passou a ser composta, em 2018, por 29 *campi*, 3 *campi* avançados, 1 polo de inovação e 1 reitoria, sendo todos uma Autarquia Federal pertencente à administração indireta do Ministério da Educação.

Tabela 1 - Lista das Unidades Gestoras vinculadas

Campus	UG	CNPJ
01 – Reitoria	158133	10.744.098/0001-45
02 – Fortaleza	158313	10.744.098/0002-26
03 - Limoeiro do Norte	158314	10.744.098/0003-07
04 – Quixadá	158315	10.744.098/0004-98
05 - Juazeiro do Norte	158316	10.744.098/0005-79
06 – Sobral	158317	10.744.098/0006-50
07 – Cedro	158318	10.744.098/0007-30
08 – Maracanaú	158319	10.744.098/0009-00
09 – Iguatu	158320	10.744.098/0008-11
10 – Crato	158321	10.744.098/0010-36
11 – Acaraú	158322	10.744.098/0011-17
12 – Canindé	158323	10.744.098/0012-06
13 - Crateús	158324	10.744.098/0013-89
14 - Baturité	158951	10.744.098/0014-60
15 - Tauá	158952	10.744.098/0015-40
16 - Tabuleiro do Norte	158953	10.744.098/0016-21
17 - Morada Nova	158954	10.744.098/0017-02
18 - Jaguaribe	158955	10.744.098/0018-93
19 - Tianguá	158956	10.744.098/0019-74
20 - Umirim	158957	10.744.098/0020-08
21 - Aracati	158958	10.744.098/0021-99
22 - Ubajara	158959	10.744.098/0022-70
23 - Caucaia	158960	10.744.098/0023-50
24 - Camocim	158961	10.744.098/0024-31
25 - Guaramiranga	158962	10.744.098/0025-12
26 - Jaguaruana	158963	10.744.098/0026-01



27 - Polo de Inovação	158964	10.744.098/0027-84
28 - Itapipoca	158965	10.744.098/0028-65
29 - Paracuru	158966	10.744.098/0029-46
30 - Horizonte	158967	10.744.098/0030-80
31 - Boa Viagem	158968	10.744.098/0031-60
32 - Acopiara	158969	10.744.098/0032-41
33 - Maranguape	158973	10.744.098/0033-22
34 - Mombaça (em implantação)	-	-

5.6 Detalhamento dos critérios contábeis adotados

5.6.1 Informações gerais

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE) é uma pessoa jurídica pertencente à administração indireta, com natureza jurídica de autarquia federal. Trata-se de uma instituição pública de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e inscrita no CNPJ/MF sob o número 10.744.098/0001-45, tendo a sua sede administrativa situada em Fortaleza, Ceará, na rua Jorge Dumar, 1703, bairro Jardim América. É uma instituição que pertence à União e é voltada à educação superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

A instituição foi criada em dezembro de 2008, mediante a Lei nº 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e os 38 institutos federais hoje existentes no país. Com essa lei, as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu foram integradas ao IFCE, mantendo a sua autonomia administrativa e pedagógica.

Considerando esse contexto, as Demonstrações Contábeis do IFCE foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todas as unidades gestoras executoras integrantes do IFCE.

5.6.2 Resumo das políticas contábeis significativas

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP do IFCE foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As informações constantes na DCASP foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo os dados

consolidados das contas contábeis das unidades que compõem o órgão 26405 - IFCE, autarquia federal da administração indireta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

5.6.3 Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

A seguir, são apresentados os critérios de registro, avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais no âmbito do IFCE:

- **Disponibilidades:** As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.
- **Créditos e obrigações:** Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.
- **Estoques:** Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Os custos de estoques devem abranger todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros relacionados ao processo de produção. Os custos posteriores de armazenagem ou entrega ao cliente não devem ser absorvidos pelos estoques. Os gastos de distribuição, de administração geral e financeiros são considerados como variações patrimoniais diminutivas (VPD) do período em que ocorrerem e não como custo dos estoques.
- **Imobilizado:** O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Após o reconhecimento inicial, a entidade detentora do ativo deve optar entre valorá-lo pelo modelo do custo ou da reavaliação. O modelo do custo consiste no valor de aquisição, produção ou construção menos a

depreciação acumulada e as perdas acumuladas por imparidade. O modelo da reavaliação consiste no valor justo sujeito à reavaliação periódica menos a depreciação acumulada e as perdas acumuladas por imparidade. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros deve ser reconhecido como despesa do período em que seja incorrido. No caso de transferências de ativos, o valor a atribuir deve ser o valor contábil líquido constante nos registros da entidade de origem. Em caso de divergência deste critério com o fixado no instrumento de autorização da transferência, este deve ser evidenciado em notas explicativas.

- **Intangível:** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).
- **Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis:** A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFCE são apuradas pelo Sistema Unificado de Gestão Pública - SUAP, que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, a seguir discriminada.
- **Depreciação de bens imóveis:** As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

5.7 Notas explicativas às demonstrações contábeis

5.7.1 Nota Explicativa 01: Caixa e equivalentes de caixa

O item “caixa e equivalentes de caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com grande capacidade de liquidez rápida em moeda nacional. A tabela a seguir, demonstra a composição dos recursos de Caixa e Equivalentes de Caixa, evidenciando o saldo de R\$ 56.681.742,10 em 31 de dezembro de 2020, o qual apresentou variação mínima em comparação ao exercício anterior.

ATIVO		
Especificação	2020	2019
Ativo Circulante	105.263.451,17	84.832.657,60
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.681.742,10	56.464.165,33

5.7.2 Nota Explicativa 02: Demais créditos a curto prazo

O subgrupo “demais créditos e valores a curto prazo” compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferência e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações.

A tabela abaixo evidencia saldo zerado em 31 de dezembro de 2020, o qual apresenta um decréscimo total em comparação ao mesmo período do exercício anterior.

Tal fato se deve à reclassificação da conta demais créditos a curto prazo para a conta créditos de curto prazo. Nas demonstrações contábeis, as contas semelhantes podem ser agrupadas com os pequenos saldos sendo agregados, desde que sua natureza esteja indicada e não ultrapasse 10% (dez por cento) do valor do respectivo grupo de contas. Por esse motivo, tais valores foram reclassificados para um grupo de conta mais específico.

ATIVO		
Especificação	2020	2019
Ativo Circulante	105.263.451,17	84.832.657,60
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		- 15.954.219,51

5.7.3 Nota Explicativa 03: VPDS pagas antecipadamente

Este subgrupo do ativo circulante representa o somatório da contabilização dos serviços e materiais pagos antecipadamente. Em 2020, o somatório representou R\$ 11.621,83. Uma variação positiva considerável, devido o aumento da contratação de seguros e assinatura de periódicos no exercício.

ATIVO		
Especificação	2020	2019
Ativo Circulante	105.263.451,17	84.832.657,60
VPDs Pagas Antecipadamente	11.321,83	2.045,87

5.7.4 Nota Explicativa 04: Imobilizado

Este subgrupo do ativo não circulante compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

A tabela abaixo demonstra a composição do subgrupo do Ativo não Circulante/Imobilizado do IFCE, segregados em bens móveis e imóveis.

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2020	2019
Imobilizado	672.006.032,65	641.158.244,71
Bens Móveis	203.631.041,58	191.171.891,10
Bens Imóveis	213.058.313,86	199.743.909,66
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-9.426.834,96	-8.571.581,24
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-437,32	-437,32
Bens Imóveis	468.374.991,07	449.986.353,61
Bens Imóveis	472.992.347,63	454.448.293,98
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.617.356,56	-4.461.940,37
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-

O imobilizado sofreu uma variação positiva de R\$ 30.847.787,94, que representou um acréscimo de 4,81% entre os saldos dos exercícios de 2019 e 2020. Essa variação tem origem na

conciliação contábil da conta de obras em andamento além do aumento do saldo da conta de depreciação acumulada.

Os bens móveis do IFCE estão assim distribuídos:

Código	Campus	Valor (em R\$)
158133	REITORIA	15.751.160,36
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	57.079.689,43
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	8.699.834,80
158315	CAMPUS QUIXADA/IFCE	6.262.513,46
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	10.423.693,22
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	9.372.156,53
158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	5.697.214,69
158319	CAMPUS MARACANAU/IFCE	16.130.211,54
158320	CAMPUS IGUATU/IFCE	9.903.171,59
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	13.988.086,31
158322	CAMPUS ACARAU/IFCE	4.921.705,54
158323	CAMPUS CANINDÉ/IFCE	6.032.820,72
158324	CAMPUS CRATEUS/IFCE	5.326.015,64
158951	CAMPUS BATURITE/IFCE	1.212.485,48
158952	CAMPUS TAUUA/IFCE	2.621.353,23
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	4.391.353,32
158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	2.900.450,23
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	2.544.283,16
158956	CAMPUS TIANGUA/IFCE	2.893.086,44
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	2.638.217,96
158958	CAMPUS ARACATI/IFCE	2.310.157,01
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	1.939.036,69
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	3.279.093,17
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	2.159.876,44
158963	CAMPUS JAGUARUANA/IFCE	121.880,76
158965	CAMPUS ITAPIPOCA/IFCE	2.127.052,35
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	2.257.581,38
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	2.332.993,12
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	3.204.565,36
158969	CAMPUS ACOPIARA/IFCE	2.212.865,37
158973	CAMPUS MARANGUAPE/IFCE	2.323.708,56
Total		213.058.313,86

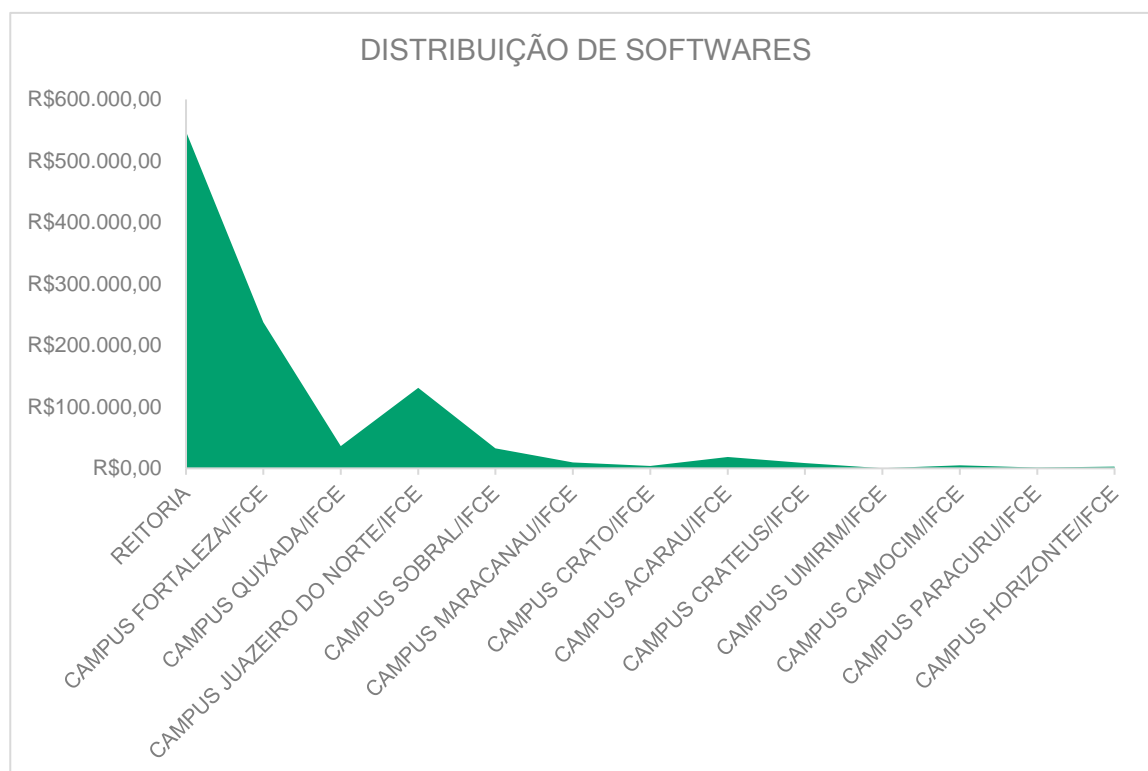
Os bens imóveis do IFCE, em 31/12/2020, totalizavam **R\$ 472.992.347,63** e estão distribuídos conforme demonstrado na tabela a seguir:

Distribuição dos Bens Móveis do IFCE		
Código	Campus	Valor (em R\$)
158133	REITORIA	90.545.267,72
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	85.357.342,49
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	18.881.967,78
158315	CAMPUS QUIXADA/IFCE	9.970.677,32
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	17.326.173,86
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	4.886.704,35
158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	8.352.052,97
158319	CAMPUS MARACANAU/IFCE	23.380.624,56
158320	CAMPUS IGUATU/IFCE	17.785.454,45

158321	CAMPUS CRATO/IFCE	19.963.787,75
158322	CAMPUS ACARAU/IFCE	9.842.241,17
158323	CAMPUS CANINDÉ/IFCE	7.496.179,79
158324	CAMPUS CRATEUS/IFCE	16.142.366,69
158951	CAMPUS BATURITE/IFCE	5.440.710,97
158952	CAMPUS TAUJA/IFCE	6.788.263,88
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	8.891.948,57
158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	4.888.377,33
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	8.386.331,12
158956	CAMPUS TIANGUA/IFCE	13.136.265,26
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	8.228.914,55
158958	CAMPUS ARACATI/IFCE	24.517.803,31
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	7.420.943,59
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	11.182.221,74
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	5.705.392,22
158962	CAMPUS GUARAMIRANGA	2.984.453,34
158963	CAMPUS JAGUARUANA/IFCE	2.961.718,38
158965	CAMPUS ITAPIPOCA/IFCE	1.920.741,50
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	13.159.184,57
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	7.883.163,36
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	9.565.073,46
Total		472.992.347,63

5.7.5 Nota Explicativa 05 – Intangível

O Ativo Intangível do IFCE, em 31 de dezembro de 2020, totalizava **R\$ 1.055.764,03**. O Ativo Intangível do órgão constitui-se, basicamente, de sistemas de informática (*softwares*) e tem distribuição conforme gráfico abaixo:



5.7.6 Nota Explicativa 06 - Fornecedores e contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, o IFCE apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.401.308,40 (curto prazo) relacionados com fornecedores a pagar. Uma redução de quase 40% em relação ao exercício anterior. Na tabela a seguir, relacionam-se as Unidades Gestoras Executoras contratantes com seus respectivos valores de fornecedores na data-base de 31/12/2020.

Campus	Valor (em R\$)	AV
REITORIA	75.663,46	5,40%
CAMPUS FORTALEZA/IFCE	214.018,41	15,27%
CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	173.373,68	12,37%
CAMPUS QUIXADA/IFCE	22.038,81	1,57%
CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	35.625,21	2,54%
CAMPUS SOBRAL/IFCE	51.701,64	3,69%
CAMPUS CEDRO/IFCE	1.590,42	0,11%
CAMPUS MARACANAU/IFCE	341.145,17	24,34%
CAMPUS IGUATU/IFCE	203.491,37	14,52%
CAMPUS CRATO/IFCE	38.502,72	2,75%
CAMPUS ACARAU/IFCE	3.659,26	0,26%
CAMPUS CANINDÉ/IFCE	71.436,57	5,10%
CAMPUS TUAU/IFCE	36.618,55	2,61%
CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	11.612,96	0,83%
CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	14.845,30	1,06%
CAMPUS UMIRIM/IFCE	65.728,17	4,69%
CAMPUS CAUCAIA/IFCE	1.941,00	0,14%
CAMPUS CAMOCIM/IFCE	9.756,69	0,70%
POLO DE INOVAÇÃO FORTALEZA/IFCE	19.340,64	1,38%
CAMPUS ITAIPUOCA/IFCE	7.598,04	0,54%
CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	294,00	0,02%
CAMPUS PARACURU/IFCE	569,00	0,04%
CAMPUS MARANGUAPE/IFCE	757,33	0,05%
Total	1.401.308,40	100,00%

5.7.7 Nota Explicativa 07 - Resultados acumulados e patrimônio líquido

Conforme evidenciado na tabela a seguir, o patrimônio líquido do órgão, ao término do exercício de 2020, apresenta o valor de R\$ 642.726.635,52, tendo como resultado patrimonial de 2020, apurado na DVP, montante de R\$ 64.439.731,32.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	2020	2019
Resultados Acumulados	642.726.635,52	581.523.020,74
Resultado do Exercício	64.439.731,32	-104.521.486,66
Resultados de Exercícios Anteriores	581.523.020,74	689.253.639,88

Ajustes de Exercícios Anteriores	-3.236.116,54	-3.209.132,48
Total do Patrimônio Líquido	642.726.635,52	581.523.020,74

5.7.8 Nota Explicativa 08 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos

Nossas receitas próprias têm origem na exploração e venda de bens, direitos e prestação de serviços e são compostas, basicamente, por:

- a) Vendas de mercadorias;
- b) Vendas de produtos;
- c) Exploração de bens, direitos e prestação de serviços.

Essas receitas foram arrecadadas conforme tabela abaixo, das quais, em 2020, **34,21%** tiveram origem em taxas de vestibulares, taxas de concursos públicos, serviços de hospedagem, alimentação e aluguéis e **65,34%** de Vendas de Mercadorias.

	2020	AV	2019	AV	AH
Venda de Mercadorias	267.838,08	65,34%	209.248,04	16,69%	28,00%
Vendas de Produtos	1.816,00	0,44%	12.280,00	0,98%	-85,21%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	140.243,33	34,21%	1.032.031,89	82,33%	-86,41%
Total	409.897,41	100,00%	1.253.559,93	100,00%	

5.7.9 Nota Explicativa 09 - Remuneração a pessoal

Os gastos com remuneração a pessoal, no exercício de 2020, totalizaram **R\$ 471.719.895,89**, sendo **43,65%** relativos aos vencimentos e salários e **37,04%** às gratificações. A seguir, a tabela e gráfico detalha a composição dos gastos com remuneração a pessoal no exercício 2020.

REMUNERAÇÃO A PESSOAL – COMPOSIÇÃO	2020 (em R\$)	AV
3.1.1.1.1.01.00 Vencimentos e salários ativo	205.882.363,19	43,65%
3.1.1.1.1.02.00 Abonos	2.068.488,33	0,44%
3.1.1.1.1.03.00 Adicionais	1.326.840,41	0,28%
3.1.1.1.1.04.00 Gratificações	174.744.903,56	37,04%
3.1.1.1.1.05.00 Férias - RPPS	38.436.010,56	8,15%
3.1.1.1.1.06.00 13. salário - RPPS	33.124.758,36	7,02%
3.1.1.1.1.08.00 INDENIZAÇÕES - RPPS	248,82	0,00%
3.1.1.1.1.09.00 Sentenças Judiciais - Pessoal Ativ	6.158.318,52	1,31%
3.1.1.1.1.99.00 Outros Venc.e Vantag.Fixas e Varia	1.625.958,91	0,34%
3.1.1.2.1.01.00 Vencimentos e salários	6.996.345,23	1,48%
3.1.1.2.1.02.00 Abonos	1.040,58	0,00%
3.1.1.2.1.05.00 Férias - RGPS	537.255,23	0,11%
3.1.1.2.1.06.00 Férias - RGPS13. Salário-RGPS	766.722,87	0,16%
3.1.1.2.1.08.00 Indenizações - RGPS	50.641,32	0,01%
Total	471.719.895,89	100,00%

5.7.10 Nota Explicativa 10 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício apurado no BF foi de R\$ 56.464.165,33.

ESPECIFICAÇÃO	2020 (em R\$)
Saldo em caixa	55.698.027,79
Receitas Orçamentárias	1.496.836,12
Despesas Orçamentárias	-756.313.151,19
Saldo	-699.118.287,28
Transferências Financeiras Recebidas	848.229.758,08
Transferências Financeiras Concedidas	99.497.779,72
Saldo	748.731.978,36
Recebimentos Extra Orçamentários	102.068.532,72
Pagamentos Extra Orçamentários	95.218.058,47
Saldo	6.850.474,25
Resultado Financeiro do Exercício	56.464.165,33

5.7.11 Nota Explicativa 11 – Execução da receita orçamentária

As Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo IFCE em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades dos alunos. No exercício de 2020, as receitas realizadas pelo IFCE apresentaram o seguinte resultado:

RECEITA				
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	1.067.476,00	1.067.476,00	611.025,77	-456.450,23
Receita Patrimonial	240.973,00	240.973,00	44.394,78	-196.578,22
Receita Agropecuária	173.433,00	173.433,00	267.838,08	94.405,08
Receita Industrial	-	-	1.816,00	1.816,00
Receitas de Serviços	646.305,00	646.305,00	95.848,55	-550.456,45
Outras Receitas Correntes	6.765,00	6.765,00	201.128,36	194.363,36
Subtotal de Receitas	76.729.288,00	76.729.288,00	611.025,77	-76.118.262,23
Subtotal com Refinanciamento	76.729.288,00	76.729.288,00	611.025,77	-76.118.262,23
Deficit			816.928.986,77	816.928.986,77
Total	76.729.288,00	76.729.288,00	817.540.012,54	740.810.724,54

5.7.12 Nota Explicativa 12 – Execução da despesa orçamentária

A Despesa Orçamentária é o fluxo que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial. A tabela a seguir apresenta uma síntese da movimentação da despesa orçamentária ocorrida em 2020, onde se observa que a execução da despesa orçamentária empenhada atingiu o montante de R\$ 817.540.012,54.

DESPESA						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Líquidas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	732.343.669,00	778.308.484,00	775.567.660,61	748.997.328,32	688.286.371,20	2.740.823,39
Pessoal e Encargos Sociais	595.273.414,00	655.428.790,00	649.438.779,51	649.358.779,51	592.220.010,41	5.990.010,49
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	137.070.255,00	122.879.694,00	126.128.881,10	99.638.548,81	96.066.360,79	-3.249.187,10
Despesas de Capital	29.583.646,00	22.616.232,00	41.972.351,93	1.424.519,53	1.231.027,12	-19.356.119,93
Investimentos	29.583.646,00	22.616.232,00	41.972.351,93	1.424.519,53	1.231.027,12	-19.356.119,93
Subtotal das Despesas	761.927.315,00	800.924.716,00	817.540.012,54	750.421.847,85	689.517.398,32	-16.615.296,54
TOTAL	761.927.315,00	800.924.716,00	817.540.012,54	750.421.847,85	689.517.398,32	-16.615.296,54

5.7.13 Nota Explicativa 13 – Resultado orçamentário

O Resultado Orçamentário é o confronto da receita arrecadada com a despesa empenhada. Conforme demonstrado na tabela abaixo, em 2020 o resultado orçamentário foi de - R\$754.816.315,07.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Realização/Execução (em R\$)
Receitas Correntes	1.067.476,00
Receitas de Capital	75.661.812,00
Total das Receitas	76.729.288,00
Despesas Correntes	732.343.669,00
Despesas de Capital	29.583.646,00
Total das Despesas	761.927.315,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	-754.816.315,07

5.7.14 Nota Explicativa 14 – Inscrição dos restos a pagar

De acordo com o art. 36 da Lei 4320/64, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Portanto, analisando a tabela da Nota Explicativa 12, podemos concluir que foram inscritos em Restos a Pagar o valor e R\$ 128.022.614,22. Destes, contabilizamos a título de restos a pagar não processados R\$ 60.904.449,53 e de restos a pagar processados R\$ 67.118.164,69.

5.7.15 Nota Explicativa 15 – Execução dos restos a pagar

Conforme tabela abaixo, o IFCE pagou, em 2020 cerca de **74,40%** dos restos a pagar não processados inscritos em anos anteriores e **99,43%** dos RAPs processados.

Despesas orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
RAP Não Processados	4.616.719,54	45.856.567,61	35.364.918,20	34.936.893,91	5.047.228,60
RAP Processados	90.433,01	54.603.228,03	54.523.869,60	28.664,59	141.126,85

6 Apêndice – Relação dos projetos desenvolvidos com a contratação de fundações de apoio

Identificação da fundação de apoio								
Nome:		FUNDAÇÃO DE CULTURA E APOIO AO ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO - FUNCEPE						
CNPJ:		CNPJ. 09.628.053/0001-26						
Página na Internet:		www.funcepe.com.br						
Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais								
Projeto			Instrumento celebrado					
Seq	Finalidade	N°	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
01	Pesquisa		Acordo de Parceria	Cooperação técnica e científica entre os PARTÍCIPIES para desenvolvimento de um software de gerenciamento de equipamentos de pertencentes a uma rede óptica passiva, o qual será capaz de georreferenciar todos os equipamentos ativos pertencentes à rede, a ser executado nos termos do Plano de Trabalho	07/08/2018	31/12/2020	R\$ 2.757.111,62	R\$ 1.331.111,62
02	Pesquisa	-	Acordo de Parceria	Cooperação técnica e científica entre os PARCEIROS para desenvolvimento de um projeto denominado AMAR-APP, o qual tem como objetivo principal promover acesso rápido e seguro à informação sobre o câncer infantojuvenil para profissionais, pacientes, familiares e cuidadores através de uma solução tecnológica mediada por aplicativo móvel (app mobile) a ser executado nos termos do Plano de Trabalho	28/6/2019	28/6/2020	R\$ 42.000,00	0,00
03	Pesquisa	-	Acordo de Parceria	Cooperação técnica e científica entre os PARCEIROS, para desenvolver o projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação — PD&I intitulado: "desenvolvimento de um software que gera eventos e alarmes através da identificação/correlação de notificações advindas de equipamentos GPON, assim como de outros sistemas desenvolvidos	11/7/2019	11/4/2020	R\$ 593.333,33	R\$ 172.911,09

				pela Furukawa", a ser executado nos termos do Plano de Trabalho				
04	Pesquisa	-	Acordo de Parceria	cooperação técnica e científica entre os PARCEIROS, para desenvolver o projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I intitulado: "Software de Gerenciamento de Alarmes e Eventos Baseados em Logs - Parte II", a ser executado nos termos do Plano de Trabalho	6/12/2019	6/5/2021	R\$ 997.257,71	668.534,51
05	Pesquisa	-	Acordo de Parceria	cooperação técnica e científica entre os PARCEIROS, para desenvolver o projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I intitulado: "Aplicativo móvel para georreferenciamento de equipamentos de uma rede óptica passiva - GPON", a ser executado nos termos do Plano de Trabalho	6/12/2019	6/5/2021	R\$ 294.359,50	265.674,49
06	Pesquisa	-	Acordo de Parceria	cooperação técnica e científica entre os PARCEIROS, para desenvolver o projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I intitulado: "Arquitetura/Migração Cloud", a ser executado nos termos do Plano de Trabalho	6/12/2019	6/5/2021	R\$ 664.676,74	0,00
07	Pesquisa		Acordo de Parceria	cooperação técnica e científica entre os PARCEIROS, para desenvolver o projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I intitulado: "HUBIOT - Desenvolvimento de Hub de Medição IoT", a ser executado nos termos do Plano de Trabalho	14/09/2020	14/05/2021	R\$ 169.000,00	R\$ 56.511,54
Totais							R\$ 5.517.738,90	R\$ 2.494.743,25